



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLV — Nº 62

QUARTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1990

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 69ª SESSÃO, EM 4 DE JUNHO DE 1990

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**SENADORES HUMBERTO LUCENA, POMPEU DE SOUSA, MAURO BENEVIDES e MAURÍCIO CORRÊA** — Falecimento do jornalista Edilson Cid Varela, superintendente dos Diários e Emissoras Associadas no Distrito Federal.

**O SR. PRESIDENTE** — Associa-se às homenagens prestadas em nome da Mesa.

##### 1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.2.3 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 131/90 (nº 449/90, na origem), pela qual o Presidente da República comunica que se ausenta hoje do País para

participar, em Assunção, Paraguai, das solenidades comemorativas do centenário do sistema interamericano e dos atos inaugurais do vigésimo período ordinário de sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

##### 1.3 — ORDEM DO DIA

Cumprimento do disposto no art. 216, § 1º, do Regimento Interno com relação à Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Drª Zélia Maria Cardoso de Mello. Usam da palavra na discussão da matéria, após a leitura do Aviso nº 432/90, da Ministra da Economia, os Srs. Jutahy Magalhães, Jamil Haddad, Jarbas Passarinho e José Ignácio Ferreira.

**1.3.1 — Suspensão, às 18 horas e 17 minutos, e reabertura da sessão às 14 horas e 20 minutos do dia seguinte**

##### 1.3.2 — Requerimento

— Nº 138/90, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides e outros Srs. Senadores de homenagens de pesar pelo falecimento do Senador Luiz Viana Filho. **Aprovado,**

após usarem da palavra os Srs. Mauro Benevides, Jarbas Passarinho, Odacir Soares, João Menezes, Francisco Rollemberg, Humberto Lucena, Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Mário Maia, Cid Sabóia de Carvalho, Pompeu de Sousa, Aureo Mello, Afonso Arinos, José Agripino, Jutahy Magalhães, Ney Maranhão, Mário Covas, Roberto Campos, tendo a Presidência se associado às homenagens, em nome da Mesa.

##### 1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 20 minutos, destinada a cumprir o disposto no art. 216, § 1º do Regimento Interno, com relação à Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Drª Zélia Maria Cardoso de Mello.

##### 1.4 — ENCERRAMENTO

##### 2 — MESA DIRETORA

##### 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

##### 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

**EXPEDIENTE**  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

**PASSOS PÔRTO**Diretor-Geral do Senado Federal  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor Executivo

**CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA**

Diretor Administrativo

**LUIZ CARLOS DE BASTOS**

Diretor Industrial

**FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA**

Diretor Adjunto

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

Semestral ..... Cr\$ 1.849,00

Tiragem: 2.200-exemplares.

## Ata da 69ª Sessão, em 4 de junho de 1990

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

### — EXTRAORDINÁRIA —

*Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Iram Saraiva,  
Divaldo Suruagy e Pompeu de Sousa*

#### **ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Mário Maia — Aureo Mello — Odacir Soares — João Menezes — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Antonio Luiz Maya — João Castelo — Alexandre Costa — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavoisier Maia — Humberto Lucena — Ney Maranhão — Divaldo Suruagy — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — José Ignácio Ferreira — Gerson Camata — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Mata-Machado — Alfredo Campos — Severo Gomes — Mário Covas — Mauro Borges — Iran Saraiva — Pompeu de Sousa — Maurício Corrêa — Meira Filho — Mendes Canale — Wilson Martins — Leite Chaves — Affonso Camargo — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Alberto Hoffmann — José Paulo Bisol — José Fogaça.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**

— A lista de presença acusa o comparecimento de 47 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O Sr. Humberto Lucena** — Sr. Presidente, peço a palavra.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**

— Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho trazer ao Plenário do Senado a manifestação do meu

mais profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, nesta cidade, do jornalista Edilson Cid Varela, Superintendente dos Diários e Emissoras Associadas no Distrito Federal.

Falar sobre Edilson Cid Varela é falar sobre um pioneiro dos idos de 1958. Ele veio para cá, já então na sua condição de Supervisor dos Diários Associados em Campos, Juiz de Fora, Natal e Goiânia, para, em Brasília, trazer o apoio e a solidariedade daquele Grupo, fruto do gênio criador de Assis Chateaubriand, ao projeto de edificação da nova Capital, uma das maiores inspirações do grande e inesquecível brasileiro que foi o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Mas, antes de chegar a Brasília, Edilson Cid Varela teve uma participação ativa na área de comunicação social, a qual se iniciou no Nordeste.

Filho do Rio Grande do Norte, em Natal dirigia o *Diário de Natal* e a *Rádio Poti*; em 1956, o nosso querido Companheiro, Senador João Calmon, Presidente do Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associadas, com sede no Rio de Janeiro, convidava-o para se transferir para o Rio de Janeiro, onde assumiu a supervisão a que me referi há pouco, em Campos, Juiz de Fora, Natal e Goiânia.

Nessa época, as obras de construção de Brasília iniciavam-se. E Edilson Cid Varela, que antes já havia prestado inestimáveis serviços à imprensa falada, escrita e televisada em todo o Brasil, se desdobrou na nova Capital, sob o comando de João Calmon, e tendo ao seu lado companheiros como Jairo Valadares, Ari Cunha e outros. Entregou-se a ele à árdua e desafiante tarefa de assegurar a Brasília, no dia da sua inauguração, a entrega à comunidade local de dois veículos que se tornaram o maior suporte da comunicação

social do Distrito Federal, justamente o *Correio Braziliense* e a TV Brasília, que, neste ano de 1990, completam, exatamente, com a jovem cidade de Juscelino, 30 anos de idade.

A luta que os Diários Associados enfrentaram para atingir esse objetivo, aliás, um compromisso com o Presidente Juscelino Kubitschek, foi das maiores. E no momento em que falo em meu nome pessoal, tenho a certeza de que, ao exaltar a memória de Edilson Cid Varela e ao deixar em ata, Sr. Presidente e Srs. Senadores, um voto de saudade à sua esposa, represento, também, o sentimento de todo o Senado.

**O Sr. João Calmon** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Humberto Lucena?

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Pois não.

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex<sup>a</sup> já pertenceu à família cívica de Assis Chateaubriand, sempre fiel à memória daquele eminente conterrâneo seu, que teria sido um grande homem, em qualquer país e em qualquer tempo. A homenagem que V. Ex<sup>a</sup> presta à memória de Edilson Cid Varela se justifica amplamente, porque realmente ele se deixou dominar por uma paixão total pela nova Capital, e se destacou com relevo singular, num esforço de implantação do *Correio Braziliense*, da TV Brasília e, posteriormente, da *Rádio Planalto*. Neste dia em que todos nós que pertencemos ao Grupo dos Diários Associados, grupo que tem a marca da perenidade, apesar de alguns sórdidos golpes que sofreu ao longo de toda a sua existência, lembro-me de uma das frases prediletas de Assis Chateaubriand, quando morreu um grande amigo seu, uma figura

notável da vida pública do nosso País, parafraseando Assis Chateaubriand, eu diria: "Não choremos a morte de Edilson Cid Varela, cantemos a sua glória". Muito obrigado, nobre Senador Humberto Lucena, pela oportunidade que me oferece para juntar a minha palavra à sua de paraibano, à sua palavra de devoto da memória de Assis Chateaubriand, no momento em que todos estamos mergulhados na mais profunda dor pelo falecimento desse primoroso ser humano que foi Edilson Cid Varela.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** — Ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador João Calmon, para proferir as palavras que acabo de ouvir, porque V. Ex<sup>a</sup>, mais do que qualquer um de nós, conhecia, nos seus mínimos detalhes, toda a carreira de Edilson Cid Varela.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, por uma ironia do destino, o corpo de Edilson Cid Varela está sendo velado, hoje, justamente no novo edifício-sede do *Correio Braziliense*, que ele pretendia inaugurar, nos próximos dias, em Brasília.

Na verdade, para quem como eu e outros que aqui também chegaram nos idos de 60, acompanhando o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, é hoje vivemos o dia-a-dia desta cidade — o seu processo de crescimento —, podemos testemunhar, sem dúvida, que a presença de Edilson Cid Varela era constante em todas as grandes reuniões sociais da Capital Federal. Nunca comparei a uma solenidade, a uma recepção, uma embaixada estrangeira, para a qual fosse convidado por autoridades superiores ou por representantes diplomáticos de outras nações, que lá não encontrasse, ao lado de sua esposa e D. Nita, o inesquecível Edilson Cid Varela, a cumprimentar a todos, com aquela sua conhecida Ihanza de trato, sempre a trocar idéias com o objetivo de se fazer sempre presente à vida nacional e à vida de Brasília. Brasília ficou menor sem Edilson Cid Varela. O vazio que a sua morte nos traz será sentido não somente por nós que fazemos o Senado, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, mas também por aqueles que representam os mais diversos segmentos da sociedade local, sobretudo os que se dedicam à digna e nobilitante profissão de jornalista, seja da imprensa escrita, falada ou televisada.

Concluo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixando, nestas palavras, a minha mais sincera homenagem póstuma ao inesquecível jornalista e grande batalhador, pelas boas causas de Brasília e do Brasil, Edilson Cid Varela.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — O nobre Senador Mauro Benevides já havia pedido a palavra.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Eu a havia pedido antes de S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Já havia pedido antes.

De modo que, no duelo, V. Ex<sup>a</sup> é um Representante do Distrito Federal, onde viveu e faleceu o Dr. Edilson Cid Varela. Assim, com a concordância do nobre Senador Mauro Benevides, dou a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. POMPEU DE SOUSA** (PSDB — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, não quero invocar nenhuma precedência para homenagear Edilson Cid Varela que não a de seu colega. E nesta condição é que apresentei-me hoje cedo, ao tomar conhecimento do seu falecimento pelo jornal matutino da TV Brasília, o "Telemanhã", a ir ao seu velório, justamente no edifício-sede do *Correio Braziliense*, que ele criou nesta cidade e que seria inaugurado nos próximos dias, o qual já tinha, premonitivamente, o seu próprio nome: "Edifício Edilson Cid Varela".

Na verdade, curvei-me à precedência de nosso colega, o eminente Senador Humberto Lucena, pelo seu título de ex-Presidente desta Casa, e candidatei-me a falar, logo em seguida, para dar o meu pequeno testemunho e prestar a minha homenagem pessoal e em nome do meu Partido, o Partido da Social Democracia Brasileira; que estou certo, neste ponto, sou acompanhado por todos os eminentes colegas que compõem este Partido e que aqui tenho, à minha direita, o nosso companheiro Vice-Líder e Líder em exercício neste momento, o Senador Chagas Rodrigues.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Com muita honra, nobre Senador Chagas Rodrigues.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Senador Pompeu de Sousa, V. Ex<sup>a</sup> realmente fala, nesta hora, em nome de toda a Bancada do PSDB, a qual pertence, abrilhanta e honra. Estou certo de que, falando em nome de nossa Bancada, apoiando o requerimento e ao associar-se às homenagens justas prestadas ao ilustre jornalista, de grande espírito público, que foi Edilson Cid Varela, V. Ex<sup>a</sup> fala traduzindo também os sentimentos de todo o Senado e de toda a população do Distrito Federal, que sempre reconheceu em Edilson Cid Varela um dos dedicados homens de Brasília a serviço de toda a comunidade brasiliense.

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Muito obrigado, nobre Senador Chagas Rodrigues, pelo endosso que V. Ex<sup>a</sup> traz ao meu discurso.

Na verdade, fiquei profundamente comovido, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao tomar conhecimento hoje, ao amanhecer, da morte de Edilson Cid Varela. E, em incontinência, lá fui prestar minha homenagem pessoal e a do meu Partido, na figura dos seus companheiros de trabalho e especialmente na de sua esposa, hoje viúva e, ao mesmo tempo, recordar e sentir-me realmente muito emocionado, porque Edilson Cid Varela foi aqui, nesta cidade de Brasília, um precursor, um pioneiro, uma espécie de patrono da comunicação social, de vez que, discípulo do Mestre Assis Chateaubriand, para aqui veio

e aqui instalou, implantou, simultaneamente, com a própria criação da cidade, no dia mesmo em que a cidade era fundada, o *Correio Braziliense*, e a TV Brasília. Portanto, implantou, ao mesmo tempo, o jornalismo gráfico e o jornalismo eletrônico.

Com aquela figura, ao mesmo tempo enérgica e doce, de um convívio ameno e discreto, Edilson Cid Varela era, eminentemente, um líder silencioso, tranqüilo, sereno e um capitão, um comandante de equipe que, seguramente, deu ao jornalismo, à comunicação social, nesta cidade, a sua dimensão, que hoje está presente em todo o Brasil, daqui nascida e daqui propagada pelas ondas sonoras e visuais da televisão, do rádio e nas páginas do seu jornal.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Pompeu de Sousa?

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Com muita honra, nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho** — Ouço o elogio que V. Ex<sup>a</sup> faz, nesse panegírico de Edilson Cid Varela, tomado da mesma comoção que V. Ex<sup>a</sup> se deixou tomar, porque conheci a ele exatamente já em 1967, quando cheguei aqui, e eu vinha de uma certa passagem pela redação dos Associados no Pará, tanto que ainda agora me cumularam de homenagem, fazendo-me Vice-Presidente da Fundação Assis Chateaubriand. Uma das últimas vezes que vi Edilson, já ele estava alquebrado, e ele sempre cobrava de mim por eu não ter mais escrito os artigos dominicais para o *Correio Braziliense*. V. Ex<sup>a</sup> acabou de citar algumas das características da personalidade dele: a discrição, um homem discreto, tranqüilo, sereno. Eu não o conheci, como V. Ex<sup>a</sup>, como administrador; mas, comparando exatamente o *Correio Braziliense* do início da vida de Brasília com o *Correio Braziliense* de hoje, o que se verifica é que, como administrador, ele deve ter sido também muito bem sucedido, porque este jornal, hoje, é de leitura obrigatória de todos os brasilienses que aqui se encontram. Sempre vi nele a figura do jornalista que desmente aquele estereótipo que se faz a respeito do jornalismo de aventura, do jornalismo de escândalos, ele, ao contrário, sempre me pareceu um homem cuja serenidade, a que V. Ex<sup>a</sup> se reportou, era uma das marcas distintivas do seu caráter. Gostaria que V. Ex<sup>a</sup> acolhesse o meu aparte como integrando o seu discurso nessa homenagem que é devida não apenas de maneira formal, ao contrário, é devida integralmente àquele que soube ser um jornalista de primeira categoria e um homem exemplar na sua conduta pessoal. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que receba este aparte e, na figura de nosso Colega João Calmon, que faz parte dos Associados também S. Ex<sup>a</sup> se sinta parte da homenagem final que estamos prestando a Edilson Cid Varela, que era um dos seus grandes amigos.

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — O aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jarbas Passarinho,

só enriquece o meu discurso e o agradeço profundamente.

Justamente agora, eu ia mencionar o nosso grande companheiro e colega João Calmon, que foi e continua a ser a projeção de Assis Chateaubriand no tempo. Foi, realmente, o homem que deu expressão e corpo à obra de Assis Chateaubriand nos Diários Associados; e eu, como colega de profissão — de uma outra casa, de uma casa modesta e pequenina, como era o *Diário Carioca*, que, como costume dizer, foi o último grande jornal de pequena empresa neste País —, acompanhei e acompanho até hoje, com a mesma admiração com que acompanhava Chateaubriand, o seu grande discípulo aqui presente, que é João Calmon, ao mesmo tempo em que acompanhei a obra pioneira de Edilson Cid Varela.

Hoje, Sr. Presidente, permita-me que acrescente apenas o seguinte: quando ouvi de manhã, bem cedo, no Telemanhã, a notícia da morte de Edilson Cid Varela, voltei atrás trinta anos, vivi o episódio de trinta anos, exatamente quando se inaugurou Brasília, no dia 21 de abril. Faz trinta anos, um mês e alguns dias. Ao mesmo tempo em que se inaugurou Brasília, nasceram *Correio Braziliense* e a TV Brasília. O espírito criador de Assis Chateaubriand mandou para cá, através de João Calmon, o espírito realizador de Edilson Cid Varela. Lembro-me muito bem daquele dia histórico de 21 de abril de 1960. Naquele dia, assisti à criação dos dois veículos: à primeira transmissão da TV Brasília e à rodagem inicial do *Correio Braziliense*, e, naquele instante, além de Edilson Cid Varela e João Calmon, estavam ao meu lado dois amigos inesquecíveis: Juscelino Kubitschek e Assis Chateaubriand.

**O Sr. João Calmon** — Permite-me um aparte, nobre Senador Pompeu de Sousa?

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Com muita honra, nobre Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Pompeu de Sousa, em nome da família cívica de Assis Chateaubriand, desejo transitar à V. Exª e ao nosso irmão, o eminente Senador Jarbas Passarinho, que foi o fulgurante editorialista do nosso matutino paraense *A Província do Pará*, esta homenagem à memória do primoroso ser humano que foi Edilson Cid Varela, que ontem partiu para a eternidade. V. Exª, por pouco, não participou de um arrojado projeto de Assis Chateaubriand, que foi a modernização de *O Jornal*, que era o órgão líder dos Diários Associados. V. Exª havia-se credenciado para essa tarefa, porque realmente realizou, à frente da redação do *Diário Carioca*, uma proeza que consta em todos os livros sobre a história da imprensa em nosso País. Em suas palavras emocionadas, V. Exª traduz toda a admiração da comunidade brasiliense e também desta Casa, onde brilhou intensamente a figura do genial parai-bano, que se destacou, apesar de suas breve passagem por aqui, com relevo realmente extraordinário.

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Onde não se destacaria Assis Chateaubriand?

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Pompeu de Sousa, Edilson Cid Varela estava profundamente ligado a mim, porque fomos colegas na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil. Desde essa época até o dia do seu falecimento, essa fraternidade não sofreu nenhum abalo. Quando o designei para dirigir a implantação do *Correio Braziliense* e da TV Brasília, Assis Chateaubriand ainda não estava inteiramente empolgado pela idéia da transferência da Capital do Rio de Janeiro para este Planalto Central. Só posteriormente ele se apaixonou, como todos nós, por essa arrojada iniciativa. E foi, desde então, o cangango mais apaixonado, mais carinhoso, mais absorvido pelos encantos desta cidade, que já mereceu a consagração de uma homenagem da Unesco. Gratíssimo, nobre Senador Pompeu de Sousa, por essas palavras tão emocionantes que V. Exª profere neste dia de luto da família cívica de Assis Chateaubriand. Muito obrigado.

**O SR. POMPEU DE SOUSA** — Grato sou eu a V. Exª, nobre Senador João Calmon, pelo aparte que realmente enobrece o meu discurso, a que V. Exª chama de comovente, não sei se estou comovendo, mas estou comovido, profundamente comovido.

Ao lado de Edilson Cid Varela, lembra V. Exª, com quem me liguei tanto e até quase fomos companheiros, quando Assis Chateaubriand, já inválido, o encarregou de me atrair para os Diários Associados, V. Exª me lembra a inesquecível figura de seu fundador.

Hoje, como disse, fui ao velório, provavelmente não poderei ir ao enterro, porque estarei preso nesta sessão, e disse à viúva que assim aconteceria; mas não posso, Sr. Presidente, deixar de consignar, nos Anais desta Casa, o breve telegrama que passei às equipes, tanto do *Correio Braziliense* como da TV Brasília, os dois veículos que ele criou. Passeio-o hoje de manhã cedo no seguinte teor:

Às equipes do *Correio Braziliense* e da TV-Brasília.

Recebam brilhantes colegas prezados amigos *Correio Braziliense* e TV-Brasília mais sinceras sentidas condolências falecimento nosso querido Edilson Cid Varela, inigualável pioneiro e patriarca implantação Brasília duplo braço comunicação social gráfico e eletrônico, através *Correio Braziliense* e TV-Brasília cujos lançamentos no histórico dia inauguração capital República tive privilégio participar ao lado inesquecíveis amigos Juscelino Kubitschek e Assis Chateaubriand. Fraterno abraço velho colega Senador Pompeu de Sousa.

Sr. Presidente, esta é realmente a homenagem deste velho jornalista de mais de 52 anos de profissão, que vê, na morte de um companheiro, mais um motivo de emoção e, nesta emoção, mais um motivo de criação, de grandeza e de dignificação da nossa profissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Brasília perdeu, à noite de ontem, um dos propugnadores mais decididos de seu progresso e desenvolvimento.

Refiro-me ao jornalista Edilson Cid Varela, Superintendente dos Diários Associados no Distrito Federal e fundador da TV Brasília e do *Correio Braziliense*, que, durante trinta anos, dirigiu, com apuro e dedicação exemplares, os prestigiosos órgãos da imprensa da Capital da República.

Nascido no Rio Grande do Norte — como destacou há pouco o Senador Humberto Lucena, ali dirigiu os jornais *O Poti* e *A República*, tendo posteriormente se deslocado, a convite de João Calmon, para comandar os Associados em Campos, Juiz de Fora e Goiânia, postos no desempenho dos quais revelou o seu talento, dinamismo e competência.

Recentemente, entregou à comunidade do Distrito Federal a nova e portentosa sede do *Correio Braziliense*, corando os esforços de outros abnegados da empresa idealizada por Assis Chateaubriand, como Paulo Cabral de Araujo, Ari Cunha, Ronaldo Junqueira, Alberto de Sá Filho, Evaristo de Oliveira, Maurício Direpi, dentre outros.

Na edição de hoje, o conceituado veículo de comunicação abre espaços para registrar o falecimento de Edilson Cid Varela, com palavras tocantes, que servem para emoldurar a personalidade inconfundível do ilustre extinto.

O jornalista Ary Cunha, encimando a sua coluna diária, ressalta lapidarmente:

“Doutor Edilson se vai, mas sua bandeira, sua luta, continua, e nós que ficamos sentimos, nas responsabilidades novas, a necessidade de continuar seus planos, suas lutas, dentro da empresa e na cidade. Não era um líder de arrebatar multidões, mas liderava com a bandeira do coração que no final da vida traju o sopro que lhe impulsionava o sangue. Vai-se um amigo. Fica uma obra. E seus caminhos serão seguidos”.

Já o Editor-Geral Ronaldo Junqueira destaca de forma comovente e sentida:

“O jornalismo brasileiro está mais pobre, a cidade, mais triste. Os amigos estão mais sós.

Restam as palavras, a obra e o exemplo”.

A Bancada do PMDB associa-se ao imenso pesar da sociedade brasiliense pela morte de Edilson Cid Varela, e o faz rendendo sincera homenagem de reverência à sua memória imperecível.

**O Sr. Áureo Mello** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Senador Áureo Mello.

**O Sr. Áureo Mello** — Apenas para aproveitar a oportunidade do belo discurso de V. Exª, para me associar também ao pesar, que é geral aqui, neste Plenário, pelo passamento de Edilson Cid Varela. Era, antes de mais nada, um grande amigo de Brasília e uma pessoa que aspirava ver um dia a democracia chegar até nós, através de eleições no Distrito Federal. E o seu nome tantas vezes foi cogitado, inclusive para postos eletivos. Quando, em legislatura anterior, apresentei emenda à Constituição de 1967, que então se estava elaborando, no sentido de que houvesse eleições no Distrito Federal, Edilson Cid Varela, Ari Cunha e este modesto representante do Estado do Amazonas, quantas vezes discuramos, conversamos, debatemos, e Edilson sempre foi favorável, naqueles dias, ao regime democrático ser também instalado no Distrito Federal, através de eleições. Era um homem puro, inatacável, grande amigo, inclusive, de todos os jornalistas e eu, como antigo secretário do *Jornal do Comércio*, de Manaus, e locutor da Rádio Baré, ambos órgãos dos Diários Associados, me associo, plenamente, às palavras de V. Exª e do pesar de todos os componentes da família associada brasileira, pelo passamento do grande Edilson Cid Varela.

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Áureo Mello, que traz, com o seu aparte, a manifestação de solidariedade a esta homenagem que se presta, neste instante, a Edilson Cid Varela, e V. Exª o faz destacando a presença de Edilson Cid Varela na luta em favor da autonomia de Brasília e da sua estruturação democrática, que se completará no dia 1º de janeiro de 1991, com a posse daqueles que se elegerem para compor a Assembléia Distrital na capital da República.

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite-me V. Exª um aparte?

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Com muita honra, nobre Senador Afonso Sancho.

**O Sr. Afonso Sancho** — Senador Mauro Benevides, associe-me a esta justa e oportuna homenagem póstuma feita por V. Exª a esse grande nordestino que foi Edilson Cid Varela. Realmente, ele tinha no sangue, corria nas suas veias o jornalismo puro, o jornalismo sério, o jornalismo de que o Brasil necessitava. Chegando aqui, logo nos primórdios de Brasília, implantou o jornal dentro da Cadeia Associados de Chateaubriand, e foi o primeiro jornal do Brasil que usou equipamento moderníssimo, como seja, a composição a frio e impressão em off set. Tudo isso é a demonstração do espírito empreendedor de um homem que agora perdemos do nosso convívio comum. Nobre Senador Mauro Benevides, V. Exª está prestando uma grande justiça ao homem que todo o Brasil, como disse o nobre Senador Jarbas Passarinho, admirava, pelo seu talento, pela sua força; pelo seu espírito de empreendedor.

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Testemunho também a V. Exª, nobre Senador Afonso

Sancho, o meu reconhecimento por sua adesão à homenagem póstuma que se tributa neste momento ao grande jornalista Edilson Cid Varela, que, como V. Exª, tinha a responsabilidade de dirigir uma empresa jornalística — ele, o *Correio Braziliense*, e V. Exª, a conceituada *Tribuna do Ceará*, que se edita na Capital de nosso Estado.

**O Sr. João Castelo** — Permite V. Exª um aparte?

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Pois não.

**O Sr. João Castelo** — Nobre Senador Mauro Benevides, quero, em rápidas palavras, deixar, através deste aparte ao seu discurso, o testemunho de uma pessoa que, ao chegar a Brasília para exercer o primeiro mandato, como eu, há 20 anos, conheci, naquela ocasião, Edilson Cid Varela. Homem afável, muito sincero, de bom caráter e, sobretudo, sério na sua profissão, o que dignifica aquilo que chamo do celeiro da Cadeia dos Diários Associados, que foi em tão boa hora, implantada por Assis Chateaubriand. Composta por grandes homens que ainda lá estão por outros mais novos que surgirão, calcados até mesmo no exemplo dele e de tantos outros que enobrecem a Cadeia Associada, quero dizer a V. Exª que Edilson Cid Varela fará falta; fará falta porque, sem dúvida alguma, ele já havia sido incorporado ao Patrimônio de Brasília. Era uma figura extremamente humana e inconfundível, sobretudo pelo trato e pelos interesses que dedicava à vida desta cidade. Aqui fica, em meu nome pessoal, em nome de minha família e, principalmente, em nome do povo maranhense, que represento neste Congresso, nosso sentimento de profundo pesar por esta perda irreparável para a família Associada e para o jornalismo brasileiro.

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Exª, nobre Senador João Castelo, que expressa, neste instante, seus sentimentos, de sua família e do glorioso Estado do Maranhão, lembrando, como o fez, o fato de que se abre no jornalismo brasileiro e, de forma particular, em Brasília, lacuna impreenchível com o desaparecimento, ontem ocorrido, do grande brasileiro Edilson Cid Varela.

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Mauro Benevides, permite-me V. Exª um aparte?

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Senador João Calmon, já citado por mim neste pronunciamento, velho e dedicado amigo de Edilson Cid Varela, a quem confiou, na estrutura dos Diários Associados, o desempenho de importantes posições, em Campos, em Juiz de Fora, em Goiânia e em outras cidades do País, onde Edilson Cid Varela teve oportunidade de pontificar como jornalista dos mais criteriosos e brilhantes.

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Mauro Benevides, V. Exª já destacou, com extraordinária felicidade, a obra imperecível de Assis Chateaubriand, em todo o Brasil, dando

ênfase especial à implantação na nova Capital do *Correio Braziliense*, da TV Brasília e da Rádio Planalto. A perda de Edilson Cid Varela já foi profundamente lamentada neste início de sessão do Senado Federal. Restamos um consolo: Edilson Cid Varela partiu, mas no seu lugar continua trabalhando, com a maior dedicação, com o maior devotamento, com um patriotismo inextinguível, um grupo que realmente representam, uma equipe de extraordinário valor, de excepcional devotamento à causa pública. V. Exª, que é uma das vozes mais autorizadas no Ceará, sabe que continuarão a obra de Edilson Cid Varela, no *Correio Braziliense*, dois conterrâneos seus: Paulo Cabral de Araújo — o atual Presidente do Condomínio Acionário dos Diários e Emissoras Associadas, e Ari Cunha, outro cearense de boa cepa, que vão garantir não apenas a continuidade dessa obra como a sua consolidação vada vez mais importante. Operam, também no *Correio Braziliense*, com um devotamento inextinguível, Ronaldo Junqueira — o Editor-Geral do nosso matutino; Alberto Sá, membro do Condomínio Acionário dos Diários Associados; Jairo Valadares — Diretor da TV Brasília, desde os primeiros dias de sua implantação e Maurício Direpi. Esse grupo, juntamente com todos os demais servidores da causa dos Diários Associados, essa comunidade deixa-nos tranqüilos em relação à continuação da obra iniciada por Assis Chateaubriand, realmente imperecível, e continuará consagrando-se de corpo e alma à defesa dos melhores interesses do Distrito Federal e do Brasil. Muito obrigado, nobre Senador Mauro Benevides, por seu belo pronunciamento que tanto nos comove.

**OSR. MAURO BENEVIDES** — Nobre Senador João Calmon, se neste Plenário são muitos os amigos que privavam da amizade pessoal de Edilson Cid Varela, sem dúvida alguma, V. Exª foi dentre eles, o que mais se identificou com esse jornalista, pelos vínculos do interesse jornalístico e empresarial e, sobretudo, pela afeição que os vinculava e que sinalizou uma amizade construída ao longo de várias décadas. O testemunho de V. Exª, neste instante, faz com que admiremos ainda mais aquele homem que marcou a sua presença na vida de Brasília, lutando de todas as formas para que construíssemos esta cidade, sonho de Juscelino Kubitschek, e que se tornou, em tão breve espaço de tempo, uma autêntica realidade.

Há poucos instantes, o eminente Senador Áureo Mello lembrava também a participação de Edilson Cid Varela nas lutas em favor da autonomia da Capital da República e da consolidação de toda a estrutura democrática. Foi, sem dúvida, um grande brasileiro, eminente Senador João Calmon, que V. Exª conheceu tão bem e nos pode oferecer agora uma manifestação significativa da sua admiração e respeito ao ilustre extinto.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Senador Divaldo Suruagy.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Não tive o privilégio de conhecer de perto o jornalista Edilson Cid Varela como tantos outros Senadores que apartaram V. Exª e que homenagearam a memória desse grande homem de imprensa. Mantive com Edilson Cid Varela encontros sociais. Conhecemos a sua vida, conhecemos a sua obra, não podia deixar de admirá-lo e de respeitá-lo. A razão maior do meu aparte é que Alagoas não poderia estar ausente das homenagens que são prestadas à memória desse homem que dignificou a imprensa brasileira. Em nome do povo de Alagoas, que tenho a honra de representar nesta Casa, agrego ao discurso de V. Exª as condolências do povo alagoano a esse homem que deve ser um modelo de exemplo para todos os seus Colegas.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Muito grato a V. Exª, eminente Senador Divaldo Suruagy, que, através do seu aparte, expressa a solidariedade do povo alagoano ao pesar da comunidade brasileira e de todo o Senado Federal, pelo desaparecimento, ontem ocorrido, do grande jornalista Edilson Cid Varela.

**O Sr. Odacir Soares** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Mauro Benevides?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Senador Odacir Soares.

**O Sr. Odacir Soares** — Solidarizo-me com V. Exª quando registra o falecimento desse grande jornalista, desse grande homem de imprensa, e também grande empresário da imprensa. Esta foi uma das características marcantes de Edilson Cid Varela, ou seja, o seu caráter empreendedor, a sua visão empreendedora, porque conseguiu implantar, em Brasília, um jornalismo moderno, constituído de um parque gráfico moderníssimo, conforme muito bem frisou o Senador Afonso Sancho. Edilson Cid Varela conseguiu aliar, ao fato de ser um homem de jornal ou de ser um jornalista, exatamente isto que registro agora, de ser também um empresário com visão moderna. E a maior demonstração disto foi exatamente o que conseguiu implantar, com o seu denodo, com a sua dedicação e com a sua visão, um jornalismo moderno no Distrito Federal. Fui também, durante muito tempo, repórter dos Diários Associados no Estado do Pará, e nessa época, tive o privilégio de trabalhar sob a direção-geral do eminente Senador João Calmon e, em Belém, com o saudoso Frederico Barata. De modo que, como egresso da Casa Associada, quero trazer também a minha palavra de solidariedade ao registro que V. Exª faz, levando a minha palavra à Família enlutada — sua esposa e parentes mais próximos. É uma perda lamentável para a cidade, lamentável para o País, porque perdemos um grande brasileiro, um grande jornalista e um grande em-

presário. Era o registro que eu gostaria de fazer no discurso de V. Exª

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Expresso a V. Exª, nobre Senador Odacir Soares, o meu agradecimento pela manifestação de apoio e de solidariedade à homenagem que se presta, neste instante, a Edilson Cid Varela. V. Exª fez questão de ressaltar as qualidades excepcionais desse grande jornalista, focalizando, de maneira particular, não apenas o brilho e o talento desse saudoso extinto, como igualmente a sua visão empresarial, a ponto de haver dotado Brasília, há cerca de 15 dias, da nova e majestosa sede do *Correio Braziliense*, órgão que tem funcionado primorosamente na Capital da República como um dos mais expressivos veículos de comunicação, e não apenas em Brasília, mas em todo o Território brasileiro.

Muito grato a V. Exª, eminente Senador Odacir Soares.

**O Sr. Leite Chaves** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Pois não, nobre Senador Leite Chaves.

**O Sr. Leite Chaves** — Não queria que V. Exª concluísse a sua oração sem que eu incorporasse também o meu aparte nessa homenagem. Com o desaparecimento do jornalista Edilson Cid Varela, pessoa de nossa grande estima, o jornalismo morre um pouco. Edilson Cid Varela era um homem que se situava numa fase singular da atividade social: era jornalista e empresário. O seu jornal é muito respeitado em Brasília, em grande parte pela sua atuação; é a sua própria imagem. Nunca vi esse jornal valer-se de sua influência para ser difusor de injúria, das inverdades ou de ataques gratuitos e constantes ao Congresso. Asseguro a V. Exª que o *Correio Braziliense* foi um veículo de grande importância na difusão dos trabalhos da Constituinte. Brasília participou efetivamente da Constituinte, também pela maneira como o *Correio Braziliense* divulgava as teses, divulgava as nossas discussões nesta Casa. De forma que me sinto, hoje, profundamente chocado com a sua morte. Surpreso, dela tomei conhecimento através do seu próprio jornal, que lhe traça um perfil muito justo e lembra determinados fatos dos quais foi ele pioneiro, como ele mesmo conta, numa das entrevistas passadas. Assis Chateaubriand não acreditava em Brasília, naquela fase inicial mas, mesmo assim, ele demonstrou tamanha credibilidade que, mesmo contra a determinação de Chateaubriand, ele fundou o jornal nesta cidade. Então, a homenagem que V. Exª presta é oportuna, é justa, e o Senado, em grande parte, é reconhecido ao esforço que fazia o *Correio Braziliense*, para que nós fôssemos mantidos numa instância de respeitabilidade alta, o que não fazem alguns outros jornais deste País.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Nobre Senador Leite Chaves, ao focalizar a figura inconfundível de Edilson Cid Varela, V. Exª realça a colaboração inestimável que o *Cor-*

*reio Braziliense* prestou na divulgação dos trabalhos de elaboração constitucional. Quando mal raiava o dia, recebíamos, em nossas residências, um exemplar do *Correio Braziliense* trazendo os debates que, na noite anterior, haviam sido travados no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Eram teses, eram propostas, eram formulações do maior interesse para a vida política, econômica e social do País; que o *Correio Braziliense*, dirigido por Edilson Cid Varela, fazia questão de divulgar para conhecimento dos habitantes de Brasília e de outras cidades onde circulava esse importante órgão da imprensa brasileira.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Líder José Ignácio Ferreira.

**O Sr. José Ignácio Ferreira** — Nobre Senador Mauro Benevides, também associo-me às palavras de V. Exª e sintonizo-me com as manifestações que foram feitas aqui, nesta Casa, por diversos Senadores. É realmente um episódio absolutamente marcante, pelo aspecto negativo, o falecimento de alguém que levou toda a sua vida a serviço daquilo em que acreditava. Um homem vocacionado para a atividade empresarial, para o jornalismo, que ocupou diversos postos nos Diários Associados, por exemplo, em Natal, em Goiânia, em Juiz de Fora, no Rio, mas foi aqui, neste chão de Brasília, que mais se viu empolgado pelo que fazia. Realmente as suas obras marcantes, o *Correio Braziliense* e a TV Brasília, fizeram dele um homem que vivia com intensidade os tempos de Brasília, porque vivia com intensidade a concretização dos seus sonhos. Parabenizo V. Exª por estar, nesta oportunidade, propiciando à Casa o ensejo de uma homenagem muito justa a quem muito fez por Brasília, pelo País e pela sociedade brasileira, pelo que deixou de seus sonhos concretizados aqui e em outros pontos do País.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Nobre Senador José Ignácio Ferreira, V. Exª ressaltou muito bem a justeza dessa homenagem que tributamos à memória de Edilson Cid Varela, ontem desaparecido. Ele foi um jornalista dos mais primorosos, um homem de empresa, de extraordinário arrojo e capacidade empreendedora, e reunia todas as qualidades de uma liderança tranquila e serena, que fez projetá-lo diante de todos nós, diante da comunidade brasileira e, certamente, diante dos porvindouros. Muito grato a V. Exª, eminente Líder José Ignácio Ferreira.

**O Sr. Alfredo Campos** — Permite-me V. Exª um aparte, Senador Mauro Benevides?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Com muita honra, nobre Senador Alfredo Campos.

**O Sr. Alfredo Campos** — Senador Mauro Benevides, sem querer alongar-me não mais do que 30 segundos, porque certamente vá-

rios Senadores querem comparecer ao sepultamento, deixo aqui a minha palavra pessoal e a do Estado que represento, Minas Gerais, nos mais sentidos, pêsames a esse jornalista, tão querido, de Brasília e do Brasil inteiro, que faleceu ontem.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Agradeço, nobre Senador Alfredo Campos. V. Exª traz a sua solidariedade pessoal e a do seu glorioso Estado de Minas Gerais, onde, possivelmente, em uma das suas principais cidades, Juiz de Fora, Edilson Cid Varela realizou, à frente do jornal associado, um trabalho dos mais dignos, veiculando, naquele órgão, as notícias, que mais diziam respeito ao interesse de Minas Gerais e daquela importante região do glorioso Estado das Alterosas.

Muito grato a V. Exª, eminente Senador Alfredo Campos.

**O Sr. Carlos Alberto** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Concedo o aparte ao eminente Senador Carlos Alberto.

**O Sr. Carlos Alberto** — Senador Mauro Benevides, congratulo-me com V. Exª no momento em que homenageia a figura do norteio-grandense Edilson Cid Varela. Nascido na pequenina cidade de Macaíba, Edilson Cid Varela teve uma atuação das mais brilhantes no Estado do Rio Grande do Norte, com participação efetiva na construção do jornal associado *Diário de Natal*, que circula de terça-feira a sábado, e do matutino *O Poti*. Foi um dos responsáveis também pela fundação da Rádio Poti, de Natal. Edilson Cid Varela sempre dedicou uma atenção muito especial a seu Estado. Veio para Brasília, e aqui, homem dos Diários Associados, fundou o *Correio Brasileiro*, e à frente deste Jornal deu tudo de si. Mesmo em Brasília, o Dr. Edilson Cid Varela mantinha uma atenção muito especial ao Rio Grande do Norte. Sempre esteve à frente também do nosso *Diário de Natal*. Portanto, nesta hora em que V. Exª presta as últimas homenagens ao jornalista Edilson Cid Varela, solidarizo-me com o nobre colega.

**O SR. MAURO BENEVIDES** — Nobre Senador Carlos Alberto, esta homenagem não se completaria, na magnitude dos sentimentos mais caros, se não ouvíssemos a voz do Rio Grande do Norte, Estado Natal de Edilson Cid Varela, exatamente quando ali ele iniciou, nos idos de 1940, a sua brilhante trajetória, dirigindo *A República*, *O Poti* e aliçando todo aquele cabedal imenso de experiência e tirocinio, que alguns anos mais tarde fizeram-no dirigir com tanto apuro e segurança o grande *Correio Brasileiro*.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois de todas essas manifestações sensibilizadoras, a Bancada do PMDB associa-se ao imenso pesar da sociedade brasileira, pela morte de Edilson Cid Varela, e o faz rendendo sinceras homenagens e reverências à sua memória imperecível.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Com a palavra o nobre Senador Maurício Corrêa.

**OSR. MAURÍCIO CORRÊA** (PDT — DF. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em meu nome pessoal e do Partido a que pertengo, o PDT, e também em nome do Partido Socialista Brasileiro, aqui representado pelo seu Senador e Presidente, Senador Jamil Haddad, gostaria de me associar nessas homenagens que se prestam, neste instante, à memória da extraordinária figura humana, do jornalista Edilson Cid Varela.

O Padre Antônio Vieira, nos seus *Sermões*, mais precisamente no *Sermão da Quadragésima*, mencionava aquilo que passou a ser um grande mote para os grandes pregadores da Língua Portuguesa: *Memento, homo, quia pulvis es, et in pulverem reverteris*. — “Lembra-te, homem, que és pó, e em pó te has de tornar.”

Trago exatamente essa recordação do brilho, da inteligência do Padre Vieira, naquele extraordinário *Sermão* para lembrar, exatamente, a nossa passagem aqui na Terra, porque nada significa se ela não deixar obras, não deixar palavras, não deixar gestos.

Edilson Cid Varela, Srs. Senadores, foi um homem que demonstrou sempre um profundo equilíbrio no seu relacionamento empresarial e uma harmonia muito grande no que tange ao trato com os seus empregados e com a comunidade como um todo. O jornal *Correio Brasileiro* passou, ao longo de todo esse tempo, por dificuldades enormes. Lembrou-me que no período militar, quando a censura entrou pelas redações, o Jornal também passou por essa vicissitude, e sofreu as consequências que todos os jornais, de um modo geral, sofreram no Brasil.

Antes daquele período, recordo-me, inclusive, que João Orlando Barbosa, o nosso querido “Gueguê,” que foi o Chefe de Divulgação do Senado, era o editorialista do *Correio Brasileiro*, e evoco aqui aquelas belas páginas que “Gueguê” escrevia a respeito da nossa Cidade, a respeito do drama que vivia a Nação brasileira naquela ocasião, enfim, a posição que o jornal defendia, tendo em vista os mais altos interesses do povo brasileiro e da Nação brasileira.

Sr. Presidente teve Edilson Cid Varela todas as oportunidades de ser rico com o relacionamento enorme que possuía. Entretanto, preferiu apenas a direção do jornal, abdicando de toda e qualquer vaidade, de todo e qualquer interesse, no que tange à construção de um grande império pessoal. Inclusive, teria condições tranquilas de se eleger deputado ou senador, na primeira eleição que possibilitou a participação de Brasília no Congresso Nacional.

Coerente com as suas posições, porque sempre foi contrário à representação política em Brasília, nunca manifestou qualquer interesse por isso. Era um homem extremamente justo na apreciação das matérias que eram colocadas no seu jornal. Há pouco tempo, inclusive, o Governador de então, Sr. Joa-

quim Roriz, havia anunciado pelo *Correio Brasileiro* e outros jornais daqui que eu e o Senador Pompeu de Sousa éramos contra os pobres, a respeito desses assentamentos realizados ultimamente em Brasília, e não tivemos oportunidade de nos defender. Fui chamado a uma das emissoras de televisão e lá fiz um apelo: gostaria aqui de chamar a atenção do ilustre Superintendente dos Diários Associados, um homem que conheço de longa data na Capital da República. No outro dia, ele mandou que um repórter viesse aqui e nos deu o mesmo destaque para responder aquilo que o então Governador havia falado com relação a nós.

Em outra ocasião, fui aos Estados Unidos, com direção ao Japão, e passei no *Hotel Flamboyant*, em Miami, para cumprimentar, para ver Edilson Cid Varela, todos sabem, era o representante oficial dos Diários Associados que detinha aqui a permissão para fazer o concurso de Miss Universo.

Indaguei ao porteiro onde estava o Sr. Varela. Perguntei no meu frágil e débil inglês. O porteiro me informou que: “Mr. Varela is in swimming pool”. Se o meu inglês está correto, acho que ele quis dizer que Mr. Varela estava na piscina.

Para lá me dirigi, Sr. Presidente, e o vi resfolegado em uma espreguiçadeira com sua senhora, usufruindo das delícias daquele momento, mas com responsabilidade de dirigir, fora do País, a representação daquele cargo que ele tinha, que era exatamente o de dirigir o concurso de Miss Universo no Brasil, no momento em que aquilo significava muita coisa para a sociedade brasileira.

Era um homem, portanto, equilibradíssimo, justo, e eu vou, no momento adequado, requerer uma homenagem do Senado para a ilustre figura do grande Edilson Cid Varela.

Verifico que hoje, inclusive por esta demonstração de apreço a sua memória, temos aí a evidência de que a sua memória já é recordada.

**O Sr. João Calmon** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Com a maior honra, nobre Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** — Nobre Senador Maurício Corrêa, V. Exª fala em nome do seu Partido, o PDT, e pelo Partido Socialista Brasileiro, aqui representado pelo nobre Senador Jamil Haddad. Em nome da família cívica de Assis Chateaubriand, desejo agradecer suas palavras tão carinhosas em relação ao primoroso ser humano que foi Edilson Cid Varela. Neste momento, já no final destas homenagens prestadas à sua memória, desejo também transmitir — estou certo que falo em nome de todo o Senado — os nossos votos de profundo pesar à D. Nita Varela, que foi o seu anjo da guarda, a sua musa inspiradora, que o acompanhou nesses últimos anos tormentosos, enfrentando doença insidiosa com um carinho realmente emocionante. Ligando esta homenagem à viúva, mergulhada em profunda dor, creio interpretar o sentimento



desta Casa do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que agradeço a V. Ex.<sup>a</sup> e ao Senador Jamil Haddad esta solidariedade à nossa família, à família de Chateaubriand, hoje profundamente enlutada. Nossos votos de pesar se estendem às filhas de Edilson Cid Varela — Elizabeth e Eliane.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Senador João Calmon, V. Ex.<sup>a</sup> lembra muito bem a importância de D. Nita na vida de Edilson Varela. Uma portuguesa de grande formação intelectual, refinada no trato, uma mulher exemplar. Foi ela que sempre esteve ao lado de Edilson Cid Varela ao longo de toda essa vida, aqui em Brasília, passando por todos os percalços por que passou também o *Correio Braziliense*.

Para finalizar, Sr. Presidente, sentir-me-ia no dever de dizer aqui que o *Correio Braziliense* foi o primeiro jornal a se instalar na Capital da República, e passou a ser, na realidade, uma verdadeira universidade, no campo jornalístico. Eu diria que muitas centenas de excelentes repórteres e jornalistas saíram exatamente das redações do *Correio Braziliense* na Capital da República. É um jornal que passou por todos esses problemas, enfrentou concorrências, manteve a sua posição, e continua hoje com uma bela sede, um enorme patrimônio na Capital da República.

E, ao se recordar esse aspecto, é bom salientar que o Dr. Assis Chateaubriand era contrário à Capital da República. Aqui, muitos devem-se lembrar dos editoriais, das manifestações dos Diários Associados do Brasil contra o descortino de Juscelino Kubitschek com relação à visão, diríamos até, faraônica de instalar em pleno cerrado uma capital que depois se inauguraria e que se projetou, como hoje se encontra, como um exemplo de grandeza e de arrojo da capacidade do homem público brasileiro.

Sr. Presidente, foi através da arrojada participação, do desprendimento, da coragem do Senador João Calmon, que foi possível a instalação dos Diários Associados na Capital da República. Foi ele, sem dúvida alguma, que procurou os recursos, buscou os recursos, atraiu os recursos de Minas e São Paulo, salvo engano até de Goiânia, para que se instalasse aqui o *Correio Braziliense* e a TV Brasília canal 6.

Depois, quando Assis Chateaubriand chegou a Brasília, verificou o fato consumado. Logo depois, inclusive, o problema que o deixou numa cadeira de rodas é que ele passou a ser o grande defensor do Distrito Federal, de Brasília, a Capital do Brasil.

Ficam aqui, portanto, registradas as palavras, ao lado da homenagem justa que se presta à insigne memória de Edilson Cid Varela, esse dado específico com relação à participação do Senador João Calmon, na construção, na implantação, em Brasília, do *Correio Braziliense* e de todo o seu complexo.

**O Sr. Iram Saraiva** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Iram Saraiva** — Senador Maurício Corrêa, estamos chegando do Estado de Goiás, quando recebemos a infausta notícia do desaparecimento do grande jornalista Edilson Cid Varela. E causou a todos nós uma grande tristeza, Senador Maurício Corrêa. Temos uma história longa, uma história e trajetória que eu diria belíssima, escrita não só pelos órgãos que Edilson Cid Varela dirigiu, mas também pela sua própria vida. Sabe bem V. Ex.<sup>a</sup> que aqui no Distrito Federal vivemos os problemas e as dificuldades de sermos vizinhos. Problemas eu diria, porque a Capital federal está incrustada no Estado de Goiás. Lógico que não poderíamos dizer que tudo corre às mil maravilhas. Sempre pudemos observar a preocupação de Edilson Cid Varela nas questões ligadas ao entorno, problema sério, problema grave para todos nós do Distrito Federal e de Goiás. A participação desse grande Jornalista e dos seus órgãos de comunicação, na tentativa de, através de seminários, de reportagens, através de denúncias, tentar encontrar para todos nós, goianos e brasilienses, as soluções para os nossos municípios, ele prestou relevantes serviços. E não bastasse esse seu amor pelo Distrito Federal e por Goiás; não bastasse a sua profícua vida em favor da justiça, do respeito pela liberdade de imprensa, ele ainda era um grande conselheiro. Pude, muitas vezes, encontrando-me com ele, receber várias de suas luzes, e eu me permiti interromper a brilhante oração de V. Ex.<sup>a</sup> para dizer, em nome do Estado de Goiás, que lamentamos e choramos profundamente a perda desse grande Jornalista.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — V. Ex.<sup>a</sup> traz um testemunho muito importante, porque Edilson Cid Varela veio exatamente de Goiânia para aqui — e Goiânia foi sempre um suporte na época da instalação da Capital da República, através de fornecimento de material humano, através, inclusive, de suporte de natureza genérica do ponto de vista da implantação da Capital da República, nos aspectos relativos à construção civil, à vinda de engenheiros, enfim, de todo um potencial humano que habitou o Planalto Central. Recebo a associação de V. Ex.<sup>a</sup> a este modesto discurso como honra muito grande, porque testemunha o apreço do Estado de Goiás à inolvidável figura de Edilson Cid Varela.

**O Sr. José Agripino** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Com o maior prazer, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** — Senador Maurício Corrêa, desejo associar-me à justa manifestação que V. Ex.<sup>a</sup> presta neste momento ao meu conterrâneo Edilson Cid Varela, que era potiguar como eu, potiguar com uma larga folha de serviços prestados à imprensa do meu Estado, onde também foi pioneiro — praticamente, a primeira rádio em Natal foi obra sua, a Rádio Poti. Pelo seu equilíbrio e pela sua competência, pela sua moderação de postura, inclusive, ele implantou um jor-

nal que, para o meu Estado, um Estado com população pouco superior a 2 milhões de habitantes, pela seriedade do jornal, pela competência do seu corpo editorial, exerce mais do que o papel de liderança no meu Estado. Talvez seja o jornal, dentre todos os Estados brasileiros, com maior tiragem *per capita* em todo o Brasil. A existência da Rádio Poti e do *Diário de Natal* tem dado uma contribuição muito grande à informação e à cultura potiguar, à informação que é dada, evidentemente, sempre com o sentido jornalístico, mas sempre com o sentido de orientar, jornal sério, fruto fundamentalmente da inspiração de quem o criou, do potiguar Edilson Cid Varela que, saindo do Rio Grande do Norte, construiu um nome nacional dentro dos Diários Associados. Estou acabando de chegar do edifício-sede do *Correio Braziliense*, onde, neste momento, é velado o corpo do meu amigo Edilson Cid Varela, e ao entrar neste plenário vejo que V. Ex.<sup>a</sup>, mineiro, representante do Distrito Federal, presta uma homenagem a um grande brasileiro, mas, acima de tudo, a um grande potiguar, e com este testemunho e fazendo este registro é que desejo cumprimentar V. Ex.<sup>a</sup> pela iniciativa, e, como potiguar, agradeço as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Sabe V. Ex.<sup>a</sup>, Senador José Agripino, o orgulho que tinha Edilson Cid Varela em trazer no coração a sua condição de potiguar. E aqui, em Brasília, dedicava uma atenção toda especial a todos os imigrantes que vinham do Rio Grande do Norte, e que o procuravam na busca de recomendação, na busca de um emprego.

Sempre foi — como eu disse anteriormente — uma figura humana exemplar. V. Ex.<sup>a</sup> engrandece este discurso com a sua participação.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um ligeiro aparte?

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — Com o maior prazer, nobre Senador Pompeu de Sousa.

**O Sr. Pompeu de Sousa** — Já que V. Ex.<sup>a</sup> e o nobre Senador José Agripino mencionam a condição de potiguar de Edilson Cid Varela, algo muito comovente chegara ontem ao meu Gabinete, e só hoje pela manhã tomei conhecimento, um convite nestes termos:

O Diretor Superintendente do *Correio Braziliense* — Dr. Edilson Cid Varela — e o Presidente do Centro Norte-Rio-Grandense de Brasília — Dr. Romildo Teixeira de Azevedo — têm a honra de convidar Vossa Excelência e Excelentíssima Família para assistirem à abertura da Mostra representativa dos 1.500 Títulos da "Coleção Mossoroense", em ato comemorativo do 70º aniversário natalício do seu fundador e editor Prof. Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, Diretor da Escola Superior de Agricultura de Mos-



soró e Presidente da Fundação Guimarães Duque.

Orador: Prof. João Batista Casculo Rodrigues — Presidente do Conselho Deliberativo do Centro Norte-Rio-Grandense de Brasília.

Esta homenagem seria quarta-feira, dia 6 de junho. Ele estava convidando, foi o último convite que ele mandou.

**O SR. MAURÍCIO CORRÊA** — V. Ex<sup>a</sup> vê que falo a verdade, e isso demonstra o amor dele à sua terra. Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixou Edison Cid Varela um exemplo, exemplo que é seguido hoje por todos aqueles que integram os Diários Associados na Capital da República.

Nós temos em Brasília, hoje, dirigindo os Diários Associados, figuras exemplares que são herdeiros da inteligência, da cultura, do exemplo da capacidade de Edison Cid Varela. Nós temos em Brasília, hoje, sob o comando da organização Ari Cunha, Paulo Cabral, Alberto de Sá Filho, Maurício Direpi, Jairo Valadares e tantos outros que, seguramente, nas trilhas de Edison Cid Varela, procurarão sempre levar a imprensa de Brasília, sobretudo sob a responsabilidade dos Diários Associados mais precisamente o *Correio Brasileiro*, *Rádio Planalto* e a *TV Brasília*, para os destinos corretos de serviços altamente positivos e engrandecedores à causa de Brasília e do Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) A Mesa se associa às homenagens que foram prestadas pelo Plenário, e, assinala que, antes que o Distrito Federal tivesse uma Câmara representativa, o seu representante de 1960 até hoje foi Edison Cid Varela.

Antes, era ele a voz que falava, através do *Correio Brasileiro*, em defesa dos interesses e das aspirações do povo do Distrito Federal.

Sua morte, portanto, desfalece a representação do Distrito Federal de um dos seus mais combatentes lidadores.

Embora não tivesse Edison Cid Varela uma cadeira no Senado ou na Câmara, era um representante das aspirações e anseios do povo do Distrito Federal.

Aqui fica a homenagem da Mesa a esse grande jornalista que tanto dignificou a imprensa, não só no Distrito Federal, mas onde quer que tenha atuado durante a sua longa e proveitosa existência.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de Medida Provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Presidência recebeu a Mensagem nº 131, de 1990 (nº 449/90, na origem), pela qual o Presidente da República comunica que se ausenta hoje do País para participar, em Assun-

ção, Paraguai, das solenidades comemorativas do Centenário do Sistema Interamericano e dos atos inaugurais do Vigésimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

É a seguinte a mensagem recebida:

**MENSAGEM Nº 131, DE 1990  
(Nº 449/90 na origem)**

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal

Tenho a honra de informar a Vossas Excelências que deverei me ausentar do País, no dia 4 de junho de 1990, para participar, em Assunção, a convite do Presidente Andrés Rodríguez, das solenidades comemorativas do Centenário do Sistema Interamericano e dos atos inaugurais do Vigésimo Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

2. Meu Governo está firmemente determinado a continuar a prestigiar a Organização dos Estados Americanos como foro destinado ao diálogo político e à concertação hemisférica. A comemoração do Centenário da Primeira Conferência Internacional Americana constitui ocasião particularmente oportuna para se reforçarem os ideais de solidariedade e de cooperação continental que inspiram a Carta da Organização dos Estados Americanos, propósito que pretendo realçar no discurso que pronunciarei no Plenário da Assembleia Geral.

3. Como é do conhecimento de Vossas Excelências, as relações de amizade do Brasil com o Paraguai ocupam lugar privilegiado em nossa política externa e caracterizam-se pela sua solidez, densidade e abrangência. Minha presença, em Assunção, juntamente com a de outros Chefes de Estado de nossa região, não apenas atende ao convite do Presidente do Paraguai, a mim reiterado pessoalmente por seu Ministro das Relações Exteriores, em Brasília, como também sinalizará a firme vontade de meu Governo de aprofundar com aquele país vínculos de bom entendimento e de estreita cooperação.

Brasília, 1º de junho de 1990. — **Fernando Collor**.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Estão presentes na Casa 47 Srs. Senadores. Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**FINALIDADE**

Cumprimento do disposto no art. 216, § 1º, do Regimento Interno, com relação à Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Dr<sup>a</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello.

Esta sessão foi destinada à apreciação, pelo Senado, na forma do Regimento Interno, art. 216, § 1º, para decidir sobre a declaração de infração à letra constitucional e regimental

pela Sr<sup>a</sup> Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento.

A Mesa vai dar conhecimento ao Plenário, com data de hoje, da seguinte comunicação hoje recebida — Aviso nº 432:

Av. nº 432

Brasília, 4 de junho de 1990

Exm<sup>o</sup> Sr.

Senador Nelson Carneiro

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

Tomiei conhecimento de que a decisão da Mesa do Senado, referente ao Requerimento de Informações nº 39/90, transitou no Plenário dessa Casa sem que o mesmo se opusesse ao levantamento do sigilo bancário.

Em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas, porque obedecido o disposto no § 4º do artigo 38 da Lei nº 4.595, de 1964.

Por isso, determinei ao Banco Central as providências necessárias para que, dentro dos próximos cinco dias, à vista das dificuldades operacionais, possam os primeiros dados ser fornecidos ao Senado Federal.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada consideração. — **Zélia Maria Cardoso de Mello**, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — O nobre Senador Jamil Haddad já se havia levantado.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas pedi a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JUTAHY MAGALHÃES** (PSDB — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, sei que todos nós desejamos que este assunto seja encerrado o mais breve possível, mas é preciso tomarmos certas precauções.

V. Ex<sup>a</sup> veja que, no ofício, o Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central — e é realmente para se levantar uma questão de ordem e não se fazer um pronunciamento — quando fez o ofício ao Chefe da Assessoria Parlamentar, dizia:

“A propósito cumpre-me comunicar a V. S<sup>a</sup> que o disposto no § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595, que continúa em pleno vigor, mesmo diante do estatuído no § 2º do art. 50 da Constituição de 1988, condiciona, *in casu* à aprovação do Plenário do Senado Federal a obrigatoriedade da prestação das informações em apreço.”

Desde o primeiro instante, o assunto era aprovação pelo Plenário. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, atendendo à solicitação de V. Ex<sup>a</sup> — e fui o Relator na Comissão —, procurou provar que isso não era necessário. Diante da nova Constituição de 1988, a Mesa do Senado tinha autoridade para encaminhar o requerimento de informações. Isto foi aceito. A manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aceitou essa tese levantada na Comissão.

Sr. Presidente, neste ofício, que acabo de ouvir a leitura, S. Ex<sup>a</sup>, a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, continua querendo interpretar o Regimento. No ofício anterior, S. Ex<sup>a</sup> fez a sua interpretação do Regimento Interno a seu modo, dizendo "que nós tínhamos errado na interpretação do nosso Regimento". Ainda sugeriu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania fizesse uma revisão da sua manifestação. Como Relator, não tenho que rever nada.

Fico preocupado, Sr. Presidente — e aí é que vai a questão de ordem —, porque, observe V. Ex<sup>a</sup>, no ofício que acabou de ler, S. Ex<sup>a</sup>, se remete a dizer "que o assunto passou pelo Plenário", dando a entender que havia uma delegação do Plenário para o atendimento dessa providência; uma deliberação aqui do Plenário neste sentido, que não houve, porque não tinha que haver. S. Ex<sup>a</sup> está redondamente equivocada quando faz referência a isso, e a minha questão de ordem é para que fique bem claro que o Plenário não foi ouvido e não deliberou sobre um assunto que não devia deliberar, o que prevalece é a decisão da Mesa, que encaminhou o processo para o atendimento por parte da Ministra ao requerimento de informações.

A minha solicitação foi esta, Sr. Presidente; que V. Ex<sup>a</sup> declare claramente que o Plenário não foi ouvido e não deliberou nada sobre este assunto, porque não tinha que deliberar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — A Mesa vai responder à questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>. Realmente, em duas oportunidades, a Sr<sup>a</sup> Ministra reiterou a afirmação de que esperava, que se renderia a uma decisão do Plenário, da Mesa, e aí enviaria as informações solicitadas. Quer dizer, entendia S. Ex<sup>a</sup> e continua, parece, pelo seu ofício, entendendo que é necessária a decisão do Plenário.

O que houve foi que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinou pela prevalência do texto constitucional contra o dispositivo legal, e essa decisão da Mesa, que poderia ser objeto de recurso para o Plenário, já que a Mesa aceitou o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi aceita unanimemente pela Casa.

Portanto, esta decisão que era da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania passou a ser uma decisão do Senado Federal. O Senado Federal entendeu e entende, ainda agora, que não há necessidade de exame, pelo Plenário, de pedido de informação que diga respeito ao sigilo bancário, que está preser-

vado no Regimento Interno, em dispositivos especiais.

Por conseguinte, o que se vai decidir, neste momento, é, excluída a opinião pessoal da Sr<sup>a</sup> Ministra, que não se pode sobrepor à opinião unânime do Senado Federal, se se fará ou não o expediente relativo ao disposto no art. 216 do Regimento Interno — remessa à autoridade competente para o processamento de S. Ex<sup>a</sup> — ou se se aceita a conclusão do seu ofício, que é o anúncio de que dentro de 5 dias remeterá ao Plenário as informações solicitadas.

Velho advogado, sou daqueles que acreditam que nos pleitos judiciais, e muitos já encontrei, muitas vezes fui derrotado, e pode-se dizer, vencido, mas não convencido. Nem por isso fiz prevalecer as minhas idéias; me submeti, sempre, à decisão judicial, e creio que a Sr<sup>a</sup> Ministra reafirma que no seu entender está vencida, mas não convencida.

Em todo caso, cumpre a decisão. Acho que devemos examinar se S. Ex<sup>a</sup> irá cumprir a decisão do Plenário do Senado, que é a decisão da Mesa, ratificada pela inexistência de recurso, sem discutir os motivos que a levam a render-se à determinação constitucional.

Portanto, é como se a Sr<sup>a</sup> Ministra escrevesse dizendo-se "vencida, mas não convencida", e que vai enviar as informações.

De modo que é este meu entendimento de antigo profissional do Direito. Parece que a explicação de S. Ex<sup>a</sup> não vai ser objeto de exame pelo Plenário; o que vai ser objeto de exame é a conclusão. O Senado não pode exigir que S. Ex<sup>a</sup> mude de opinião; ela pode continuar com sua opinião, mas essa não é a opinião do Plenário. Ela apenas disse que vai enviar as conclusões e diz expressamente; por isso, a meu ver, não devemos discutir qual a opinião da Sr<sup>a</sup> Ministra, nem o que ela continua pensando. Mas o que importa ao Congresso é a parte final.

"Por isso determinei ao Banco Central as providências necessárias para que, dentro dos próximos dias, à vista das dificuldades operacionais, possam os primeiros dados ser fornecidos ao Senado Federal."

O que se vai discutir é apenas isso: a parte final, não a opinião da Sr<sup>a</sup> Ministra. O Senado já tem uma opinião: sempre que se tratar de requerimento de informações, qualquer que seja o seu objetivo, sobre sigilo bancário ou sobre qualquer outra matéria, a competência para aprovar ou rejeitar o pedido é da Mesa do Senado Federal. E isso foi afirmado, com a decisão da Mesa ao acolher parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a concordância do Plenário, na ausência de qualquer recurso. Essa é que é a situação.

Vamos, neste momento, decidir se devemos prosseguir no processo ou se vamos aceitar a declaração da Sr<sup>a</sup> Ministra de que vai enviar as informações. As razões que cada um de nós tem para aceitar essa ou aquela

decisão judicial, são várias, mas todos temos que nos render, na vida judiciária, à sentença. A sentença foi de que as informações devem ser prestadas e vão ser prestadas se o Plenário assim entender o aviso que acaba de ser lido.

**O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, quem ouviu, neste momento, a palavra de V. Ex<sup>a</sup>, teve a sensação de que nada houve e que a Ministra está apenas pedindo mais um prazo de 5 dias para prestar as informações, porque reconheceu que o Plenário — como disse o Senador Jutahy Magalhães — aprovou o requerimento.

Sou obrigado a usar uma palavra que não gostaria: S. Ex<sup>a</sup> é extremamente petulante; S. Ex<sup>a</sup> queria o reexame da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; disse S. Ex<sup>a</sup> que o requerimento não se enquadrava no Regimento Interno do Senado e contestou todo o parecer da douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, vou ler um tópico de entrevista de página inteira concedida por S. Ex<sup>a</sup> e publicada ontem, no *O Globo*:

"Alegando cansaço profundo, trabalhando exaustivamente, sem tempo para resolver os seus problemas pessoais, a Ministra da Economia desabafou que está sendo perseguida por Senadores que desejam processá-la por crime de responsabilidade."

Pertunto: qual a nossa perseguição? Fazer cumprir a Constituição e o Regimento do Senado?

É preciso fazer um retrospecto desde o início.

No dia 19 de março, apresentei o requerimento, que foi analisado e aprovado pela Mesa, havendo o mesmo dado entrada no Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no dia 29 de março. A 29 de abril, completaram-se os 30 dias sem resposta alguma do Ministério. No dia 8 de maio, dois dias antes de a Ministra aqui comparecer, em razão de outro requerimento meu, convocando a vir a este Plenário, S. Ex<sup>a</sup> mandou o primeiro ofício dizendo que não respondia porque não tinha havido aprovação pelo Plenário, de acordo com a lei que criou o Banco Central. Fiz questão, Sr. Presidente, de perguntar a S. Ex<sup>a</sup>, no dia 10, quando aqui esteve, se confirmava os dizeres do ofício encaminhado a esta Casa. S. Ex<sup>a</sup> os confirmou. Solicitei, então, o seu enquadramento no crime de responsabilidade, como preceituam o art. 50, § 2º da Constituição e o art. 216 do nosso Regimento Interno.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> entendeu por bem remeter o tema à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e esta deliberou com o brilhante parecer do Senador Jutahy Magalhães, que, inclusive, cita o parecer do Procu-

rador-Geral da Fazenda Cid Heráclito, num caso idêntico, com o Senador José Fogaça, em que S. Ex<sup>a</sup> mandou que o Banco Central remetesse ao Senador as informações, porque teriam que ser respondidos os quesitos formulados, encarecendo a conveniência na manutenção do sigilo a quem recebesse os esclarecimentos.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup>, na realidade, foi ilaqueado na sua boa-fé, deu mais 24 horas à Ministra. Recebeu depois um telefonema do Ministro da Justiça, e me chamou à Mesa, onde presidia a sessão do Congresso, para declarar que havia recebido um telefonema do Ministro da Justiça, em que S. Ex<sup>a</sup> solicitava uma pouca de paciência, mais algumas horas, para que a resposta viesse à Casa. V. Ex<sup>a</sup> deixou o Secretário da Mesa O Sr. Nerio, de plantão, e às 10 horas chegou a resposta. A resposta era de que não viria a resposta, e V. Ex<sup>a</sup>, como manda o Regimento, que determina 72 horas após a negativa, o que já havia ocorrido no dia 29 de abril, convocou sessão para hoje, a fim de o assunto ser discutido.

Sr. Presidente, há um detalhe que faço questão de relatar a esta Casa.

Quinze dias após a Mesa ter remetido o meu requerimento ao Ministério, fui procurado pelo antigo Assessor Parlamentar do Banco Central, Sr. Odilon Guimarães, acompanhado de outro funcionário do Banco Central, que ali trabalhava no setor de fiscalização, quando me entregou um documento, mostrando que haveria necessidade de prazo um pouco maior para poder responder àqueles quesitos. E declarava mais que já haviam praticamente levantado do dia 1<sup>o</sup> ao dia 15 de março, e que, então, retroagiriam, porque o meu requerimento era de 15 a 15. Poucos dias após, eu soube que esse funcionário havia sido retirado da função e ao Assessor Parlamentar foram concedidas férias, não tendo voltado ao cargo.

Sr. Presidente, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> inicia a sessão para o enquadramento da Sr<sup>a</sup> Ministra em crime de responsabilidade, V. Ex<sup>a</sup> recebe, do ilustre Líder do Governo, um ofício em que S. Ex<sup>a</sup> continua insistindo que este Plenário votou, razão pela qual agora ela fornece os dados.

**O Sr. Jutahy Magalhães —** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD —** Só para concluir. Logo em seguida, concederei o aparte, com toda satisfação.

Sr. Presidente, aí S. Ex<sup>a</sup> pede mais 5 dias para iniciar a dar os dados. Provavelmente, é o prazo necessário para o enxugamento das informações. Porque, pelos comentários que temos ouvido, de grandes vazamentos, certamente este é um prazo para que haja uma revisão e, talvez, um enxugamento das informações. Chego a acreditar nisso. Por que agora querem dar, se o negaram até agora? Em momento algum, concordaram em dar essas informações.

Sr. Presidente, no regime democrático pleno, há de haver a harmonia e a independência dos poderes.

O Senado da República não pode abdicar, em absoluto, do seu direito constitucional de fiscalizar o Poder Executivo. E esta fiscalização se faz, também, a partir dos requerimentos de informações.

Sr. Presidente, é lamentável a maneira pela qual o Poder Executivo trata o Poder Legislativo. Tenho dito, reiteradamente, nesta Casa, que Sua Excelência o Presidente Collor foi eleito democraticamente, mas rompeu a moldura democrática e transformou-se num imperador: só quer fazer prevalecer a sua vontade contra o Poder Legislativo e contra o Poder Judiciário.

Sr. Presidente, o que este aviso diz não me comove, porque tenho dúvidas a respeito de como o Ministério informará a esta Casa com referência ao requerimento de minha autoria.

**O Sr. Jutahy Magalhães —** Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD —** Com prazer, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jutahy Magalhães —** Senador Jamil Haddad, aproveito o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que vem abordando esta questão com a seriedade devida, para fazer um histórico e uma remissão aos fatos passados, porque antes tinha ouvido a leitura desse aviso e agora, passei a lê-lo. V. Ex<sup>a</sup> vê, no § 2<sup>o</sup>:

"Em consequência, por ter transitado no Plenário, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas, porque obedecido o disposto no § 4<sup>o</sup> do art. 38 da Lei nº 4.595, de 1964."

Veja V. Ex<sup>a</sup>, a Ministra abandona tudo o que foi dito no Senado; todas as decisões do Senado; esquece-se de que o Senado determinou que ela deveria atender ao requerimento, em obediência à Constituição e ao Regimento Interno, e passa a afirmar que vai atender — se atender baseada na Lei nº 4.595, de 1964. V. Ex<sup>a</sup> usou uma expressão que considero pesada, mas eu acho que foi muito leve: petulância. A Sr<sup>a</sup> Ministra está sendo petulante! E não é possível que o Senado abra mão de suas prerrogativas para atender a tamanha petulância. Sr. Senador, a Ministra hoje fala que, daqui a cinco dias, vai começar a atender. Antes, dizia que já estava com a documentação pronta, que iria enviá-la; chegou a fazer com que o Presidente saísse de uma sessão do Congresso para atender a um telefonema. Temos lido e ouvido comentários de que pesa oito quilos a documentação, e, agora, já falam em toneladas de documentação. Então, não sabemos onde está a verdade. Não sabemos mais, porque credibilidade a pessoa conquista por suas atitudes, por suas ações. Infelizmente — e digo honestamente — credibilidade falta à palavra da Ministra. Por isso, não sei se agora S. Ex<sup>a</sup> vai, realmente, atender daqui a cinco dias e quanto tempo vai levar para complementar

as informações, por onde vai começar a atender, quais bancos serão os primeiros a serem atendidos. Veja V. Ex<sup>a</sup> que estamos aqui ainda envolvidos em um ponto de interrogação. Por isso, nobre Senador, penso que deveríamos meditar bem em como agir nesta sessão.

**O SR. JAMIL HADDAD —** Nobre Senador Jutahy Magalhães, em outro parágrafo, presta atenção os Srs. Senadores, a Ministra declara:

"Por isso, determinei ao Banco Central as providências necessárias para que, dentro dos próximos cinco dias, à vista das dificuldades operacionais, possam os primeiros dados ser fornecidos ao Senado Federal."

As dificuldades operacionais, segundo S. Ex<sup>a</sup>, são muito grandes, pois está tomando providências para ver se, dentro de cinco dias, pode começar a fornecer os dados.

Sr. Presidente, S. Ex<sup>a</sup>, na entrevista publicada em *O Globo*, ontem, seguindo aquela sua linha de raciocínio, diz o seguinte:

"Durante todo o tempo, o Ministro Maílson da Nóbrega respondeu ao Senado da mesma forma que respondi, ou seja, que não posso liberar informações de quem sacou dinheiro no feriado bancário, porque estou proibida de fazê-lo, em função da Lei do Sigilo Bancário. O Ministro Maílson sempre se baseou nessa lei e ninguém o processou. Agora me querem processar. Resolvi optar: se der o nome dos aplicadores, eles me processarão; se não der, os Senadores é que o farão. Então, achei melhor me esconder na Lei do Sigilo Bancário, porque este País tem leis a serem respeitadas."

Mais uma vez diz que o Senado não está cumprindo leis. E termina da seguinte maneira:

"Se os Senadores me processarem, espero ter um bom advogado."

— É um desafio ao Senado! É uma afronta! Uma entrevista de página inteira...

**O Sr. Divaldo Suruagy —** Nobre Senador, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD —** Com a maior satisfação, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Divaldo Suruagy —** Diria a favor da Ministra que S. Ex<sup>a</sup> assume a sua ignorância jurídica, porque deixou bem claro não ser uma jurista e, daí, não conhecer os meandros da lei. Entretanto, isso revela algo, na minha opinião, muito mais profundo e mais amplo, Senador Jamil Haddad: o descaso do Governo, com o um todo, ao Poder Legislativo e ao outro poder da República. Vou citar um fato, aparentemente tolo, mas que vem confirmar este nosso raciocínio. Sabemos que as viagens presidenciais são planejadas com muita antecedência. Um Presidente da República, ao se deslocar de um país para outro, é alvo de um planejamento bas-

tante detalhado, até para a própria segurança do Presidente. O Presidente, hoje, participou de uma reunião da OEA em Assunção, capital do Paraguai. Segundo a Secretária da Mesa, a comunicação da viagem do Presidente chegou na sexta-feira, às 18 horas. Sábado, não há expediente, domingo também não, e o Presidente já estava no Paraguai e não havia sessão ordinária do Senado em que fosse lida a comunicação de Sua Excelência. Eu solicitaria a esse grande Parlamentar, esse grande amigo, esse grande companheiro que ra, que está com a responsabilidade de falar em nome do Governo nesta Casa, lembrasse isso a S. Ex<sup>a</sup>, já que o Presidente vai viajar esta semana, vai assistir à abertura da Copa do Mundo em Roma — é o primeiro Presidente do Brasil que se desloca para assistir à abertura de uma Copa no exterior, e até poderíamos compreender, já que o futebol é a grande paixão do povo brasileiro, mas Sua Excelência não se contém; ele tem que voltar por Paris, para assistir ao encerramento do Torneio de Tênis de Roland Garros; ele tem que passar em Paris; é a quarta viagem a Paris que ele faz este ano. Em cinco meses, ele fez quatro viagens a Paris. O Presidente não consegue se conter. Congratulome com V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Jamil Haddad, pela defesa intransigente que está fazendo, não apenas do Senado, como do Congresso como um todo. Quando a Ministra se escuda em sigilo bancário — e recordam-nos que, na semana passada, todos os meios de comunicação do Brasil especularam à vontade sobre o escândalo de Cr\$ 1 bilhão da Vasp, descendo a detalhes de qual foi o valor do cheque que o funcionário dessa empresa aérea tinha depositado na sua conta para auferir os juros correspondentes daquele depósito. Então, não existe sigilo bancário quando interessa ao Governo, através da Polícia ou do Fisco — tomar medidas punitivas. Não existe sigilo bancário para perseguir todas as casas de saúde e hospitais que transformaram cruzados em cruzeiros. A Polícia Federal tem até anunciado, para gáudio de milhões de brasileiros, que está fiscalizando, essas transformações absurdas de cruzados em cruzeiros realizadas por vários hospitais e casas de saúde. Agora existe o sigilo bancário para não informar, ao Senado da República e à sociedade brasileira, os saques que ocorreram exatamente no dia 12. Com o cuidado que o caracteriza, na sua vida parlamentar, V. Ex<sup>a</sup> não quer deixar insinuações, mas eu comentava, há poucos minutos, com o Senador José Ignácio Ferreira, todo o tipo de especulação que está dominando, principalmente a classe média, que está com todos os seus cruzados retidos, porque não tem condições, nem tem meios, nem tem instrumentos para transformá-los em cruzeiros. A poupança popular está toda retida, enquanto os grandes empresários retiraram bilhões e bilhões de cruzados antes da anúncio do plano. V. Ex<sup>a</sup>, poderia dizer que foi no dia 12, mas V. Ex<sup>a</sup> não diz, com o cuidado que o caracteriza. V. Ex<sup>a</sup> poderia dizer que foi no Citibank, que foi um carro forte, poderia dizer até a

hora, poderia dizer até o nome daquele empresário que retirou mais de 650 milhões, mas V. Ex<sup>a</sup> não o diz, porque aguarda que o Ministério da Fazenda comunique, através do Banco Central, esses saques. Senador Jamil Haddad, V. Ex<sup>a</sup> está defendendo os interesses do Brasil neste momento. Receba, pois, a minha solidariedade, porquanto V. Ex<sup>a</sup> representa, neste instante, a dignidade do Parlamento brasileiro.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Divaldo Suruagy, a imprensa brasileira publicou, à falta de notícias sobre vazamentos, que o Sr. Daniel Dantas, representante do Grupo Icatu, teria sacado 300 milhões; a revista *Is-to É-Senhor* contou que determinada pessoa, em São Paulo, teria recebido um telefonema de Brasília dizendo: saca tudo, porque vai acontecer isto e coisa e tal, e esse empresário agradeceu sensibilizado, porque retirou e não teve nenhum dinheiro confiscado.

São muitas as informações, inclusive esta que V. Ex<sup>a</sup> refere, que me chegaram, mas não tenho, em absoluto, dito o nome das pessoas, não tenho usado isto. Se os elementos vierem à minha mão, eu já estou com uma equipe preparada para analisá-los e verificar, na realidade, quais os que devem ser apresentados à população brasileira configurando um comportamento criminoso. Sacar em feriado bancário é crime, é dolo. O Presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, o Sr. Theóphilo Azeredo, declarou, e a notícia foi veiculada em vários jornais, que grandes saques ocorreram nos feriados bancários.

No entanto, a Ministra diz que não pode dizer o que houve nos feriados bancários, ou seja: "não posso liberar informações de quem sacou dinheiro no feriado bancário porque estou proibida de fazê-lo em função do sigilo bancário".

Sr. Presidente, nobres Pares, o que está em jogo não é mais o requerimento do Senador Jamil Haddad; o que está em jogo é a dignidade do Senado da República, é a manutenção das nossas prerrogativas constitucionais. Este Senado não pode transformar-se em um clube de tertúlias, ouvindo discursos e lamentando o passamento de pessoas amigas. O Senado tem que fazer prevalecer as suas prerrogativas — não só o Senado, a Câmara também, porque a Constituição é muito clara: é função do Congresso Nacional fiscalizar o Poder Executivo. E é o que estamos fazendo.

Qual é o nosso crime? Estamos perseguindo a Ministra, querendo isso? É a sua versão: que está sendo perseguida por Senadores!

**O Sr. Mário Maia** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mário Maia.

**O Sr. Mário Maia** — Nobre Senador Jamil Haddad, pode parecer que não seja pertinente à matéria, mas envolve as prerrogativas e a moralidade desta Casa e do Congresso

Nacional. Na sexta-feira, o *Jornal do Brasil* publicou, sob o título "Derrotado, governo reedita novo bloqueio a dissídios".

"O governo resolveu ontem à noite editar a Medida Provisória nº 190, depois que a Câmara dos Deputados rejeitou por 149 votos contra 133, a Medida Provisória nº 185, que permitia ao Tribunal Superior do Trabalho suspender, por 150 dias aumentos concedidos pelos Tribunais regionais a trabalhadores em dissídio coletivo."

Aliás, a notícia fala aqui em a Câmara dos Deputados ter rejeitado, mas foi o Congresso Nacional. Acontece que a votação foi, em primeiro plano, na Câmara dos Deputados, mas estava reunido o Congresso Nacional. E, no fim da notícia, Sr. Senador, arremata com o espelho, com chamada para dentro da terceira página:

"O governo atribuiu a derrota no Congresso a dois fatores: a recusa do Presidente em distribuir cargos na administração e a suspensão de 220 concessões de TV em tramitação."

E lá dentro, no jornal, um articulista, por nome Mário Rosa insere o seguinte no seu artigo:

"A pressão fisiológica dos parlamentares para sacramentar nomeações na máquina estatal e a tentativa do Presidente Fernando Collor de suspender as 220 concessões de TV em tramitação no Congresso, são, na avaliação do governo, os dois fatores principais que estão por trás da derrota na votação da Medida 185."

E lá adiante diz:

"Nos últimos dias, o líder do governo na Câmara, Renan Calheiros, tem sido assediado em sua sala por uma romaria intermitente de políticos em busca de nomeações para os Estados. Para os auxiliares de Collor, é justamente a recusa do Presidente em lotear a administração federal que estaria na raiz da derrota de ontem."

O segundo fator, segundo a análise oficial, repousaria na iniciativa de Collor de sustar as concessões de rádio e TV aprovadas no final do governo Sarney."

Nobre Senador, devido à petulância da Ministra, outros Ministros agirão da mesma forma se este Congresso — a outra Casa e o Senado — baixar a cabeça diante da desobediência reiterada da Sr<sup>a</sup> Ministra; será um atestado de que isso é verdade. O Congresso Nacional está na obrigação de solicitar ao Governo a lista dos nomes dos Srs. Senadores e Deputados que vão pedir favores ao Governo em troca de vantagens pessoais, porque, neste momento, está atingida a Instituição, porque, quando se diz Senadores, Deputados ou Parlamentares, não se diz quais são, estamos todos atingidos; muitos dos Companheiros não estão nas escadarias do Palácio,

não estão mendigando nem recebendo favores em troca de votos, nem à época dos cinco anos para o Governo Sarney, nem agora, para votar medidas provisórias do Presidente Collor. Para sanar a dignidade deste Congresso, devemos levar muito a sério este julgamento e repelir essas insinuações. Levo essa informação ao conhecimento do Líder do Governo, Senador José Ignácio Ferreira, para que tome as providências, junto ao Governo no sentido de indicar, nominalmente, aqueles Parlamentares que estão a denegrir o nome do Congresso Nacional com essas atitudes, fortalecendo comportamentos tais como o da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Nobre Senador Mário Maia, li, hoje, matéria de estarrecer, quando me dirigia a Brasília de avião. Um jornal do Rio comunicava que o Líder do Governo na Câmara dos Deputados teria declarado que o Senador Nelson Carneiro, Presidente do Congresso Nacional, estaria tramando a devolução da Medida Provisória que foi reeditada, porque não havia sido atendido na indicação de uma pessoa para diretor de uma empresa.

Veja V. Exª a que ponto chegam, a Liderança do Governo tentar atingir, desta maneira, a honorabilidade do Presidente do Congresso Nacional!

Vejam como está este Governo! Como age este Governo! Não há respeito, não há nada que se possa dizer, não há um diálogo aberto e franco com o Poder Legislativo!

Edita-se medida de manha e revoga-se à tarde! No dia seguinte, a mesma coisa, repete-se o fato, a Ministra se nega a prestar informação, o Presidente concede outro prazo, e a coisa vai nesse roldão. Não nos podemos curvar, a genuflexão não pode ser permitida, neste momento, pelo Senado da República.

Companheiros, toço estas considerações porque quem ouviu a fala do Presidente e não conhecia os antecedentes, estaria imaginando que o prazo da Ministra encerrou-se anteontem e que o S. Exª estivesse pedindo mais cinco dias para começar a prestar as informações requeridas. S. Exª não diz que o prazo se encerrou no dia 29 de abril — já estamos no dia 4 de junho — e que o Banco Central, se não tiver condições de fazer esse levantamento, que feche as portas! Infeliz de um País que não conta com um Banco Central que possa ter um levantamento da situação bancária, ou isso é feito com a maquininha de calcular na mão?

Sr. Presidente, este fato é grave: dizer que o Banco Central não tem condições de prestar essas informações: será que pensam que aqui, neste Senado, só tem beócios, que a população brasileira não sabe que existe um sistema de computação altamente sofisticado no Banco Central?

**O Sr. Humberto Lucena** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JAMIL HADDAD** — Com grande satisfação, nobre Senador.

**O Sr. Humberto Lucena** — Receba V. Exª, nobre Senador Jamil Haddad, a minha total solidariedade nessa luta que estamos travando pela plena preservação das prerrogativas do Congresso Nacional, o que vale dizer, pela defesa intransigente da Constituição que promulgamos em 1988.

**O SR. JAMIL HADDAD** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou encerrar o meu pronunciamento, porque outros Srs. Senadores desejam fazer uso da palavra.

Quando fiz a citação da notícia publicada no jornal, comentando a atitude do Líder do Governo na Câmara, atingindo a honorabilidade do Presidente, quis mostrar a que ponto se chega para tentar fazer a população acreditar que o Presidente Nelson Carneiro, com sua tradição política, com a sua vida pública honrada, possa vir a ser atingido por um fato dessa natureza.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço a paciência de V. Exª e vejo com satisfação que todos estão alertas para discutir, para debater e para manter, na realidade, a dignidade e a honra da Casa, onde apresentam as suas idéias políticas e onde defendem a população brasileira. (Muito Bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Presidência, antes de dar a palavra ao orador inscrito seguinte, o nobre Senador Jarbas Passarinho, quer esclarecer que trouxe para submeter à apreciação dos Srs. Senadores a seguinte conclusão. Mas antes de lê-la, era de seu dever submeter ao conhecimento da Casa o ofício que acabava de receber de S. Exª a Srª Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento. O texto redigido pela Mesa, que se compõe de 3 páginas, concluía da seguinte forma:

“Não havendo, destarte, respondido a Srª Ministra, ainda no segundo prazo que lhe foi aberto, ao pedido de informação do nobre Senador Jamil Haddad, cumpre ao Senado, na forma do art. 216, § 1º, do Regimento Interno, declarar S. Exª, a Srª Ministra Zélia Cardoso de Mello, titular do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento sujeita ao processo por crime de responsabilidade, nos exatos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal.”

A Mesa tomará as providências necessárias para o cumprimento da deliberação do Senado Federal.”

Esta era a decisão da Mesa antes de receber o ofício de S. Exª, declarando-se disposta a cumprir a deliberação do Senado, no sentido de enviar essas informações. Por isso mesmo, antes de pôr a votos essa decisão, era do meu dever abrir o debate, em face de um fato que era considerado novo. Os Srs. Senadores poderiam já, quando fosse submetido à deliberação da Casa o ponto de vista da Mesa, adotar ou não a decisão. Não poderia excluir do conhecimento da Mesa um fato posterior, que era a comunicação da Srª Ministra, que, embora reafirme as suas convic-

ções pessoais, se rendia à decisão da Mesa do Senado de prestar essas informações. De modo que a Mesa cumpria o seu dever ao divulgar, no início desta sessão, o ofício que recebera hoje.

Este é o esclarecimento para mostrar que a Presidência do Senado cumpria seu dever, e não está presa a nenhum liame, a nenhum compromisso, seja com o Governo, seja com a Oposição. A Mesa cumpre seu dever acima de tudo, mesmo porque, na hora em que assumi esta Presidência, me desliguei de qualquer compromisso com meu Partido, para ser, como dizia Nilo Coelho, o Presidente do Senado e, conseqüentemente, o Presidente do Congresso Nacional.

Não vou dar resposta ao que a imprensa divulga, porque se todos nós passarmos agora a admitir o que saiu publicado, não faremos outra coisa.

A Presidência do Senado e, conseqüentemente, a Presidência do Congresso Nacional não designa e, até hoje, não designou um só dos membros das comissões mistas que examinam as proposições de medidas provisórias; são os líderes que, livremente, indicam os membros dessas comissões. A Presidência não indica um só relator, porque são as comissões que indicam esses relatores. E, até hoje, o Presidente desta Casa e do Congresso Nacional pode dizer que desafia todos os Srs. Senadores e todos os Srs. Deputados a dizer que num momento qualquer a Presidência pediu a qualquer dos membros do Congresso Nacional que votasse nesse ou naquele sentido; que sequer não comparecesse às sessões ou que se ausentasse para evitar *quorum*. No dia em que a Presidência for acusada de qualquer desses atos, o Senador Nelson Carneiro deixará esta Presidência, renunciando ao mandato de Presidente do Senado Federal e, conseqüentemente, do Congresso Nacional.

O Presidente não tem nenhum compromisso, seja com o Governo, seja com a Oposição, e tem procurado pautar sua atuação com o maior cuidado para não ser acimado de partidário deste ou daquele grupo.

Agora, o que se quer é evitar, tanto quanto possível, um conflito entre os Poderes — tese que foi aqui defendida com o maior brilhantismo por vários Srs. Senadores na última sessão, inclusive pelos nobres Senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas, que entendem sempre que for possível evitar-se o conflito entre os Poderes; é dever do Presidente do Congresso fazê-lo.

A Presidência não terá nenhum receio, nenhuma intransigência, em aceitar o debate e até a divergência, se isto for necessário. Enquanto for possível defender a harmonia entre os Poderes é dever do Congresso e do seu Presidente lutar por isto. Quando não for possível, aceita o debate e a divergência.

**O Sr. Mário Maia** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

**O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC. Pela ordem.)** — Sr. Presidente, em face do que V. Ex.<sup>a</sup> acaba de declarar, ao ler para nós as conclusões da Mesa, solicito a V. Ex.<sup>a</sup> não considere o Aviso nº 432, por ser extemporâneo.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — A Mesa não pode deixar de dar conhecimento ao Plenário. O Plenário é que pode deixar de tomar conhecimento, mas a Mesa tem esse dever, senão, amanhã, poderá ser acusada de não ter dado ciência desse ofício, e haver levado a erro algum Senador. A Mesa distribuiu e leu o documento exatamente para que cada um dos Srs. Senadores fizesse o seu juízo e decidisse como quisesse. Não há nesta Casa um só Senador, como não há no Plenário do Congresso um só Deputado que possa dizer que em qualquer questão, a mais insignificante, a Presidência tenha pedido que um Deputado ou um Senador votasse desse ou daquele modo.

No primeiro dia em que assumi a Presidência do Senado, convoquei os diretores do serviço e lhes pedi que opinassem com a maior liberdade. A Presidência não pediu, até hoje, a um só diretor, a um só assessor, a um só consultor que opinasse nesse ou naquele sentido. E renova sempre o desejo de que opinem livremente.

No âmbito administrativo, no entanto, a Presidência se reserva o direito de aceitar ou não o parecer que lhe seja dado. Sentir-me-ia constrangido de repetir aqui determinados procedimentos dos quais são acusados outros membros do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, de pedir pareceres neste ou naquele sentido. Os pareceristas, na minha Presidência — como, certamente, nas anteriores — são livres para opinar, como entenderem justo. Agora, a Presidência pode aceitar ou não o parecer, sob pena de não ser ela quem dirige a Casa.

Se faço isso no campo administrativo, no campo político, até hoje, não há um só Deputado, um só Senador, que tenha dito que eu insinuei um relatório ou um parecer.

Ao fazer esta afirmação não resguardo minha pessoa, mas a do Presidente do Senado Federal e do Presidente do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho, que quer discutir o assunto motivo desta sessão.

**O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, preliminarmente, uma palavra dirigida a V. Ex.<sup>a</sup> que foi, aqui, objeto de uma observação feita pelo nobre Senador Jamil Haddad, segundo leitura que S. Ex.<sup>a</sup> fez do jornal.

Estou, absolutamente, convencido de que não há um só Senador, presidido por V. Ex.<sup>a</sup>, que ponha em dúvida que V. Ex.<sup>a</sup> encarna a dignidade do Senado Federal. E merece fazê-lo, não apenas pelo passado de V. Ex.<sup>a</sup>, mas, particularmente, pelo passado conjuga-

do com o presente de V. Ex.<sup>a</sup> Não está em jogo, portanto, a dignidade do Senado Federal — como ouvi, ainda há pouco, se falar aqui.

A minha posição tem sido aqui de independência, embora o meu Partido oficialmente esteja ligado à aliança de suporte ao Governo Federal; os meus Pares nesta Casa são os primeiros testemunhas de que eu tenho me comportado de maneira absolutamente independente.

Foi muito bom, Sr. Presidente Nelson Carneiro, que V. Ex.<sup>a</sup> lesse o que já tinha preparado no caso de não haver nenhuma nova comunicação da Ministra da Economia Fazenda e Planejamento, referente a este caso. Foi muito bom, porque V. Ex.<sup>a</sup> mostrou que iria, no meu entender, até desnecessariamente, submeter ao Plenário da Casa; iria dar seguimento à razão e à finalidade da sessão extraordinária que V. Ex.<sup>a</sup> convocou e que diz como finalidade: "cumprimento ao disposto no art. 216, § 1º, do Regimento Interno".

O art. 216, § 1º, diz:

"Ao fim de 30 dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de 72 horas, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no § 2º, do art. 50 da Constituição."

Há, nesta casa, juristas que entendem que V. Ex.<sup>a</sup> nem precisaria submeter à deliberação do Plenário. Caberia à Mesa enviar o requerimento, e este ficou *sub censura* da Mesa, que entendeu fosse remetido. Caberia à Mesa providenciar, exatamente em decorrência, as medidas que, no campo próprio, que era o Supremo Tribunal Federal, fossem cabíveis. Mas achou V. Ex.<sup>a</sup> de convocar o Plenário da Casa para discutir essa finalidade.

Sr. Presidente, tudo o que eu ouvi até há pouco deu-me a impressão de que V. Ex.<sup>a</sup> tinha acabado de receber o silêncio da Ministra da economia, Fazenda e Planejamento e por causa disso, então, a consequência dos discursos e dos apartes que ouvimos.

Orá, já se disse aí, que ninguém, aos 16 anos, pode deixar de ser um bom incendiário, e que, aos 30, não poderá deixar de ser um bom Capitão de Bombeiros. Na minha idade, eu postulo o lugar de Coronel de bombeiro, exatamente na medida em que V. Ex.<sup>a</sup>, ao acabar de falar para o Plenário, mostrou a necessidade de evitarmos conflitos, quando eles fossem evitáveis ou quando eles seja evitáveis.

O que se está passando aqui? Eu anotei, e raramente discrepo do meu ilustre colega Senador Jutahy Magalhães, do Senador Jamil Haddad um pouco mais. Com o Senador Jutahy, a discrepância é menor porque não encontro, como com relação ao Senador Jamil Haddad, uma discrepância de ordem ideológica. Por isso, tinha que ser muito sincero dizendo que discrepo menos do senador Jutahy Magalhães do que do Senador Jamil Haddad. Mas, ambos, no meu entender, sangram na veia da saúde. O documento cha-

ma-se aviso, mas muitos aqui estão interpretando equivocadamente — "a Sra. Ministra está avisando", com se fosse isso parte da petulância — aviso é a classificação que se dá na correspondência oficial, quando um Ministro de Estado assina um documento para outro Ministro ou para outro Poder, e não ofício. Como parece, alguns preferiam que fosse ofício e não aviso, porque aviso seria exagero e exorbitância. Deixemos isso de lado, porque é mera burocracia redacional.

Mas, disseram meus Colegas, especialmente o Senador Jamil Haddad: "o Plenário votou", como se estivesse escrito aqui que o Plenário votou e, portanto, apoiou a tese original da Ministra. Não é o que está escrito. Não vou tratar da matéria retrospectiva que já foi muito bem tratada pelo Senador Jamil Haddad, e estou inteiramente de acordo que o fundamento desse equívoco grave deve-se a esse cavalheiro, que não conheço, José Roberto da Silva, Chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central, quando, mandando, ele sim, um ofício para o Chefe de Assessoria Parlamentar do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, diz neste parágrafo:

"A propósito, cumpre-me comunicar a V. S.<sup>a</sup> que o disposto no § 4º, do art. 38, da Lei nº 4.595, de 31-12-64, que continua em pleno vigor, mesmo diante do estatuído no § 2º, do art. 50 da Constituição de 1988 — é desse cavalheiro, não sei se é jurista ou o que é que ele é — condicional, in casu, a aprovação do Senado Federal a obrigatoriedade da prestação das informações em apreço, única maneira de liberar o Banco Central e as instituições financeiras do dever legal de guardar sigilo das operações ativas e passivas dessas instituições, e dos serviços por elas prestados."

A aqui está o início do grave equívoco.

Isso foi magistralmente dito pelo Senador Mário covas, numa das suas intervenções, quando disse que com este parecer que a Sra. Ministra, a Sr.<sup>a</sup> Ministra enviou... (Risos) — É preciso fazer jus ao estado civil correto, ainda mais quando a Srta. Ministra declara, numa estação de televisão, que está apaixonada. (Risos) É um direito humano soberbamente admirado.

Acontece, Sr. Presidente, que quando o autor desse requerimento declara... (Risos) Senador Jutahy Magalhães, *honni soit qui mal y pense*.

O Sr. Jutahy Magalhães — É que V. Ex.<sup>a</sup> não complementou a frase da Ministra, que ela estava apaixonada por um viúvo.

**O SR. JARBAS PASSARINHO — Honni soit qui mal y pense.**

Há momentos em que o discurso parlamentar, torna-se absolutamente inócuo, e o silêncio talvez seja a melhor resposta. Não mereço tanto!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, S. Ex.<sup>a</sup> não disse no seu documento que o Congresso votou, que o Plenário votou. Notemos o cuidado que houve, a habilidade de quem redi-



giu, desta vez, o documento que se chama aviso...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço, com todo prazer, o nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Vou discrepar de V. Ex<sup>a</sup>; também acho que talvez, não digo caso único, mas praticamente caso único. Porque, se V. Ex<sup>a</sup> cotejar o que está no § 2º com o que diz a lei, irá verificar que S. Ex<sup>a</sup> declara que foi ouvido o Plenário. Em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas, porque obedecido o disposto do § 4º, do art. 38. O que diz § 4º?

"Os pedidos de informações a que se referem os § 2º e 3º deste artigo deverão ser aprovados pelo plenário da Câmara e do Senado". Se diz S. Ex<sup>a</sup> que "foi obedecido".

O disposto no § 4º, é porque acha S. Ex<sup>a</sup> que foi aprovado pelo Plenário do Senado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Perdão, nobre Senador, estou acostumado, nesta Casa inclusive, a debater com os apreciadores de silogismo. Mas a premissa de V. Ex<sup>a</sup> é básica e a consequência não o é, **data venia**.

Henri Poincaré, o Matemático, dizia que quando se parte de uma premissa falsa chega-se necessariamente a uma consequência falsa; mas quando se parte de uma premissa verdadeira, nem sempre se chega a uma consequência verdadeira. No meu entender, é o caso de V. Ex<sup>a</sup> e, por contaminação sintática, o caso do Senador Jamil Haddad. Porque aqui diz:

"Tomei conhecimento de que a decisão da Mesa do Senado, referente ao Requerimento de Informações nº 39, de 1990, transitou no plenário desta Casa, sem que o mesmo se opusesse ao levantamento do sigilo bancário."

É verdade ou é falso, Sr. Presidente da Casa? A decisão de V. Ex<sup>a</sup> transitou ou não transitou pelo Plenário da Casa? Noto até a diferença. Não quero fazer sofisma, não quero nem dizer que S. Ex<sup>a</sup> preferiu não usar o verbo "tramitar"; porque a tramitação exigiria o cumprimento de determinadas passagens obrigatórias de processo. Não! Disse S. Ex<sup>a</sup>: "transitou". Transitou em silêncio! Quando V. Ex<sup>a</sup> comunicou o fato — eu estava presente a todas as sessões que V. Ex<sup>a</sup> presidiu neste caso e não vi realmente ninguém que dissesse que não era possível quebrar o sigilo bancário. Até ao contrário. Eu falava num determinado momento, quando S. Ex<sup>a</sup> o Senador Hugo Napoleão apartou-me para lembrar que o sigilo bancário já tinha sido quebrado antes, coisa em que agora mesmo se voltou a falar. E nisso, já que eu falei em matemático, embora francês, Henri Poincaré, vou me servir de um do Brasil, que é o ex-Ministro Delfim Netto, oriundo da

área da Itália. S. Ex<sup>a</sup> também diz muito bem: "Dois erros não somam um acerto". É como se nós disséssemos: "um erro não justifica o outro". Se houve a quebra de sigilo, a partir do momento em que este Governo se transformou no mais poderoso de todos os Governos que o País já teve no campo da economia — cheguei a dizer até que o Presidente tinha um certo poder absolutista, nesse caso — não há o que discutir a esse respeito. Mas, na verdade, a Ministra, que havemos de concordar que, em primeiro lugar, não teve passado parlamentar, não tem experiência nesse campo, recebe do Banco Central a informação de que está, por seu turno, sujeita a uma ação penal, no caso de levantar sigilo, de acordo com uma lei ordinária, entendo que, nessa ocasião, se gerou o equívoco grave, e fiquei contra a posição do Governo. Já me solidarizei com o Senador Jamil Haddad antes, fiquei contra a posição do Governo, e estaria com a posição do Senador Mário Maia, se não tivesse vindo este aviso que agora veio, Sr. Presidente. Qual é o nosso objetivo a partir deste instante?

É insistir que a dignidade do Senado está ferida e, conseqüentemente, devemos ir ao processo?

Não. Acho que não é o caso, até porque o Senador Jamil Haddad não me desmentirá, quando S. Ex<sup>a</sup> disse várias vezes aqui, e eu ouvi, que aceitava as informações progressivas e parciais. De S. Ex<sup>a</sup>, eu ouvi isso; aceitaria até que as informações viessem progressiva e paulatinamente.

**O Sr. Jamil Haddad** — A partir do dia 29, quando se encerrou o prazo, nobre Senador. Já são 60 dias.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Agora fica V. Ex<sup>a</sup> preso a **deadline**. Muito bem!

**O Sr. Jamil Haddad** — Não, quero deixar bem claro esse ponto para não dar a impressão de que eu queria e que agora estou recuando. Não! Era naquele prazo, nobre Senador.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — V. Ex<sup>a</sup> não recua, V. Ex<sup>a</sup> ataca sempre. Está sempre na ofensiva.

**O Sr. Jamil Haddad** — Quando eu praticava esporte, era atacante.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Pois é. Veja V. Ex<sup>a</sup>: eu, que fui medíocíssimo guarda de basquete, era defensor, e V. Ex<sup>a</sup> era atacante. Só os atacantes fazem cestinha. É o caso, V. Ex<sup>a</sup> faz cestinha.

No nosso caso, aqui estou querendo julgar como se fosse um juiz. (Não tive essa sorte na vida como outros tiveram aqui. Brilhantes juízes que nos dão a alegria da sua presença nesta Casa.) Não quero repetir aquela **boutade** francesa que diz que "um juiz era tão juiz que era equidistante entre a Justiça e a injustiça". Não quero ser equidistante entre a Justiça e a injustiça.

Estou achando que, quando o Senador Jamil Haddad admitiu a informação progres-

siva, admitiu o mérito das informações baseado em quê? Na dificuldade provável de se ter, desde logo, o conjunto de informações. Como disse o Senador Jutahy Magalhães, alguém referiu-se que eram 8 quilos de informações para, de uma vez só, serem enviadas.

Não sei. Não entro nisso. Acho que, na época da informática em que vivemos, é possível que se faça isso de maneira mais rápida.

Mas, dentro do mérito, o próprio autor do requerimento aceitava ser parcial e progressiva, mas ainda não posso entender quando o Senador Jamil Haddad diz que esse prazo de cinco dias mais está sendo objeto de utilização para um possível "enxugamento" — foi a expressão que S. Ex<sup>a</sup> usou.

Vou eu querer agora me colocar na posição de Advogado do Diabo em relação ao Senador pelo Estado do Rio de Janeiro: se o Governo quisesse enxugar alguma coisa, se quiser, já terá enxugado, porque S. Ex<sup>a</sup> mesmo já mostrou que o prazo já se esgotou várias vezes, não será por mais cinco dias, e sim, dois meses e cinco dias que o Governo poderia enxugar, se pode enxugar. Entretanto, é preciso caracterizar, Sr. Presidente, que no caso da Constituição, não se fala apenas em enviar resposta no prazo, mas se diz claramente que a resposta não pode ser fraudulenta e mentirosa. É outro ponto que o Senador Jamil Haddad pode levantar, amanhã, neste Plenário.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, falou-se aqui em petulância. O Senador Aureo Mello fez um trocadilho impublivável, não vou tratar dele, mas acho que não devíamos, desde já, tratar desta matéria, caracterizando a figura de uma mulher que dirige o Ministério. Tenho sido vítima **ddla**, como a maioria do povo brasileiro, ou, particularmente, como a classe média. Nem me abrigo na esperança risónha e inteiramente impossível que foi levantada aqui pelo Senador Jutahy Magalhães, que aí seria o contrário, seria repetirmos o amor de apache, Sr. Presidente, a mulher de apache, para o apache provar que tem amor por ela, bate nela sistematicamente. Eu não gostaria de ter um tipo de amor masoquista da minha parte ou sádico do outro lado.

Apenas acho, Sr. Presidente, que, quando V. Ex<sup>a</sup> comete ao plenário do Senado, numa interpretação muito pessoal, a deliberação, o meu ponto de vista e do meu Partido é o de que nós devemos aceitar essa colocação, porque, na verdade, as primeiras palavras do Senador Nelson Carneiro traduzem precisamente o caso: "A Ministra está apenas salvando a face". Quando ela diz isso, e o § 2º, que o Senador Jutahy Magalhães chamou a atenção: "em consequência, tornou-se possível o atendimento", ela está salvando a sua própria face, na medida em que primeiro se dirigiu ao Senado, declarando que não podia fazer a comunicação, porque estava presa por lei, estava impedida por lei. Neste caso, ela está salvando a própria face, na medida em que o plenário do Senado ouviu em silêncio e ela se serve desse argumento. Mas se serve para quê? Para prestar as informações.



Então, eu acho que interessa fundamentalmente ao Senador Jamill Haddad é receber essas informações. Se elas vêm a prestação ou não, depende do tipo de Governo que temos — outros poderiam pagar à vista, este pode pagar a prestação. Mas, de qualquer modo, Sr. Presidente, tenho a impressão de que o objetivo fundamental visado pelo Senador Jamill Haddad está colimado, através dessa responsabilidade que a Ministra toma no seu aviso, ela está obrigada a apresentar ao Senado, no prazo de 5 dias, as primeiras informações. Se essas primeiras informações não forem suficientes, é evidente que o Senado se manifestará a respeito.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Ouço ainda o nobre Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — São dois pontos que desejo ressaltar, Senador Jarbas Passarinho: em primeiro, como V. Ex<sup>a</sup> interpreta a fala do Presidente, que o Senado terá de aprovar ou não este aviso — digo aviso não naquela dúvida que V. Ex<sup>a</sup> levantou aqui, de que poderia haver aqui por parte de alguns Senadores, mas aviso pelo que está escrito — ao invés de dizer ofício número tal, lê-se aviso número tal. O primeiro problema é o seguinte: se formos votar e se aceitarmos este aviso, não estaremos aceitando todo o seu texto, tudo o que aqui está constando dele, portanto, aceitando aquela tese de que foi atendido o disposto no § 4º do art. 38? Eu não aceito!

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Eu também não. Estou plenamente de acordo com V. Ex<sup>a</sup>. Será assim que interpreto.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Seria a primeira dúvida: se votarmos aqui, aceitando um aviso, se estamos ou não aceitando o que está constando aqui no § 2º.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — A minha resposta a V. Ex<sup>a</sup> quanto à primeira dúvida é enfaticamente não! Como eu disse a V. Ex<sup>a</sup>, ela aproveitou para lavar a face do Ministério, para não dizer da Ministra em si...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — A Ministra vai lavar a face dela, e vamos sujar a nossa.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Não. Penso que V. Ex<sup>a</sup> está um pouco amargurado neste caso e sem razão de ser.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Não estou amargurado, Senador, porque não tenho qualquer razão para amargura. Não julgo a pessoa da D. Zélia, julgo a ação da Ministra Zélia.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Digo amargurado quando V. Ex<sup>a</sup> diz que estamos sujando a nossa face.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — No meu entendimento, quando nós aqui formos aceitar esta tese, nós não poderemos, em hipótese alguma, votar de acordo com o que está escrito.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Senador Jutahy Magalhães, respondendo à primeira dúvida, V. Ex<sup>a</sup> disse que eram dois pontos e até me satisfiz, porque eram só duas que ouvimos de V. Ex<sup>a</sup>; se fossem cinco eu teria cinco dificuldades. Sendo duas, a primeira já não é tão difícil e eu diria que, absolutamente, não aceito que se entenda como se tendo sido votado pelo Plenário o requerimento.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Ex<sup>a</sup> interpreta da mesma maneira que eu, e veja V. Ex<sup>a</sup> que nós não estamos, quase nunca, discordando.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — É verdade. Acho que este cidadão chefe de gabinete do Banco Central, se é advogado, deveria, neste instante, até por uma questão de pudor pessoal, demitir-se do cargo, porque ele foi o responsável pelo primeiro equívoco de onde se gerou toda a série de equívocos.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Veja V. Ex<sup>a</sup>, por que ela é obrigada a aceitar o que diz o Chefe de Gabinete e não aceita o que diz o Dr. Cid Heráclito, que é o Chefe da área jurídica do seu Ministério e, portanto, que já tinha interpretado na obrigação do Ministro anterior responder o ofício do Senador José Fogaca, de acordo com a nova norma constitucional. Então, não há razão dela demitir o Ministro, poderia até se demitir, por não aceitar de quem tem mais conhecimento.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Eu, aliás, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que não conhecia o parecer do Dr. Cid Heráclito, a quem respeito muito, acho que evidentemente, ele deve ser o melhor conselheiro para o cargo.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — V. Ex<sup>a</sup>, então, não leu o meu parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que cita o parecer do Dr. Cid Heráclito.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Eu estava ausente, V. Ex<sup>a</sup> sabe, acamado...

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Mas eu estou aqui...

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Gripado, em casa, e com licença lida pela Mesa do Senado: por isso é que não me pude deleitar com o parecer de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Tive oportunidade de transcrever o parecer do Dr. Cid Heráclito. Senador Jarbas Passarinho, outro ponto que temos de fixar bem aqui é que nós não estamos discutindo sigilo bancário, porque a Lei de 1964, citada pela Ministra, já estabelece como se atender para enviar as informações ao Congresso. Então, nunca foram criadas dúvidas se poderiam ou não ser enviadas essas informações. A dúvida era da maneira como foi enviado o requerimento, se através do Plenário, se através da Mesa. O sigilo bancário nunca foi questionado.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — É verdade. Exceto no parecer a que me referi.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Nem no parecer, porque o parecer se refere a essa norma da lei.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Perdão, Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que leu a matéria mais profundamente do que eu, veja o que está nesse § 2º do ofício do Sr. Roberto da Silva. Ele diz assim:

“A propósito, cumpre-me comunicar a V. Sa. que o disposto no § 4º, do art. 38 da lei tal, que continua em pleno vigor, mesmo diante de...”

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Ele considera que continua em vigor, mas o que determina o § 4º é isso, pode enviar a informação, desde que cumprida a formalidade da audiência do Plenário. Então, ele considera também... Ninguém pode colocar em dúvida o direito de nós recebermos as informações em caráter sigiloso. Depois é que começaram a aparecer as informações da Ministra de que estava defendendo o sigilo bancário. Não é isso. A questão aqui foi sempre esta: entre o direito do Plenário e o direito da Mesa.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Tem V. Ex<sup>a</sup> razão.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Então, se compreendemos que o direito era da Mesa, a Mesa agiu bem ao enviar o processo para o Ministério. Agora, nós temos que examinar se vamos ou não aceitar essas informações. E eu gostaria, já abusando de V. Ex<sup>a</sup>, no aparte que estou dando, porque já seria um terceiro ponto: o que significa enviar informações parceladamente? Porque, primeiro, não há um prazo final; segundo, será que parceladamente pode-se — aí já estou bancando o “advogado do diabo”, estou aumentando as possibilidades, ampliando as hipóteses — pegar as informações de um banco e excluir daquele banco qualquer informação que seja mais grave? Porque aí não seria uma informação mentirosa, mas seria uma informação parcelada.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Não, seria omissa.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Então, eu quero saber: como vamos interpretar essa informação parcelada, a informação banco a banco, ou informação de parte daquela que consta no banco?

**O SR. JARBAS PASSARINHO** — Nobre Senador Jutahy, eu ainda há pouco falei, pedi o testemunho presente do Senador Jamill Haddad, porque de S. Ex<sup>a</sup> ouvi que aceitaria as informações parceladas. Houve até uma brincadeira aqui, achando que o Governo tem judeu, o Governo tem armênio, o Governo tem turco e que, então, a prestação poderia ser até uma iniciativa governamental, ou seja, pagar em prestações as informações dadas.

Tem V. Ex<sup>a</sup> grande razão quando levanta essa questão, que deve ser analisada em seguida, no meu entender, porque, se as informações parceladas são informações que no

fim significam omissões deliberadas, elas não são informações completas. Então, é preciso verificar a partir, inclusive, do que disse o Senador Jamil Haddad e, depois, outro nobre Senador que aqui falou — acho que o Senador Divaldo Suruagy —, referindo-se até a nome que o Senador Jamil Haddad conhece, mas que, por uma questão ética, não estaria declinando. Basta cotejar.

No meu entender, essa segunda fase é perfeitamente administrável. O mesmo cuidado eu teria, como o que V. Exª tem, o mesmo cuidado; do contrário, nós teríamos aqui um simulacro de informações e não informações.

O Sr. Presidente, concluo, porque acho que a palavra de V. Exª, antes de me conceder a oportunidade de falar ao Plenário, foi muito importante para o meu julgamento. Em vez de estarmos aqui desde logo a insistir numa ação que levaria a uma condição penal, portanto, a um conflito direto entre os Poderes, acho que a Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, tirará uma lição desse episódio; e desse episódio deve ficar muito claro que o Senado ficou íntegro.

É verdade que houve prazos que passaram do limite, mas é a primeira experiência neste sentido, neste Governo.

Em consequência, a minha posição partidária é de aceitar essas informações, colocando-as sob censura no decorrer do prosseguimento daquilo que chegará ao Senado da República, para evitar, desnecessariamente, um conflito que, no meu entender, já teria cabimento, agora, porque, tendo ou não a Ministra chamado, a seu favor, argumentos que ela interpreta de um modo e nós de outro, o fato é que ela está, a partir de agora, cumprindo um mandamento constitucional. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — Antes de conceder a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira, quero congratular-me com a infância aqui presente, com os jovens que vêm ao Congresso.

Esta é uma prática que deve ser permanente.

Quando eles aqui comparecem, nós os saudamos, porque a presença da criança no Senado Federal não só rejuvenesce nós como também é motivo de estímulo.

Nós os saudamos, para que continuem a vir. Esta é a Casa de vocês. Amanhã serão vocês os Senadores e Deputados, os Representantes do povo.

É bom que venham sempre, porque o Senado recebe as todos com muita alegria.

Faço votos para que outros colégios também venham a esta Casa e se acostumem a vir ao Congresso, que os receberá a todos com muita alegria e carinho.

Aqui, vocês, encontrarão os homens que fazem as leis de hoje, para atender a vocês que serão legisladores de amanhã.

Nossos parabéns a vocês, e o Senado os recebe com palmas. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira, como Líder.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PST — ES.** Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu quero, como minhas primeiras palavras, sintonizar-me por inteiro com a manifestação inicial do eminente Senador Jarbas Passarinho acerca de V. Exª, e com isso, seguramente, sintonizando-me com o pensamento de todo o Plenário sobre V. Exª, que encarna, na Cúful máxima desta Casa, a dignidade. V. Exª possui história, pelo seu passado e pelo seu presente; V. Exª é um homem absolutamente inacabável. E faço questão de, nesta oportunidade, dizê-lo alto e bom som.

Também quero aludir a referência equivocada, que por certo foi feita, do eminente Senador Jamil Haddad sobre um jornal carioca que publicou uma possível manifestação do Líder do Governo na Câmara Federal.

Não posso acreditar que S. Exª tenha dito isso. Inclusive vou procurá-lo, para ouvi-lo e seguramente produzir uma manifestação de S. Exª acerca do Presidente do Senado, que é um homem absolutamente digno, de elevados padrões éticos, padrões cívicos; uma figura modelar, exemplar para as gerações futuras deste País.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, pouco teria a aditar depois da manifestação extremamente sensata do eminente Senador Jarbas Passarinho e de tantos outros que, sem se dirigirem à tribuna, também se manifestaram na sessão de hoje, num contato pessoal comigo.

Sr. Presidente, parece-me que o episódio realmente se esgota com esse expediente da Srª Ministra, porque, nós, que somos advogados, nos acostumamos sempre a ver, no fecho da petição ou do expediente, aquilo que realmente se deseja atingir. V. Exª sabe muito bem que a parte expositiva de uma petição pouco vale no Direito de Processo Civil; diante do pedido, pode-se expor o que se quiser, mas, se se pedir mal, é o pedido que realmente prevalece. No caso, não se trata de um pedido; trata-se de uma exposição em que concretamente S. Exª, a Srª Ministra diz:

“Por isso, determinei ao Banco Central as providências necessárias, para que, dentro dos próximos 5 dias, à vista das dificuldades operacionais, possam os primeiros dados ser fornecidos ao Senado Federal.”

Sobre esta questão dos 5 dias e sobre a sequência no encaminhamento dos dados, já há muito se falou nesta Casa. São conhecidas as dificuldades de natureza operacional com que se vê a braços a Srª Ministra, portanto, já se tem este assunto como pacífico.

Quanto à parte inicial do requerimento, também já falou o nobre Senador Jarbas Passarinho, bem como outros Srs. Senadores se referiram. Na verdade, transitou pelo Plenário da Casa, sem que este se apusesse ao levantamento do sigilo bancário.

Aconteceu, Sr. Presidente, que, ao longo dessa sequência de episódios, houve a solici-

tação, o requerimento do eminente Senador Jamil Haddad, com 3 itens, e, recebendo-o, a Ministra determinou o seu imediato atendimento. Este fato também é do conhecimento da Casa. A Srª Ministra determinou o imediato atendimento do requerimento, e a sua estrutura administrativa, mais precisamente o serviço jurídico do Banco Central, entendeu que havia óbices de natureza jurídica ao atendimento e apresetou esses óbices à Srª Ministra, que não é advogada — sobre isso, já se falou aqui.

S. Exª, então, viu-se diante de um impasse, que é extremamente compreensível. S. Exª disse, por várias vezes, nas ocasiões em que nos reuníamos, que se via diante da iminência de um processo pelo Senado Federal, por prestação prática de crime de responsabilidade e de um processo por 10, 20 mil pessoas que viesse a acusá-la de ter violado o sigilo bancário.

Havia também uma referência específica feita pelo Serviço Jurídico do Banco Central ao art. 38, § 7º, da Lei nº 4.595, de 1974, que se refere especificamente ao sigilo bancário, e que se entendia não haver sido revogado pelas disposições contidas no art. 50 da Constituição federal. É um entendimento de natureza jurídica que, afinal de contas, cumpre-nos respeitar, tão respeitado quanto o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

O fato é que este entendimento mais de perto chegava a S. Exª e era nele que S. Exª se respaldava para, naturalmente, enunciar os seus temores acerca do comportamento que deveria ter.

Mais ainda, nas condições em que nos colocávamos em contato — a área política e a área técnica —, havia manifestação quase unânime daqueles que forcejam na área política do Governo, quais sejam, a Liderança do Governo no Senado, a Liderança do Governo na Câmara e o Sr. Ministro da Justiça.

Entendíamos que a questão da transparência em matéria política é absolutamente necessária em um regime republicano, e a Srª Ministra também entende assim. O Presidente da República, quando o assunto, de leve, pelos jornais, lhe chegou ao conhecimento, também entendeu assim. Enquanto isso, todos esses fatos se davam no conflito natural e compreensível entre aqueles da área técnica e aqueles da área política, em um enfrentamento deste episódio.

Ao longo de todo episódio o que ocorreu foi isto: um permanente dilema da Srª Ministra, que a levou, inclusive, a oficiar a esta Casa, dizendo da impossibilidade de dar atendimento às pretensões enunciadas no ofício ou à solicitação do pedido de informação do Senado, exatamente porque a lei a impedia de fazê-lo, pois o Plenário do Senado não havia sido ouvido.

**O Sr. Jamil Haddad** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador José Ignácio Ferreira?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA — V. Exª** tem o aparte, eminente Senador Jamil Haddad.

**O Sr. Jamil Haddad** — Nobre Senador José Ignácio Ferreira, há necessidade que alguns pontos fiquem claros. Primeiro, não foi ouvido o serviço jurídico do Banco Central.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Foi, Excelência.

**O Sr. Jamil Haddad** — Não foi ouvido. As informações que há ... e aí se põe a culpa toda em um funcionário do terceiro escalão, que é o chefe de Gabinete do Presidente do Banco Central. Inclusive, entendo uma falta de consideração do Presidente do Banco Central, ele deveria encaminhar à sua superior hierárquica, que é a Ministra da Economia, a informação, e não o Chefe de Gabinete ao Chefe da Assessoria Jurídica da Ministra da Economia. Quero dizer a V. Exª que por aí não passa. Como disse textualmente o ilustre jurista Cid Heráclito, que inclusive merece o respeito do atual Governo, porque continua no cargo, disse textualmente, num parecer lúcido, brilhante, que o Senador Jutahy Magalhães foi apanhar e apresentou no seu notável parecer, deixando claramente configurado, no requerimento de autoria do Senador José Fogaça, que as informações teriam que ser prestadas, solicitadas apenas sigilo a quem as recebesse. Admiro-me que S. Exª se tivesse baseado num funcionário do terceiro escalão, quando Cid Heráclito, conhecido pelo seu saber jurídico, já tinha um parecer brilhante sobre o assunto. Af, nobre Senador, parece-me, na realidade, que a Ministra Zélia, num caso desses — é um problema com outro Poder —, não poderia basear-se apenas no parecer do Chefe de Gabinete do Ministério. E quero dizer a V. Exª que sabe que hoje são feitos programas de computação em disquetes, que esta relação, se vier para o Senado, será uma cópia do disquete, feito de uma data tal a outra, onde estão implantadas, digitadas, todas as informações referentes ao movimento bancário do País. Aí é que se diz: o sigilo bancário existe para um Senador, mas, para quem digita no Banco Central, não há sigilo bancário. Para o digitador, não há sigilo bancário, porque ele está digitando e sabe da vida de todo mundo. Agora, um Senador da República não pode receber esses dados. Quero deixar bem claro que os disquetes de 15 de fevereiro a 15 de março têm que ser bloqueados imediatamente no Banco Central. Esses disquetes têm que ser bloqueados imediatamente. Caso contrário — não sei, não estou, em absoluto, afirmando — algum disquete pode ser limpo, alguma coisa poder ser apagada. Em eletrônica, hoje, apaga-se e refaz-se, com a maior tranquilidade, uma fita. De modo que apenas quero colocar isso diante de V. Exª porque as informações que enviarem não virão no disquete; virão num papel, que teria sido copiado de determinado disquete. Não acredito que o Banco Central não tenha o movimento de 15 de fevereiro a 15 de março já digitado e em disquete. Eram estas as minhas considerações.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Muito obrigado a V. Exª, eminente Senador

Jamil Haddad. V. Exª pode ter certeza de que todo esse momentoso fato que se deu até agora existe também muito em função do respeito que V. Exª merece de todos. V. Exª é um Senador atuante, está exercendo suas funções de Parlamentar com competência e com muita proficiência.

De maneira que o que se quer aqui, Sr. Presidente — e vou-me referir especificamente a esta questão de possível apagamento de dados não desejava seguir por aí —, o que se quer aqui é dizer, com todo o sublinhamento, o respeito que se tem pelo Poder Legislativo, o respeito que se tem por esta Casa. Sou um Membro desta Casa, passei a minha vida toda no Parlamento, fui Vereador, fui Deputado, sou um Senador e tenho um profundo respeito por esta Casa, pelo Poder Legislativo, pelas altas funções que tem o Poder Legislativo, funções legiferantes, de fiscalização, de controle e, sobretudo, pela alta dignidade desta Casa. Então, não aceito, nunca aceitei, não vou aceitar que se pretenda, em hipótese alguma, enquanto eu estiver na Liderança, forçar no sentido de diminuir esta Casa.

**O Sr. Alfredo Campos** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Coloco esta posição com toda a clareza, porque é assim que me tenho comportado e, ao longo desta caminhada breve, na Liderança do Governo, também ouvi, de parte de figuras do Governo, esse entendimento.

Não vejo, não vi neste episódio nenhuma intenção de diminuir o Poder Legislativo. Os fatos se encadearam, produziram situações, inclusive laterais — algumas até referidas por V. Exª Senhor Jamil Haddad, há pouco, com relação ao eminente Presidente Nelson Carneiro —, e que não podem afetar a dignidade desta Casa.

Aproveito ainda a oportunidade para focalizar um episódio recente, de que se falou aqui, capitaneado pelo eminente Senador Cid Sabóia de Carvalho. Há poucos dias, tive a oportunidade de, no Plenário do Congresso Nacional, referir-me a uma reunião concomitante que havia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a sessão do Congresso, e fiz questão de colocar, com todas as letras, que o respeito que cada Membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania me merecia não tinha tamanho, era realmente um respeito de dimensões inimagináveis; todos merecem um enorme respeito meu. Agora, tive uma expressão de que a concomitância daquela reunião com a sessão do Congresso Nacional, sem embargo do respeito que eu tinha por todos, soava como uma emboscada àqueles que tinham missões nos dois campos e não podiam estar nos dois lugares ao mesmo tempo. Faço esta colocação nesta oportunidade para, de público, pedir desculpas aos Membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à própria Casa, porque realmente há coisas que são muito mais da emoção do que da razão, e

coisas que a todos nós, aqui e ali, nos podem acometer.

**O Sr. Alfredo Campos** — Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Reitero, portanto, o meu pedido de desculpas aos Membros da Comissão, porque realmente são coisas que não fazem norma na minha vida, que é permanentemente de respeito, de estima e de admiração para com os Componentes desta Casa.

Concedo a V. Exª o aparte, com muito prazer, eminente Senador Alfredo Campos.

**O Sr. Alfredo Campos** — Senador José Ignácio Ferreira, ouço o discurso de V. Exª nesta tarde como a maior atenção, como acabei de ouvir o discurso do Senador Jarbas Passarinho, que nos deu aqui uma verdadeira aula de como tentar impedir um choque entre dois Poderes da República. E concordo com S. Exª, o Senador Jarbas Passarinho, em gênero, número e grau, até porque quem seria eu para ir contra as opiniões sempre abalizadas deste mestre de todos nós, que já presidiu esta Casa, e tão bem se sai em todas as questões levantadas no Plenário do Senado. Também ouço V. Exª com o maior interesse, mas com uma grande preocupação. O interesse, antes da preocupação, vem no momento em que eu gostaria de parabenizar a Ministra Zélia Cardoso de Mello, no momento em que S. Exª pede desculpas ao Senado da República, porque não foi outra a atitude da Sra. Ministra, comunicando que errou, e querendo corrigir o erro, mas querendo, pelos termos do seu aviso, dizer que, em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas, obediência ao disposto no § 4º, porque o Requerimento de Informações nº 39/90 transitou no Plenário da Casa. A Ministra não precisava, Senador José Ignácio Ferreira, arranjar essa desculpa para pedir desculpas à Casa, porque, pedir desculpas à Casa, situa-se no âmago da Constituição que exige essa tomada de posição por parte da Ministra. É um dever de todo brasileiro. No momento em que se submete ao Poder Legislativo, S. Exª é digna de aplausos, e que jamais o faça diferentemente. O meu medo, o grande medo que neste momento tenho, Senador José Ignácio Ferreira, é que fique aqui, como jurisprudência firmada, que toda vez que um Senador pedir informações, qualquer que seja a informação, essa decisão tenha de passar pelo Plenário da Casa, o que vai limitar, e em muito, a nossa capacidade de fiscalizar o Governo. A Maioria ou mesmo a Minoria governamental nesta Casa, e tenho certeza de que isto não aconteceria enquanto V. Exª fosse o Líder do Governo — poderiam, através de mistificação, através de encenação, através de obstrução mesmo, impedir que todo e qualquer Senador pudesse fiscalizar, como deve, o Poder Executivo. Não queremos que isso aconteça, se resolvermos aceitar as informações que a Ministra quer fazer chegar até nós paulatinamente, ou como foi dito, a prestações, ou não tem a menor importância. Eu as recebo,

como este Plenário, por certo, as receberá. O Senador Jamil Haddad, da mesma forma. No entanto, não fique constando nos Anais da Casa que estamos, cada um de per se, abrindo mão da faculdade, do direito constitucional que temos de fazer valer a própria Constituição, e pedir, a todo e qualquer órgão do Executivo, e mesmo do Judiciário, as informações necessárias para que desempenhem o nosso mister com galhardia e eficiência. É isto, Senador José Ignácio Ferreira. Espero que V. Ex., como Líder do Governo nesta Casa, leve à Ministra Zélia Cardoso de Mello os nossos parabéns, por ter-se curvado perante uma determinação constitucional e desta Casa. Muito obrigado a V. Ex.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Eu é que agradeço a V. Ex., eminente Senador Alfredo Campos. V. Ex. terminou, como deveria, curvando-se às disposições de natureza constitucional. A Ministra entende de uma maneira: o serviço jurídico do Banco Central, de outra; e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, num parecer extremamente, sensato, maduro e equilibrado, dispôs de maneira inteiramente diversa. Quer dizer, há uma visão que orientou, até recentemente, o conflito que existia internamente entre a área técnica e a área política, o qual agora se dirime. E mais, o que V. Ex. disse no começo me parecia passível de um retoque, mas V. Ex. terminou com acerto, dizendo que a Ministra se dobrava ao Senado Federal.

Na verdade, os Poderes são interdependentes, são harmônicos entre si; nem o Poder Legislativo pretende isso do Executivo, nem o Executivo pretende isso do Legislativo. Na verdade, há uma interdependência, há uma harmonia entre os Poderes. Portanto, ninguém sucumbe diante do outro e todos sucumbem diante do texto constitucional, como V. Ex. terminou falando.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Permite-me V. Ex. um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Pois não, Senador Jutahy Magalhães.

**O Sr. Jutahy Magalhães** — Senador José Ignácio Ferreira, apenas para ler uma parte do parecer do Dr. Cid Heráclito. Temos citado muito esse parecer, mas não o temos levado ao conhecimento de todos os Srs. Senadores. O que diz Dr. Cid Heráclito:

Diz: a) artigo 50, § 2º, da Constituição de 1988, tem plena vigência e eficácia, além de ampla abrangência, não contendo os limites e ascensões previstas nos preceitos e Constituições anteriores;

b) aquele dispositivo não pode sofrer limitação infra constitucional, nem sequer pela lei complementar do Sistema Financeiro Nacional (art. 192) da Constituição.

Conclui, assim, o Dr. Cid Heráclito:

"I — que dispositivo constitucional derogou o § 4º do artigo 38 da Lei nº 4.595, sendo portanto, obrigatório a

solicitações feitas pelas Mesas das Casas do Congresso Nacional;

II — que o atendimento, contudo, não afasta a obrigação de conservar em sigilo as informações obtidas."

Permita-me V. Ex., porque, no início do seu pronunciamento, V. Ex. falou que tínhamos aqui feito com que ficasse praticamente derogada a Lei do Sigilo Bancário. Não, absolutamente. O sigilo tem que ser mantido. E as informações vêm em caráter sigiloso. E caberá a quem as recebe, que é o Senador Jamil Haddad, que será o receptor dessas informações, manifestar-se a respeito de qualquer dado desses esclarecimentos, se assim considerar necessário para atender a interesse nacional. No meu entendimento, a Ministra não se curvou a nada. S. Ex. insiste em considerar que o que prevalece é a lei, a lei que já está derogada, segundo o parecer do Dr. Cid Heráclito.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Eminente Senador Jutahy Magalhães, agradeço a V. Ex. Veja que a Ministra, no seu expediente, coloca uma afirmação que vem do seu subjetivismo. S. Ex. entende assim. O que importa é que, na realidade, estamos decidindo sobre a parte final desse expediente, que, afinal, é o que importa, a conclusão:

"Por isso, determinei ao Banco Central as providências necessárias para que, dentro dos próximos cinco dias, à vista das dificuldades operacionais, possam os primeiros dados ser fornecidos ao Senado Federal.

Sr. Presidente, refiro-me também, em particular, à afirmação feita pelo eminente Senador Jamil Haddad, de que cinco dias é o prazo necessário para o enxugamento das informações.

Sr. Presidente, é preciso, primeiro, coloquemos que o Governo não tem e nunca teve interesse algum em ocultar coisa alguma, inclusive porque pretende reconstruir a República neste País. O sentido republicano da transparência, que obrigue a cada um de nós políticos ter diante de si, a qualquer momento, uma câmera de televisão e uma indagação de um repórter, para falar a toda a sociedade, respondendo a uma indagação do repórter, este é o princípio que precisa ser reconstruído num país em que a República nunca foi promulgada. A rigor, os princípios republicanos de transparência, de plena informação, estão ainda sendo construídos neste País, e este Governo começa a realizar este trabalho, e não seria ele quem iria começar destoando.

Há um aspecto importante e vou colocar a questão com alguns exemplos.

Recentemente, estive no gabinete do eminente Senador Nelson Carneiro e lhe dizia: "Presidente, veja como são as coisas. Imaginemos que um cidadão chegasse ao seu gabinete e lhe dissesse que sacou 20 milhões de cruzados no dia 10 de março, por pura intuição, com base em uma evidência que os nossos avós já diziam que "em tempos de confusão, dinheiro no colchão". Ele poderia invo-

car esse adágio e dizer: Sr. Presidente, compareço ao Senado para dizer que saquei o dinheiro por pura intuição". Como tantos seguramente fizeram neste País. "O que faria V. Ex., perguntei eu ao Senador Nelson Carneiro. O Presidente não respondeu. Eu, então, prossegui: "Se V. Ex. tomasse por termo essa declaração, o que faria com esse papel? Mandaria para o gabinete do eminente Senador Jamil Haddad? O que faria o Senador Jamil Haddad com esse documento, Sr. Presidente?"

**O Sr. Jamil Haddad** — Isso é problema meu.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — O que faria com esse documento?

**O Sr. Jamil Haddad** — A punição será em cima de mim.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Prosseguindo, e aí caricaturando. Um segundo cidadão chegasse ao seu gabinete e dissesse: "Eu saquei 20 milhões de cruzados, não por pura intuição, mas porque recebi uma informação privilegiada de dentro do Governo." O que ocorreria?

Aí poder-se-ia perguntar: O Governo estaria comprometido? Não. Não, porque qualquer cidadão que houvesse sacado uma importância dessas e que tivesse um antagonismo com o Governo, ou até gratuitamente, por mera diversão, poderia imputar ao Governo uma informação privilegiada que ele não recebeu.

Prosseguimos nesta hipotética ocorrência. Chegaria um terceiro cidadão e diria: "Sr. Presidente, saquei 20 milhões de cruzados e recebi uma informação privilegiada de Fulano de Tal, dentro do Governo." Aí, sim, se poderia dizer: nesta hipótese, o governo estaria realmente comprometido. Não, ainda não. É perfeitamente possível alguém chegar ali, na Papuda, procurar alguém que cometeu um homicídio e colocar na cabeça dele, por alguns tostões, que deva imputar uma co-autoria de mando ao próprio Senador Jamil Haddad. E isso não é difícil de ser feito. Aí esse cidadão preso e acusado de homicídio diria: "Matei porque o Senador Jamil Haddad me determinou".

Sr. Presidente, o que se pretende com esse requerimento de informações?

Apurar a ocorrência de crime? Não. Pretende-se determinar a ocorrência de irregularidades que se afirma terem existido. Portanto, a questão não é jurídico criminal, é político moral. Ela não imputa ninguém criminalmente.

**O Sr. Jamil Haddad** — Senador José Ignácio Ferreira, V. Ex. me citou por várias vezes.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Ela imputa eticamente, por motivos de natureza política, alguém. Todo o objetivo que pudesse abranger se cingiria ao objetivo político de alcançar o Governo. E Sr. Presidente, pergunto: Essas informações, por que não desejaria o Governo passá-las ao Senador Jamil Haddad?

O Governo tem o maior interesse, inclusive porque, se ocorresse a hipótese de alguém, dentro do Governo, ter feito a transferência de informações privilegiadas, como afirma o eminente Senador Jamil Haddad, que chegou até a citar fatos concretos gravíssimos, o Governo tem o maior interesse de descobrir quem é, se é que ocorreu um fato desse, para demitir-lo e execrá-lo aos olhos da opinião pública.

Portanto, deseja o Governo transparência mesmo, porque o que se está fazendo atualmente causa muito mais dano do que a simples cessação dessas informações que até agora não foram prestadas, por dificuldades de natureza jurídica e de natureza operacional.

**O Sr. Jamil Haddad** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte? V. Ex<sup>a</sup> me citou várias vezes.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Eu coloquei essas questões para mostrar que...

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Vou concedê-lo.

Estou seguindo um raciocínio. Sequer a ocorrência de qualquer fato criminal poderia ser apurada, o fato é ético-político. Ainda assim, num empilhamento de hipóteses sobre hipóteses, se tiver havido isso e mais isso e mais aquilo, não há como se pretender que o Governo deseje eximir-se de uma responsabilidade de transparência, num episódio como esse em que o desejo do Governo é ser o mais transparente possível, para poder alcançar aqueles que eventualmente tenham feito um vazamento de informações.

Concedo o aparte ao ilustre Senador Jamil Haddad.

**O Sr. Jamil Haddad** — Nobre Senador José Ignácio Ferreira, o seu raciocínio, neste momento, dá a impressão de que V. Ex<sup>a</sup> está querendo enquadrar o Senador Jamil Haddad num crime de responsabilidade por ter formulado esse requerimento de informações: A impressão que tenho é esta, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, faz uma defesa, a qual me preocupa agora: V. Ex<sup>a</sup> está defendendo a possibilidade de, em ocorrendo saques que não sejam considerados crime, que não sejam dolosos, porque a pessoa poderia ter sonhado e foi lá e retirou, V. Ex<sup>a</sup> está defendendo a possibilidade de esses saques não serem considerados como crimes! É premonição! Pego apenas a V. Ex<sup>a</sup> não solicite o meu enquadramento em crime de responsabilidade por ter apresentado esse requerimento de informações.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Quero mostrar a conveniência de o Governo reagir com toda determinação e transparência!

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — V. Ex<sup>a</sup> fique tranqüilo, porque o exemplo serviu para ilustrar melhor, já V. Ex<sup>a</sup> é o protagonista maior desse episódio todo.

Concedo o aparte ao eminente Senador Divaldo Suruagy.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Senador José Ignácio Ferreira, confesso que cada dia a minha admiração pelo talento verbal de V. Ex<sup>a</sup> cresce assustadoramente, e agora com a solidariedade do Senador Mário Covas. V. Ex<sup>a</sup> nos brinda com a defesa brilhante do Governo e sabe que a causa é a mais difícil, porque os aspectos não são de natureza criminal e são principalmente — V. Ex<sup>a</sup> enfocou com muita propriedade — de natureza moral e ética. Como homem público brilhante, sabe V. Ex<sup>a</sup> que todo Governo se apóia em dois grandes pilares: respeito e popularidade. Todo Governo precisa ter, para sobreviver, ou popularidade ou respeito. Quando consegue gerar os dois sentimentos dentro da comunidade que governa, ele está na fase da sociedade; e quando tem que sacrificar um desses dois sentimentos, ele sacrifica a popularidade, para ficar com o respeito. Então, dentro do raciocínio de V. Ex<sup>a</sup>, se alguém, em um gesto de intuição, consegue descobrir que o Governo vai baixar um ato, que vai confiscar todo o dinheiro de contas correntes, de poupanças, de todos os depósitos de qualquer natureza, e um contraparte do Presidente vai ao banco no dia 12 e tira 650 milhões de cruzeiros — segundo informações do Senador Jamil Haddad —, é muita coincidência para que este Governo não perca a sua credibilidade. E, à medida que o Governo perde a credibilidade, não tem mais condição de governar; ele perdeu a autoridade moral para conduzir os destinos daquela sociedade. Então o que está em jogo é muito mais importante e muito mais profundo, e V. Ex<sup>a</sup> colocou que são os aspectos ético e moral. Se ficar confirmada a denúncia que foi levada ao Senador Jamil Haddad, e S. Ex<sup>a</sup>, com a responsabilidade que tem, como representante, do povo do Rio de Janeiro, de falar em nome desta Casa, de solicitar esta informação, e se esta informação ficar confirmada, V. Ex<sup>a</sup> será o primeiro, tenho certeza, com o seu passado, a pedir o afastamento da Liderança do Governo, porque o caráter de V. Ex<sup>a</sup> não cometa atos desta natureza. Daí eu deixar a minha inquietação por esses artifícios de natureza jurídica, de natureza administrativa, se é ofício, se é aviso e tudo mais durante dois meses se escondendo dessa tal transparência da República que V. Ex<sup>a</sup> enfatiza, que este atual Governo está querendo colocar. Nos Governos militares, o Senador Jarbas Passarinho, que foi Líder do Governo do Presidente João Figueiredo, quando houve uma dúvida sobre a maxidesvalorização do dólar, o Senador Marcos Freire, Líder da Oposição na época, questionou e, então, o Líder do Governo, Senador Jarbas Passarinho teve o cuidado, com a autoridade que o cargo lhe emprestava, de procurar os Ministros da área econômica e dar todas as informações dos últimos 30 dias antes da maxidesvalorização, porque o que se comentava, o que se apregoava é que pessoas tinham ganho fortunas com aquela maxidesvalorização. O que está em jogo, Senador José Ignácio Ferreira V.

Ex<sup>a</sup> sabe muito melhor do que eu, é a credibilidade do Governo. E se o Governo está colocando em jogo a sua credibilidade, ele não pode usar artifícios para esconder essas informações, que, na minha opinião, já deviam ter chegado ao Senado há bastante tempo. Já disse a V. Ex<sup>a</sup> em particular e o digo de público, está sendo um erro político da maior grandeza. Como é que se esconde, como é que se faz uma tempestade sobre as informações, como se o Governo tivesse receio, porque na imaginação popular o mal já está feito. Aonde chegamos, onde estamos — a interrogação é esta; por que tiraram o meu dinheiro e permitiram que outras pessoas, que empresários, que milionários sacassem? Então, o mal já atingiu o Governo. Por quê? Simplesmente porque a Ministra não ouviu o seu Consultor Jurídico. Porque, se a Ministra não é uma advogada — e eu disse isso no meu aparte ao Senador Jamil Haddad —, S. Ex<sup>a</sup> não tem nenhuma obrigação de conhecer o Regimento da Casa; S. Ex<sup>a</sup> teria que se apoiar no Consultor Jurídico do Ministério, ou no Consultor Jurídico do Banco Central. Não! Ou, então, na Consultoria Geral da República! Por que S. Ex<sup>a</sup> não fez uma consulta? Era tão fácil ao Consultor-Geral da República orientar a Ministra. Não. S. Ex<sup>a</sup> ficou apoiada num ofício de um Chefe de Gabinete. Sinceramente, o Governo não está buscando essa transparência que, em boa hora, V. Ex<sup>a</sup> apregoa que o Governo deve ter.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Lamento discordar de V. Ex<sup>a</sup>, porque é exatamente isto que o Governo busca. E o episódio, a delonga que houve até agora foi em decorrência de um conflito de entendimento. Na verdade, o Governo comparece a esta Casa, hoje, com o expediente que a Sr<sup>a</sup> Ministra elaborou e esse episódio, a meu ver, se encerra aqui, hoje. Acho que esta Casa se verá atendida na sua pretensão, principalmente o eminente Senador Jamil Haddad.

Ao contrário do que V. Ex<sup>a</sup> disse, há pouco eu chegava ao Senado num táxi e o motorista me disse algo interessante. Eu conversei, não sei por que, ele percebeu que eu era Senador e disse: "Senador, por que não deixam essa mulher trabalhar?"

A idéia que o povão está tendo não é esta, não. A verdade é a seguinte: se tem uma visão de que se turva o ambiente, procura-se criar situações, insinuar situações — o que, absolutamente, não foi o objetivo do eminente Senador Jamil Haddad —, mas a idéia que o povão tem é esta. É esta!

De maneira que coloco isso como um episódio que se encerra com alguma delonga, mas que seguramente atendeu aos objetivos do Governo, que sempre foram os objetivos de transparência.

**O Sr. Leite Chaves** — Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Com muito prazer.

**O Sr. Leite Chaves** — Nas explicações que o Governo daria, se estivesse aqui, na minha

opinião, acho que o sigilo bancário já não existe, pelo menos na extensão que houve no passado. Não há sigilo bancário. A Ministra jamais poderia negar essas informações. Mas ninguém pode atuar contra a lei. S. Ex<sup>a</sup> supunha que a Lei nº 4.595, na informação do Banco Central, acobertava aquilo. Outra questão, não é apenas pedir e fornecer. A Casa, na sua própria respeitabilidade, tem que dizer qual é a relevância da informação. Já pensou V. Ex<sup>a</sup> se houvesse entre funcionários uma situação menor, no Ministério, de conseqüências, e nós, então, resolvéssemos pedir informação? Daríamos a informação, mas teria sentido uma informação dessa natureza? Veja V. Ex<sup>a</sup> o seguinte: eu estava no Paraná e um fazendeiro de poucas letras, mas riquíssimo, passou a noite acordando os filhos, o que é que faziam e o que não faziam. Esse homem não sabe nem o que é Brasília. Sabe o que ele fez? No dia seguinte, tirou todo o dinheiro que tinha, levou-o na camionete e o guardou na fazenda. Em Londrina, onde há muitos judeus, coreanos, eles tiraram todo o dinheiro e ninguém vá dizer que foi por um comportamento intencional ou informação. No caso, aqui, o que se pretende? Digamos que, amanhã, um parente do motorista do Presidente Fernando Collor de Mello tenha tirado, pela mesma razão intuitiva, ou por receio, alguma importância e se haverá de fazer um verdadeiro carnaval. Devemos raciocinar sobre o seguinte: a inflação hoje seria de 450%, seria um País absolutamente ingovernável. O que mais se condenou contra o Presidente Sarney — e até certo ponto era uma virtude, na época da Constituinte — foi a insegurança de comportamento. Agora, temos um cidadão, um rapaz altamente autoritário, no limite da lei, sem essa arrogância que se diz, porque ele veio aqui trazer projetos para informar e se quer fazer agora uma oposição dessa natureza. Soube que o Presidente determinou que as informações fossem dadas; a Ministra foi quem fez essas ponderações. Sei que as Casas do Congresso, na grande maioria, estão ansiosas por um evento desses para fazer uma oposição estabaneada; mas elas não farão oposição ao Presidente Fernando Collor de Mello, mesmo que ele venha a cair em razão dessa violência, ou a se demerrecer em algum ponto quer dizer, ele pode sair do Governo. Pode haver até **impeachment**. E, digo, na primeira oportunidade em que houver qualquer coisa, pedir-se-á **impeachment** aqui, por ressentimentos profundos. Não se permite a um **outsider** uma vitória! Não se permite, neste País, que um homem, pelo seu talento e por suas qualidades, vença isoladamente, porque as estruturas políticas se sentem diminuídas, sentem-se traídas, e as estruturas têm mecanismos de permanência. Então, todos os que foram líderes aqui e perderam a eleição estão dentro desse quadro de ressentimentos. Querem dizer que o homem é de extrema direita, para formar uma oposição de esquerda. Pelo que tenho vivido com o Presidente, Sua Excelência está muito acima em visão, em noção de mundo do que muita gente aqui. Não se pense

que é o homem que improvisa assim. Creio que a Ministra não poderia negar, mas também faço uma censura: creio que S. Ex<sup>a</sup> teria que mandar um ofício, e não apenas um aviso, ou seja, o Aviso nº 432. Aviso é um documento que se usa entre Ministérios, ou seja, em assuntos interministeriais, interdepartamentais. Atribuo esse procedimento a pouca experiência, por ser a primeira vez que S. Ex<sup>a</sup> ocupa cargo de tamanha relevância, e talvez os seus assessores não estejam enfiados com esses mecanismos. Desta forma, merece aplausos V. Ex<sup>a</sup>, e entendo que a Ministra fez muito bem em mandar as informações, mas estou certo de que S. Ex<sup>a</sup> estava com boa fé ao invocar a Lei nº 4.595, que anário. Pergunta-se — e somos nós que gostaríamos de saber: depois da Constituição, está a referida lei revogada ou não? Há dúvida a respeito. Há outro aspecto: da Ministra que veio a esta Casa e, ao longo do tempo, prestou as informações mais amplas, ultrapassando os limites da convocação, não se espera má fé, maldade ou desejo de contrariar o Congresso, muito menos o Senado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — A Mesa avisa a V. Ex<sup>a</sup> que às 18 horas termina o prazo de quatro horas desta sessão, pois foi iniciada às 14 horas. Se não for possível terminar hoje, a Mesa suspenderá a sessão e continuará o debate amanhã. Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> seja breve, avisando ao Plenário, porque o prazo de duração da sessão é de quatro horas.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Sr. Presidente, vou terminar.

**O Sr. Mário Covas** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>

**O Sr. Mário Covas** — Pretendia, antes deste aparte, ter conhecimento se a Mesa, a rigor, apresentaria uma proposta. Na última sessão, eu sustentava que o Plenário do Senado votasse em cima de propostas e pareceres, e não em cima de projetos. E vi, há pouco, o Presidente anunciar e ler o texto final de um parecer que a Mesa iria dar, de certa maneira atendendo à ponderação de alguns Srs. Senadores, naquele dia, em face da eventualidade de a situação permanecer tal qual está. O Presidente leu, antes mesmo do parecer, este aviso recém-chegado aqui. E eu fiquei sem saber se, depois da chegada desse aviso, a Mesa iria fazer alguma proposta. Aliás, como o Presidente está anunciando que a sessão continuará amanhã, acho que, no momento oportuno, a Mesa esclarecerá. Passando, agora, ao aparte, congratulo-me com V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador José Ignácio Ferreira. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a minha admiração é antiga; mais do que admiração, devo a V. Ex<sup>a</sup> a sustentação do meu nome enquanto candidato, de modo que lhe sou devedor de uma série de finezas e, mais do que isto, enxergo a tentativa de solução desse problema que, a rigor, não deveria existir. Legislativo e Executivo não existem para fazer queda-de-

braço nem para pedir desculpas um ao outro. Existem para manifestar respeito um ao outro. Confesso que fiquei em dúvida quando li o documento, e acho que ele tem mais o dedo de V. Ex<sup>a</sup>, mais a feição de V. Ex<sup>a</sup>, do que do Ministro da Justiça. A rigor, o que se faz nesse documento? Toda a história dessa pendência se prendia a um fato: o requerimento foi feito, a Mesa do Senado o encaminhou à Ministra e S. Ex<sup>a</sup> o respondeu, dizendo o seguinte:

“Não é que não se possa desobrigar do sigilo, há condições em que a lei prevê, no art. 38, § 4º, há condições em que o sigilo pode deixar de ser obedecido, com os devidos cuidados. Mesmo a Lei de 1964, a de Mercado de Capitais, estabelecia, no art. 38, que as instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas de serviço prestado.

§ 2º O Banco Central e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar que sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação, obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser aprovados pelo Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta dos seus Membros.”

Portanto, mesmo na origem, lá atrás, em 1964, a Lei de Mercado de Capitais dizia:

“...a pedido do Senado e por aprovação do seu Plenário, as informações, com o devido cuidado, poderiam ser prestadas...”

É exatamente este dispositivo que a Ministra invoca para não responder ao requerimento de informações. Veja V. Ex<sup>a</sup> que há o requerimento do Senador Jamil Haddad, feito em 19 de março; o Senador Pompeu de Sousa, como 1º Secretário, em 29 de março encaminhou-o ao Executivo; em 8 de maio, volta, via Marcos Coimbra, Secretário-Geral da Presidência da República, a resposta da Ministra, que junta, por sua vez, um ofício do Chefe de Gabinete do Banco Central, quando ele diz:

“A propósito, cumpre-me comunicar a V. S<sup>a</sup> que o disposto no § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595, de 31-12-64, que continua em pleno vigor, mesmo diante do estatuído no § 2º do art. 50 da Constituição de 1988, condiciona, in casu à aprovação do Plenário do Senado a obrigatoriedade da prestação das informações em apreço, única maneira de liberar



o Banco Central e as instituições financeiras do dever legal de guardar sigilo das operações ativas e passivas dessas instituições e dos serviços por elas prestados."

Portanto, a primeira resposta da Ministra ao Senado foi a seguinte: "Houve um erro. A Mesa do Senado não poderia ter encaminhado isso para cá; a Lei de 1964, embora me libere, se for aprovado pelo Plenário do Senado, não me libera se for aprovado pela Mesa", sem tomar conhecimento do fato que, se foi esclarecendo a partir da demanda do Presidente. Eu dizia, na última quinta-feira, e volto a insistir: só um Presidente com a generosidade e com a flexibilidade do Senador Nelson Carneiro, a partir de uma resposta dessas, antes de qualquer providência, encaminharia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para sua avaliação. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examinou e opinou em que direção? Em primeiro lugar, que esse dispositivo, seja em face da Constituição de 69, seja em face da Constituição de 88, não mais prevalecia ou não poderia prevalecer como mecanismo para obtenção da informação. Tendo em vista que a Constituição de 88 determinou que à Mesa do Senado cabia fazer isso, portanto, derogou aquilo, tendo em vista esse parecer, aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Sr. Presidente volta à Ministra e lhe dá 24 horas para responder ao requerimento, e a Ministra volta e lhe responde novamente juntando o ofício...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)**  
(Faz soar a campainha)

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO** — Sr. Presidente, peço a V. Exª a prorrogação da sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)** — A Mesa vai prorrogar a sessão pelo tempo necessário à conclusão do discurso do Senador José Ignácio Ferreira e à intervenção dos oradores que estão inscritos. Os Senadores José Fogaça e Maurício Corrêa.

**O Sr. Mário Covas** — Em seguida, diante dessa colocação do Sr. Presidente, volta o novo ofício da Ministra, acompanhado de informações novamente do Banco Central, onde se diz:

"Relativamente à alínea b do requerimento em tela, cumpro-me ponderar a V. Exª que o Banco Central do Brasil se sente impedido de prestar a informação solicitada, a ser colhida junto a todas as instituições financeiras autorizadas."

Por quê? Por um problema burocrático? Não! Coloca em relevo o Banco Central:

"Ressalvada a hipótese prevista no § 4º do art. 38 — aprovação pelo Plenário do Senado — a remessa de informações individualizadas, quanto aos titulares de contas e bancos, não só importaria em violação àquele preceito legal, como também poderia constituir um ilícito tipificado no art. 325 do Código Penal. Destarte a solicitação

em foco não parece, **data venia**, ajustar-se à condição estabelecida para a espécie no Regimento Interno do Senado Federal.

Em tais condições e no interesse maior de velar pela proteção constitucional e a inviolabilidade da vida privada — princípio fundamental esculpido no art. 5º, X e XII, da Lei Maior, que envolve o sigilo das contas bancárias particulares, caberia fosse a matéria submetida ao reexame da ilustrada Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania."

A partir daí, portanto, Sr. Presidente continua, no segundo ofício, a Ministra reafirmando que a única forma de S. Exª se liberar para oferecer esta informação é a aprovação do Senado, pelo seu Plenário, e não pela Mesa, tal qual afirmara no primeiro ofício, e tal qual fora contraditada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do próprio Senado, por solicitação do Presidente. Isto aconteceu na última quinta-feira e, nesse mesmo dia, nos reunimos e discutimos. Vejo, claramente, depois disso, V. Exª, com a consciência democrática que possui, afinal, pela sua participação no problema buscar uma forma que, sem deixar a Ministra ceder, ao mesmo tempo busque oferecer as informações. Então, chega aqui um Aviso, onde diz:

"Senhor Presidente:

Tomei conhecimento de que a decisão da Mesa do Senado, referente ao Requerimento Informações nº 39/90, transitou no Plenário dessa Casa, sem que o mesmo se opusesse ao levantamento do sigilo bancário."

Em outras palavras, pela terceira vez a Ministra reafirma: S. Exª só pode oferecer se o Plenário do Senado aprovar. Agora, encontrou a Ministra uma forma inteligente, digna da competência de V. Exª. A forma qual foi? A de dizer que, se este Senado não se pronunciou contra, necessariamente ele se manifestou favor. Portanto, no instante em que ele não se opôs ao requerimento, ele, necessariamente, estava a favor, estava aprovando o requerimento. Em consequência, tornou-se possível o atendimento das informações solicitadas. Pela terceira vez a Ministra reafirma a este Senado que não atenderá a requerimentos de informações que tratem desta matéria se não forem aprovados pelo Plenário. S. Exª está reafirmando isso. Não se trata de pedido de desculpas, o Senado não quer nenhum pedido de desculpas. O Senado quer o respeito às suas prerrogativas. Não há nenhuma necessidade de a Ministra se diminuir com isso, de forma alguma. Esta fórmula encontrada tem o condão de buscar uma saída para o problema porque, se é verdade que não se quer o confronto — é muito verdade que o Senado não quer esse confronto —, o respeito que o Senado exige do Executivo tem como contrapartida o respeito que o Senado dedica ao Executivo. Não seria lógico que fosse um caminho de mão única; portanto, é um caminho de duas mãos. A rigor o mecanismo encontrado foi o de reafirmar

aquilo que, afinal, foi a pendência durante todo este tempo, o de reafirmar que a Ministra não atenderá a pedido de informação desta matéria se não for aprovado pelo Plenário. Veja V. Exª que, no mínimo, o que se pode admitir, a partir daqui, é que se buscou uma solução conciliatória. Não há dúvida que houve um gesto — e crédito muito esse gesto à presença de V. Exª —, houve um gesto nessa direção, não há a menor dúvida. Também não há a menor dúvida de se constituir uma jurisprudência no Senado, pela qual, aquilo que a Ministra disse antes, S. Exª continua dizendo agora, portanto, S. Exª vai dizê-lo sempre. De que maneira vai ficar claro que aquilo que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu, aquilo que o Senado decidiu é, na realidade, o que vale? Porque todo esse novo Aviso, a rigor, reafirma uma posição anterior. S. Exª se dispõe a fazer, mas se dispõe a fazer porque agora reconhece que os termos em que se dispunha a fazer, desde o primeiro instante, estão existentes. De forma que eu até me disporia a contribuir para que este problema tivesse solução normal. Não vejo é como se garanta ao Senado, de forma permanente, o fato de que, em circunstâncias iguais a esta, feito o requerimento, encaminhado pela Mesa, o Senado seja atendido em sua soberania. E para isso, Sr. Senador, não há necessidade alguma de pedir desculpas. Os poderes são harmônicos e independentes; cumpre que eles se respeitem e que cada um cumpra a sua parte.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Muito obrigação a V. Exª, eminente Senador Mário Covas, pelo lúcido aparte.

Pondero à Casa que o fato de a Ministra entender de uma maneira e o Senado Federal, de outra, provocou, ao longo de dois meses, toda essa controvérsia. O episódio de agora, a meu ver, se encerra com um expediente em que a Ministra coloca o seu ponto de vista, é verdade — bem enfocou o eminente Senador Mário Covas —, mas culmina dizendo do cumprimento do pedido de informações formulado pelo Senado. Quanto à questão de prevalecer o ponto de vista teórico, subjetivo, da Ministra, é absolutamente irrelevante, ainda porque S. Exª tem o direito de tê-lo. Não temos, neste País, uma corte exclusivamente constitucional para dirimir conflito dessa ordem; ter-se-ia que ingressar em juízo, com um mandado de segurança preventivo, talvez, contra o Senado Federal, para que S. Exª não se visse sujeita a qualquer constrangimento, se o Supremo Tribunal Federal entendesse que prevalecia o ponto de vista dela. Não somos nós que dirimimos questões que estão conflitadas; também não é S. Exª. É importante que o Senado tenha o seu ponto de vista, e o fato de a Ministra pensar, no seu subjetivismo, que as coisas são assim, não é relevante, porque o relevante nesse episódio é que S. Exª está prestando as informações, está-se dispondo a prestar as informações.

Claro que há uma disposição, contida nesse Aviso, de prestar informações ao Senado Fe-



deral. O episódio, parece-me, fica superado com esse expediente. Espero que esta Casa, que é exatamente a Casa da sensatez, a Casa do equilíbrio, compreenda esse gesto, veja nesse gesto um esforço para superar uma situação em que havia definições arraigadas, que permanecem existindo, mas que não se pretende no Senado Federal estirpá-las! Não se pretende, como não pretende o Governo, estirpar um entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Poder-se-ia pretender que S. Ex.<sup>a</sup> mantivesse a consciência de que os Poderes são interdependentes e harmônicos, e buscasse uma solução para dirimir essa controvérsia. Essa solução S. Ex.<sup>a</sup> a encontrou; os fatos se deram dessa maneira e, efetivamente, S. Ex.<sup>a</sup> se dispôs a prestar as informações.

Isso não impede que, no futuro, o Senado Federal, atendendo a outro pedido de informações, busque do Ministério da Economia, Fazer da e Planejamento, ou de qualquer outro Ministério, o atendimento dessas informações. Inclusive o episódio se cinge exclusivamente à matéria de sigilo. Não há outra matéria aqui que possa ser alcançada por essa disposição. É só a questão do sigilo bancário.

Então, passar-se-ão os cinco anos do Governo atual sem que, provavelmente, um fato idêntico venha a ocorrer e, se vier a ocorrer, o que vai impedir o Senado de manter os seus pontos de vistas? Quer dizer, amanhã poder-se-á ter, assim, um conflito de entendimentos que possa ser dirimido pelo Judiciário. Amanhã pode-se até tolerar aceitar que se vá para o Judiciário num conflito aberto entre Poderes. O que não se pode pretender é, agora, diante de um gesto desses, e embarçar-se a consequência desse gesto. Sei que não é isso que pretende o eminente Senador Mário Covas.

Espero, portanto, que a Casa tenha compreensão para com o episódio, que revela um desejo claro do Governo, que, aliás, nunca se arrefeceu de manter a transparência neste e em outros episódios. Os embaraços de natureza legal, jurídica, que até hoje contiveram a Sr.<sup>a</sup> Ministra, foram contra a sua vontade, o seu desejo, porque S. Ex.<sup>a</sup> nada tem a esconder: era seu desejo, e é, manter a transparência absoluta nas áreas do seu Ministério.

**O Sr. Mário Maia** — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Tem V. Ex.<sup>a</sup> o aparte.

**O Sr. Mário Maia** — Nobre Senador pelo Espírito Santo e Líder do Governo, José Ignácio Ferreira, nosso amigo e admirado por nós todos, V. Ex.<sup>a</sup>, nesse episódio, está procurando, naturalmente, dar uma solução a mais simples possível. No entanto é simples às vezes não é o ideal, e para nós essa simplicidade não corresponde à solução do problema, como bem evidenciou o ilustre Mário Covas. Não é o funcionário de terceira categoria, nem do de segunda, o assessor ou a Ministra, que está falando neste momento; é o Presi-

dente da República que está assumindo a responsabilidade. Ouvi, outro dia, da boca do Presidente da República: "quando os meus Ministros erram, não são eles que estão errando, sou eu, o Governo. Eu sou o Governo". L'Éta c'est moi!, como diria Luís XIV. Não podendo Sua Excelência dizer: "o Estado sou eu", diz: "O Governo sou eu", "eu sou o Governo". De modo que isso que parece uma filigrana, uma simplicidade, foi mandado pela Ministra, dizendo que as informações serão enviadas, mas ferindo o dispositivo constitucional, quebrando uma norma estabelecida por um trabalho de 18 meses que V. Ex.<sup>a</sup> e todos nós ajudamos a construir. A Constituição, uma vez quebrada, fraturada, é difícil ocorrer novamente, porque há um conserto. É como uma vez disse um grande jornalista: "o cavalo de corrida que quebra uma perna e encana nunca mais corre como antes". A Constituição, quebrada agora por esta cessão, por este lapso que S. Ex.<sup>a</sup> está procurando consertar, cria a exceção e amanhã outros Ministros e S. Ex.<sup>a</sup> mesmo poderão dizer: "Não! Só darei informação se passar pelo crivo do Senado", como ocorreu neste episódio. Parece-me que esta é a terceira correspondência enviada pela Sr.<sup>a</sup> Ministra, de forma conciliatória, pelo qual pede cinco dias, que pelo menos, em termos constitucionais, reconheça S. Ex.<sup>a</sup>, de uma vez por todas, que quem tem o poder, para encaminhar informações a S. Ex.<sup>a</sup> e ela responde, é a Mesa do Senado, e não o Plenário. Assim, fica sanado, e aceitáramos, da nossa parte, os cinco dias para S. Ex.<sup>a</sup> prestar os esclarecimentos. O que não queremos é quebrar as normas estabelecidas no Regimento Interno e na Constituição. V. Ex.<sup>a</sup> é um promotor que está, com brilhantismo, defendendo a posição da Ministra. S. Ex.<sup>a</sup> nem eu somos juristas, mas acho que seria uma fórmula conciliatória, para que a Constituição e o Regimento não fossem feridos.

**O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA** — Agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Mário Maia.

Termino, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex.<sup>a</sup> e à Casa que compreendam esse gesto como um desejo claro que vinha existindo ao longo de todo esse episódio: o desejo de prestar essas informações.

É evidente que o Senado Federal manifestou claramente, por sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um entendimento jurídico; o Banco Central, que respaldou a Sr.<sup>a</sup> Ministra, manifestou um entendimento jurídico diverso. No entanto, o que se pretendeu foi superar o episódio e evitar uma crise entre os dois Poderes, crise que caminhava para a sua ocorrência. O objetivo, portanto, do Governo é este. Espero que o episódio se supere com esse expediente.

*Durante o discurso do Sr. José Ignácio Ferreira, o Sr. Nelson Carneiro, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pompeu de Sousa, 3.<sup>o</sup> Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. José Ignácio Ferreira, o Sr. Pompeu de Sousa, 3.<sup>o</sup> Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Carneiro, Presidente.*

**O Sr. Jamil Haddad** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra a V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. JAMIL HADDAD** (PDT — RJ. Pela ordem.) — Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> é sabedor de que eu não poderia estar hoje aqui, mas, tendo em vista o motivo relevante desta sessão, estou presente, embora tenha um compromisso inadiável no Rio de Janeiro.

Assim, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup>, porque observo que vários Senadores ainda pretendem apresentar o seu entendimento a respeito do assunto, solicitaria a V. Ex.<sup>a</sup> suspender esta sessão, a fim de que amanhã voltássemos a discutir a matéria, para uma deliberação final.

**O Sr. José Fogaça** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

A Liderança do PMDB esteve reunida, hoje, pela manhã, para assumir um posicionamento perante esta matéria e pretendia manifestar-se neste momento. No entanto, dada a solicitação do Senador Jamil Haddad, concordamos com a suspensão da sessão e a sua continuação amanhã, quando, então, a Liderança do PMDB manifestará a sua posição neste caso.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Atendendo aos motivos invocados pelo Senador Jamil Haddad, a Mesa suspende a presente sessão, que prosseguirá amanhã, quando, afinal, será tomado o voto do plenário sobre a exposição da Mesa, em face do aviso da Sr.<sup>a</sup> Ministra Zélia Cardoso de Mello.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — A Mesa suspenderá a presente sessão, convocando outra extraordinária, em continuação a esta, e que se realizará amanhã, às 14 horas e 20 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelson Carneiro) — Está suspensa a sessão.

*(Suspensa às 18 horas e 17 minutos, a sessão é reaberta às 14 horas e 20 minutos do dia 5 de junho de 1990.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário.

É lido o seguinte.

**REQUERIMENTO Nº 138, DE 1990**

Pelo falecimento do Senador Luiz Viana Filho requeremos, nos termos do a.

218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia;
- c) representar nos funerais;
- d) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, 5 de junho de 1990.

— Mauro Benevides — Alexandre Costa — Odacir Soares — Jarbas Passarinho — Antônio Luiz Maya — Divaldo Suruagy — Gerson Camata — Francisco Rollemberg — João Menezes — Marco Maciel — Humberto Lucena — Almir Gabriel — Cid Sabóia de Carvalho — Carlos Alberto — Jamil Haddad — Afonso Ariños — Mário Covas — Wilson Martins — José Fogaça — João Lobo — Jutahy Magalhães — Iram Saraiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, primeiro signatário do requerimento.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (PMDB — CE. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, abre-se lacuna impreenchível na vida pública brasileira, a partir de hoje, com o falecimento do Senador Luiz Viana Filho, intelectual e político de imenso prestígio, com larga folha de serviços prestados à comunidade e ao País.

Como Parlamentar dos mais brilhantes, Luiz Viana ascendeu à Presidência do Senado e do Congresso Nacional, impondo-se ao respeito de seus Pares, mercê de uma atuação serena e profícua, voltada para a defesa intransigente das prerrogativas do Poder Legislativo.

Deputado e Senador pela Bahia, foi sempre apontado como um dos mais ilustres membros de nossa vida político-partidária, merecendo a consideração de todos os segmentos sociais de seu Estado, do Nordeste e do País.

Governador dos mais dinâmicos, realizou administração fecunda e criteriosa, assinalada por grandes e expressivas realizações em favor da coletividade baiana.

Escritor de renome, com notável acervo de obras importantes, entre as quais a biografia de Rui Barbosa e José de Alencar, ocupava uma das Cadeiras da Academia Brasileira de Letras, ali pontificando como figura exponencial da Casa de Machado de Assis.

No Governo Castello Branco, Luiz Viana foi nomeado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e Ministro da Justiça, exercendo papel relevante nos contatos entre Executivo e Legislativo, empenhado que esteve na normalização político-institucional do Brasil.

Homem de partido, pertencendo aos quadros do PMDB, transmitia-nos diretrizes

acertadas nos momentos de grandes decisões, fazendo-o com invejável clarividência e des-cortino.

Ainda recentemente, dele ouvi ampla exposição sobre o Conselho da República, criada pela nova Carta, pressentindo a sua discreta intenção de integrá-lo, a fim de conduzi-lo ao cumprimento de seus elevados e patrióticos objetivos constitucionais.

De sua incomparável esposa, D. Juju Viana, recebeu permanentemente desvelada assistência, sendo ela a estimuladora de suas lutas nos campos político e cultural.

O seu filho mais velho, Deputado Luiz Viana Neto, estava ao seu lado em todas as ocasiões, sendo, por isso, o natural continuador de sua marcante liderança política.

Guardo do Senador Luiz Viana lembrança imperecível, sobretudo de sua fidalguia, de sua competência, de seu acendrado espírito público.

O povo brasileiro perde, assim, um representante autêntico, que se entregou de corpo e alma às grandes causas nacionais.

Ninguém o excedeu em dignidade, em caráter, em lealdade, em coragem cívica.

Pranteamos, assim, o desaparecimento de Luiz Viana Filho, a quem elegemos como Senador-padrão, pelos incontáveis méritos que soube admiravelmente reunir ao longo de sua vida pública.

A sua memória será sempre por nós cultuada, com profunda e comovida saudade.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (PDS — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho uma particular dificuldade de fazer panegíricos.

Acabo de ouvir as palavras do nobre Líder do PMDB em exercício, Senador Mauro Benevides. À proporção que S. Ex.<sup>a</sup> falava, desfilava na minha memória a sucessão de lembranças que tive com relação a Luiz Viana Filho, especialmente nesta Casa.

Ainda há poucos dias, sob a Presidência do Senador Francisco Rollemberg, estávamos estudando documentos secretos, que provavelmente serão todos considerados ostensivos. A cada momento em que um fato histórico mais recuado era lembrado, ouvíamos o testemunho de Luiz Viana Filho, a versão exata sobre o que havia ocorrido no Brasil naquela ocasião.

O primeiro contato que tive com S. Ex.<sup>a</sup> deixou-me uma impressão de enorme frustração pessoal minha. Eu governava o Estado do Pará, fui chamado a Brasília pelo Presidente Castello Branco. Daqui segui no avião presidencial que ia deixar em Belo Horizonte o Senador Milton Campos e, depois, ao Rio de Janeiro. Fui convidado, por uma fidalguia especial do Presidente Castello Branco, para o almoço, numa mesa escamoteável, num compartimento do avião. Eram quatro pessoas: o Senador Luiz Viana Filho, então Ministro-Chefe da Casa Civil; o Senador Milton

Campos, que se retirara do Governo; o Presidente Castello Branco e eu.

E eu, que gosto de participar de conversas fiquei inteiramente frustrado, porque os três conversavam e com o que era objeto da conversa eu não conseguia atinar, porque volta e meia o Senador Luiz Viana dizia ao Presidente Castello Branco: "Presidente, o Senhor se lembra do Editorial de O País? O jornal O País havia desaparecido há muito tempo de circulação no Brasil. E a minha frustração foi não ter participado da conversa ao longo de toda a viagem, que deixava em Belo Horizonte o Senador Milton Campos e, depois, chegávamos ao Rio de Janeiro.

Mais tarde, travei contato com o Governador Luiz Viana Filho, quando eu era Ministro da Educação e Cultura, e já percebia na personalidade do nosso pranteado Colega que a vida não lhe havia poupado também de determinados desafios. E S. Ex.<sup>a</sup> sabia administrar essa desafeição com extrema inteligência e capacidade.

Vimo-nos depois aqui, juntos, e o Senador Luiz Viana Filho, pouco depois de chegar ao Senado, já era o nosso Presidente. Naquela altura, e eu era o Líder da Bancada, Bancada a que S. Ex.<sup>a</sup> pertencia, e S. Ex.<sup>a</sup> nos presidia no Senado e no Congresso Nacional. Com uma capacidade extraordinária de absorver especialmente as agressões, que muitas vezes presenciávamos, partidas não aqui desta Casa mas das outras, no auge daquele debate entre o regime autoritário e aqueles que se consideravam os libertários na ocasião, quantas vezes vi Luiz Viana não ouvir, porque não queria ouvir, as agressões que lhe eram dirigidas do Plenário, e conduzia as sessões até que elas colimassem o objetivo para o qual haviam sido criadas.

Aproximamo-nos muito, S. Ex.<sup>a</sup> na Presidência e eu como Líder de seu Partido. E das poucas vezes em que tive oportunidade, e a única vez em que morei numa casa oficial, como Presidente do Senado, das poucas vezes que tive oportunidade, repito, de receber os Senadores, minha mulher usava fazer uma fotografia de cada grupo que chegava. Hoje ainda eu estava vendo a nossa fotografia, as quatro pessoas, ela e ele juntos, Dona Juju e eu; sobramos os dois. Ruth e Luiz Viana, hoje, pertencem ao mundo que todos nós procuramos penetrar, e ficamos cada vez mais tontos no desejo de penetrar, seja nos desígnios de Deus, seja naquilo que tantos acreditam com firmeza e outros tantos têm suspeitas de que a vida se encerra por aqui mesmo.

A trajetória política de Luiz Viana está por ser feita. Esse preâmbulo, que é o discurso magnífico do Senador Mauro Benevides, há de servir para ser ampliado, mas a propósito da biografia, ele foi bem mais do que biógrafo, a pena de Rui e de Alencar, foi biógrafo de Nabuco, de Machado de Assis e de Castello Branco, naquele livro que, talvez, como ainda dizia-me há pouco o Senador Divaldo Suruagy, fosse aquele em que ele mais se conteve, por ter sido parte do processo, em não querer ser aquilo que Gilberto

Freyre chamava de "intelectuário", que era o intelectual-funcionário a serviço de uma causa.

Deposito diante de meus Companheiros do Senado Federal, e de V. Ex<sup>a</sup> que nos preside, Senador Divaldo Suruagy, a expressão do meu pesar mais profundo, porque Luiz Viana Filho foi um homem de quem me aproximei sempre num crescendo de amizade e de respeito, e de quem tive súbita notícia do seu desaparecimento, que foi evidentemente um choque para todos nós que ainda o vimos conosco, na semana passada, no convívio nesta Casa.

Em nome do meu Partido, acrescento estas poucas palavras ao discurso do Líder do PMDB.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

**O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, perde o Brasil, particularmente o Senado Federal, a classe política brasileira, um dos seus mais eminentes homens públicos.

Eu me acostumei, nos últimos oito anos, nesta Casa, a conviver com Luiz Viana Filho. E o que mais se destacava no seu caráter era a maneira sempre afetiva, sempre companheira, com que ele tratava todos os seus Colegas. Homem austero, mas extremamente afetivo, conseguiu, ao longo da sua vida, destacar-se em todas as atividades que desempenhou e que desenvolveu.

Formou-se aos 21 anos de idade; logo depois ascendeu à Cadeira, na Bahia, como Professor Titular de duas Cadeiras: Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado; Professor de História, escritor, biógrafo, político; a política, ele a exerceu também desde o princípio da sua juventude; logo depois de formado, foi Deputado Estadual em 1945, Constituinte em seguida, Deputado Federal sucessivas vezes, Ministro de Estado em duas Pastas — Casa Civil e Ministério da Justiça —, e, em seguida, Governador do seu Estado, para depois ser Senador em duas Legislaturas.

No seu currículo está escrito que era advogado, professor e escritor. Luiz Viana Filho foi muito mais do que isto: foi um homem de rara sensibilidade, com um caráter, como eu disse, marcado pelo afetividade nas relações que mantinha com todos nós, com seus Colegas de Senado, com seus amigos do seu Estado, com a classe política deste País.

Eu que o conheci durante pouco tempo — nessa intimidade política, durante aproximadamente 8 anos —, posso afirmar que S. Ex<sup>a</sup> deixou em mim e, em consequência, em todos nós, a marca indelével do seu caráter.

Digo isto em meu nome pessoal e também o faço em nome do eminente Senador Marco Maciel, da Liderança do nosso Partido, o Partido da Frente Liberal.

A passagem do Senador Luiz Viana Filho...

**O Sr. Gerson Camata** — Permite-me um aparte, nobre Senador?

**O SR. ODACIR SOARES** — Com muita bravura, nobre Senador Gerson Camata.

**O Sr. Gerson Camata** — Nobre Senador Odacir Soares, as pessoas que mais conviviam, como V. Ex<sup>a</sup>, com o Senador Luiz Viana Filho melhor o conheceram e mais podem dizer da figura humana, do ser humano que S. Ex<sup>a</sup> foi e do que representou como político, administrador, professor e escritor, que dava densidade e peso, pela figura que S. Ex<sup>a</sup> era para todo o Senado Federal. Lembro-me de que, quando S. Ex<sup>a</sup> era Ministro — eu era jornalista, no interior do Espírito Santo, e, depois, Vereador —, sempre o considerei como aquela figura distante, intocável, forte, intelectual. Surpreendi-me, quando cheguei a esta Casa, pela lhanza e delicadeza no trato, pela cordialidade e humildade desse homem, cuja grandeza o fazia muito simples. Gostava ele de conversar conosco sobre os assuntos que escrevia, tais como: histórias que vivera, a política brasileira contemporânea, as revelações que tinha. Às vezes fala delas com muito modéstia, quase que se subtraindo daqueles fatos. A grande virtude para quem o conheceu, não só através do que S. Ex<sup>a</sup> escreveu, pensou e fez, como do contato pessoal, é a figura do homem simples, cheio de lhanza e delicado no trato, cuja vida, tão dedicada a este País — quarenta e cinco a cinquenta anos de atividade político-intelectual —, não fez de S. Ex<sup>a</sup> a grande figura distante. Pelo contrário, o homem cuja grandeza o fazia humilde e afável. Com a morte do Senador Luiz Viana, o Senado Federal perdeu um pouco dessa densidade intelectual que sempre teve. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. O sentimento que V. Ex<sup>a</sup> expressa é o de todo o Brasil por essa perda.

**O SR. ODACIR SOARES** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, que incorporo ao meu discurso. V. Ex<sup>a</sup> enfatizou exatamente uma característica muito peculiar do Senador Luiz Viana Filho — a sua humanidade. Conseguia ele extrapolar essa humanidade nas relações que mantinha com todos nós. Era um homem, como disse V. Ex<sup>a</sup>, humilde, simples, um intelectual de primeira grandeza, que conseguia, simultaneamente, ser professor universitário, titular de duas ou três cátedras numa Universidade como a da Bahia, famosa pelas culturas que produziu. Conseguiu ser o historiador que foi, o biógrafo que foi de Rui Barbosa, de Joaquim Nabuco, de Machado de Assis — e conseguiu ser também o político que foi, Deputado Federal durante seis legislaturas, Senador, Constituinte em 1946. Enfim, teve Luiz Viana uma trajetória de serviços marcados por sua cultura.

Para coroar tudo isso, na área da Literatura, como historiador e como literato que sempre foi, já em 1954 era eleito para a Academia Brasileira de Letras, ainda um jovem, pode-se dizer.

V. Ex<sup>a</sup> enfatizou bem o aspecto transcendental de Luiz Viana Filho, a sua humani-

dade. Luiz Viana Filho conseguia ser excessivamente humano.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. ODACIR SOARES** — Com muita honra, Senador.

**O Sr. Rachid Saldanha Derzi** — Nobre Senador Odacir Soares, V. Ex<sup>a</sup> fala hoje lamentando, como todos nós, a falta do grande e extraordinário companheiro, Luiz Viana Filho, meu Companheiro durante 35 anos. Fomos Deputados juntos, entramos juntos nesta Casa do Parlamento Nacional. Então, conhecia-o bem — um homem altamente humano, um homem bom, um homem patriota, um homem que realmente vivia o Brasil, um homem carinhoso com os seus Colegas, um homem de grandes qualidades, um homem raro, um político raro, cuja ausência estamos chorando. Luiz Viana projetou-se nacionalmente como um grande escritor, como um grande político, como um grande administrador, e aqui, nesta Casa, na Presidência, S. Ex<sup>a</sup> projetou o Senado Federal. Luiz Viana deixa-nos saudade. Foi ele um homem digno, que teve ao seu lado a sua companheira, Dona Juju, essa mulher extraordinária. Não sabemos qual dos dois era o melhor, qual dos dois o mais carinhoso, qual dos dois o mais amigo de todos os políticos, de todos os homens públicos. Realmente, vamos chorar, com muita saudade, a falta desse extraordinário brasileiro. Em nome de Mato Grosso do Sul, o nosso profundo sentimento pela falta, pela ausência desse extraordinário homem público. Deixa-nos Luiz Viana seu filho, que, nesta Casa, será o seu substituto. Vamos rememorar-lo por muito tempo.

**O SR. ODACIR SOARES** — Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Rachid Saldanha Derzi. Nós nos lembramos, como bem salientou o nobre Senador Jarbas Passarinho, que, na semana passada, esteve ele entre nós, em algumas sessões que realizamos, já doente, inclusive sob exames, transitando o Senador Luiz Viana, com aquela mesma lhanza, com aquele mesmo sentimento de humildade, de afetividade.

É como se estivéssemos vendo o Senador Luiz Viana na semana passada, aqui, no nosso meio.

**O Sr. Marco Maciel** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Odacir Soares?

**O SR. ODACIR SOARES** — Concedo o aparte ao nobre Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** — Caro Senador Odacir Soares, V. Ex<sup>a</sup> fala expressando, conforme já fez questão de declinar, o sentimento da nossa Bancada.

**O SR. ODACIR SOARES** — E atendendo a uma delegação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** — Da nossa Bancada, exatamente do Partido da Frente Liberal. Portanto, vejo no discurso de V. Ex<sup>a</sup> as palavras não apenas do meu Partido, da minha Bancada, como também as minhas pró-

prias. Todavia, no momento em que V. Ex<sup>a</sup> fala sobre a grande figura do Senador Luiz Viana, presto também um depoimento pessoal meu, não como Líder, mas como Senador que o conheceu há cerca de vinte anos, tendo por S. Ex<sup>a</sup> uma admiração crescente. Luiz Viana, evidentemente, não foi apenas um excelente político, um notável intelectual. Foi, sobretudo, um grande amigo, que, posso dizer, não apenas nós como toda a Casa aprendemos a respeitar e admirar. O seu desaparecimento nos entristece, em de alguma forma, nos deixa também menores. Já houve quem dissesse que "uma instituição é a soma daquilo que são os seus integrantes", e eu não estaria exagerando se dissesse que hoje o Senado ficou um pouco menor. Não gostaria de deixar de dizer a V. Ex<sup>a</sup> e, por seu intermédio, ao plenário, o quanto o seu desaparecimento nos entristece. Temos todos nós — sobretudo aqueles que são católicos — a convicção, como diz o evangelista, de que a "vida não é tirada, mas transformada". Por isso mesmo o Senador Luiz Viana há de, por certo, neste instante, já estar em bom lugar. Nós que aqui ficamos não podemos deixar de registrar o testemunho de nossa saudade sobretudo o reconhecimento daquilo que ele realizou em vida nessa passagem pela terra e daquilo que ele trouxe para o enriquecimento político e cultural de nosso País. Por isso, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que suas palavras são extremamente apropriadas, neste instante de dor e de sentimento que atravessa a cada um de nós.

**O SR. ODACIR SOARES** — Nobre Senador Marcos Maciel, tocou V. Ex<sup>a</sup> em alguns aspectos peculiares a Luiz Viana. Realmente era uma dessas figuras especiais, exponenciais. Esta lhaneza no trato, a qual me referi e outros Senadores têm-se referido, decorria também de uma sólida formação democrática. Temos, na vida de Luiz Viana Filho, a demonstração disso. Em todas as funções que exerceu, essa lhaneza de trato que decorria da sólida formação democrática sempre esteve presente, não apenas quando Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, quando Ministro da Justiça e, posteriormente, Presidente do Senado, em todos esses momentos se percebia essa disposição de Luiz Viana Filho para o diálogo, para a discussão não acalorada das questões, para o acesso fácil às suas idéias, aos seus procedimentos. Parece-me que essa lhaneza de trato, essa afetividade decorrida de uma sólida formação intelectual, de exemplos exauridos no seio da sua própria família, dos seus entes queridos.

Parece-me que Luiz Viana Filho conseguiu, de certa forma, ter essa característica, a sua sólida formação democrática e se vê até pelos Partidos pelos quais passou, a UDN, o PL e, por último, o próprio PMDB, em uma contingência toda típica do seu Estado, da política brasileira. A sua própria juventude político-partidária, nos primeiros momentos da sua vida, marca forte presença das idéias liberais da democracia na sua formação intelectual.

**O Sr. Afonso Sancho** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ODACIR SOARES** — Concedo o aparte ao nobre Senador Afonso Sancho.

**O Sr. Afonso Sancho** — Embora V. Ex<sup>a</sup> fale por toda a Bancada, conforme bem declarou o nosso Colega Marco Maciel, eu gostaria, também, de juntar as minhas palavras ao pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz, neste momento. Conheci Luiz Viana Filho no Ceará, em 1964, através de uma apresentação do nosso saudoso Paulo Sarazate. Lembro-me, como se agora fosse, quando S. Ex<sup>a</sup> dizia: "Sancho, este aqui é o Ministro Luiz Viana; é uma pilastra do Governo Castello Branco, um homem competente, um homem muito calmo, muito prudente e muito responsável". De forma que — dizia ele, concluindo —, faça de Luiz Viana um amigo, como eu sempre fiz na minha vida política. Daí para cá, venho acompanhando a sua vida, já com uma passagem no Ministério da Justiça, depois como Governador do Grande Estado da Bahia, e finalmente, aqui no Senado, como Senador e Presidente desta Casa. Em 1986, quando aqui cheguei, para ocupar a cadeira do também saudoso Virgílio Távora, devido a um pedido de licença médica, tratei de aproximar-me de S. Ex<sup>a</sup>. Depois que o Senador Virgílio Távora faleceu, eu me liguei ainda mais a S. Ex<sup>a</sup>. Mas, como V. Ex<sup>a</sup> bem declarou, a sua lhaneza de trato era de tal ordem que, às vezes, ficávamos até encabulados. Quantas vezes eu saía com S. Ex<sup>a</sup> para tomar o elevador, diminuía os passos para que S. Ex<sup>a</sup> entrasse primeiro, mas ele sempre fazia questão, com a sua delicadeza, de colocar-me primeiro dentro do elevador. Devo dizer que o nosso último encontro se deu na semana passada, quando comentamos aquela notícia infundada de um jornal de São Paulo, em face de algumas ausências suas. Porque, se havia Senador que tinha presença constante, era ele — nas Comissões, aqui no Plenário, no seu Gabinete e nas sessões do Congresso Nacional. De forma que desejo associar-me, muito saudoso, a essas palavras porque Luiz Viana ficará na memória de todos nós por muito e muito tempo. Muito obrigado.

**O SR. ODACIR SOARES** — Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. O seu aparte completa aquilo que eu pretendia transmitir ao Senado Federal, neste momento de grande pesar para todos nós.

**O Sr. Antônio Luiz Maya** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ODACIR SOARES** — Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Luiz Maya.

**O Sr. Antônio Luiz Maya** — Nobre Senador Odacir Soares, tive pouco tempo de convivência com o nobre Senador Luiz Viana Filho neste agosto Plenário. Para mim, ele representava sempre a dignidade maior do homem público, pelo seu passado, pela sua luta, pelos seus trabalhos, sobretudo pelo que realizou na política, no plano político, hoje tão desmoralizado e tão criticado, foi um ho-

mem de valor, que prestou grandes serviços à Pátria brasileira. Eu o via, aqui, como o símbolo do político nacional: político de renome, de cultura, de expressão, político que merecia toda a nossa reverência. E, realmente, para mim é o que representava, mas eu o reverenciava mesmo. Nas poucas oportunidades que tive de conversa pessoal com o nobre Senador Luiz Viana, me ficou na alma e no coração essa impressão. Por isso, eu o reverenciava, vendo nele o símbolo maior do político nacional. Há pessoas, nobre Senador, que dignificam e honram o ambiente que frequentam. A simples presença da pessoa, pelo que representa, dignifica o lugar que ocupa, no espaço da convivência humana. Só a presença do Senador Luiz Viana Filho já dignificava este nobre ambiente, o plenário do Senado da República brasileira. A figura humana do Senador Luiz Viana Filho traduzia, em plenário, a virtude da sabedoria, sabedoria aliada à dignidade de sua própria pessoa, de homem público, que soube construir, com os elementos básicos da educação, da moral, da cultura, do senso político, da sensibilidade literária, e muitos outros elementos, que o tornaram estrela expontencial na constelação dos homens de bem, de que se vangloria a Pátria brasileira. Represento, neste Plenário, o Estado do Tocantins, e, nesta oportunidade, o meu Partido, o Partido Democrata Cristão; em nome de ambos, desejo associar-me ao pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, através de minha voz, para, de algum modo, ressaltar a figura ímpar do nobre Senador que a República acaba de perder. V. Ex<sup>a</sup> expressa, com muito sentimento e propriedade, nesta sessão, o pesar de todos nós, Senadores da República, e o pesar, certamente, de todo o povo brasileiro, que considerava Luiz Viana Filho a expressão maior do político nacional.

**O SR. ODACIR SOARES** — Muito obrigado, nobre Senador. V. Ex<sup>a</sup> sintetizou bem o que o Senador Luiz Viana Filho transmitia a todos nós: dignidade. Era um homem que caminhava com a dignidade, transmitia permanentemente esse nobre sentimento; sempre foi político, historiador, intelectual completo; em todas as atividades que desenvolvia, sempre o fez de modo sobranceiro, de modo maior, de modo mais expressivo. O Senado Federal está, hoje, menor; o Brasil está hoje menor com a perda do Senador Luiz Viana Filho.

**O Sr. José Fogaça** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ODACIR SOARES** — Com muita honra.

**O Sr. José Fogaça** — Nobre Senador Odacir Soares, o meu Partido já falou pela voz autorizada, neste Parlamento, do Senador Mauro Benevides, mas, eu, pessoalmente, não poderia furtar-me a fazer o registro de pesar que todos nós vivemos neste momento. Mesmo sendo de um Estado do extremo Sul do Brasil, tão distante da Bahia, me sentia irmanado à figura do Senador Luiz Viana

Filho; não sei se por causa da grande diferença de idade — ele, de mais de 80 anos — tínhamos grande proximidade pessoal, era permanentemente procurado, recebia telefonemas seus para assuntos políticos nacionais e locais, no seu Estado e no meu, e aprendi a admirar profundamente o homem Luiz Viana Filho, e a descobrir o que é esta entidade incorpórea e indefinida que todos nós denominamos de espírito público. Se havia algo a mais na figura humana, na figura política, na imagem pessoal do Senador Luiz Viana Filho, era este conceito esta noção clara do que é espírito público. Não só admirava nele o historiador, o literato, o profundo conhecedor, o íntimo conhecedor da vida de Rui Barbosa, mas também algo que nos identificava muito, talvez desde os primeiros momentos desta legislatura, quando me elegi pela primeira vez Senador e ele estava vivendo, nesta fase, os últimos momentos do seu mandato — foi exatamente a luta pela implantação do parlamentarismo. Talvez isso nos tenha aproximado muito. Lembro-me de que, numa oportunidade, fui convidado a fazer uma palestra na Universidade da Bahia, em Salvador, a respeito do regime parlamentarista. Nos primeiros momentos da palestra, vejo entrar, no fundo do plenário, um cidadão que não divisei bem nos primeiros momentos; quando ele chegou próximo à mesa em que me encontrava e sentou-se em um canto, ao lado, logo percebi que se tratava do Senador Luiz Viana Filho. Esse homem, que havia sido tudo o que se pode imaginar na vida política, que havia ocupado todos os cargos mais importantes na hierarquia política do País, ali estava como mero espectador, para participar de modesta palestra sobre parlamentarismo; estava, ali, não porque tivesse admiração por mim ou achasse importante aquele palestra e sim porque era um soldado empedernido, dedicado à luta pela implantação do regime parlamentarista. Lembro-me de que, na tarde em foi votada a emenda que instituiu o parlamentarismo, na Assembleia Nacional Constituinte, ele foi um dos seus defensores. Portanto, até o último instante, durante toda a sua vida, foi um lutador talvez por isso, tenhamos-nos identificado aqui, tenhamos-nos aproximado e cultivado grande e estimulante amizade. E não posso deixar de registrar meu profundo pesar, o sentimento profundo pela perda desse cidadão, desse homem público, dessa figura notável que fará falta no Plenário do Senado, mas que deixa indelevelmente marcada a sua passagem na História do Brasil. Agradeço a V. Ex. nobre Senador Odacir Soares, por conceder-me este aparte e me permitir a honra de, no seu pronunciamento, registrar o que o Rio Grande do Sul pensa, o que o Rio Grande do Sul sente, neste momento doloroso para todo o País.

**O SR. ODACIR SOARES** — Sou eu quem agradece, pelo aparte que V. Ex. acaba de dar ao meu discurso, nobre Senador José Fogaça. Isso marca bem a importância do Senador Luiz Viana Filho na vida pública do País.

Já estamos, aqui, falando há algum tempo, aparteado por vários Senadores; e, a cada aparte, aflora uma característica, um aspecto, uma faceta nova do caráter e da formação intelectual do Senador Luiz Viana Filho.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é com grande pesar que, nesta tarde, faço este registro. E, parafraseando o Senador Marco Maciel, por com ele concordar plenamente, devo dizer que o Senado Federal e este País ficaram menores, hoje, com o passamento do nobre Senador Luiz Viana Filho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy)

— Concedo a palavra, com a anuência do ilustre Senador Francisco Rollemberg, que está inscrito em primeiro lugar, ao nobre Senador João Menezes.

**O SR. JOÃO MENEZES** (PDC — PA. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje, ao alvorecer, fui surpreendido com a notícia do falecimento do Senador Luiz Viana Filho. Imediatamente, a minha memória funcionou com um caleidoscópio: procurei fazer um retrospecto do que é a vida política, do que é a vida do político e passei a perguntar a mim mesmo se este caminho que tomamos, cheio de dificuldades, onde sacrificamos a família, sacrificamos o nosso lar, muitas vezes a criação dos filhos, enfrentamos as maiores dificuldades e incompreensões, é compensado, pois são poucas as alegrias. A vida do homem político é áspera, árdua, cheia de emoções diárias que não se podem evitar. Perguntei-me: será que isso compensa? Vamos ficar naquele princípio de que a vida chama a morte ou de que a morte chama a vida? Será que estamos cumprindo um destino na vida política do País e do mundo? É assunto que me deixa realmente pensativo, procurando encontrar uma maneira de justificar o nosso apego à carreira política, o nosso desejo de estar sempre presente na vida política. Esquecemo-nos das dificuldades, das lutas nas campanhas eleitorais, dos ataques entre nós a que estamos sujeitos, dos confrontos populares neste plenário e no do Congresso Nacional, e ficamos apegados à vida política. Isto me faz refletir que tivemos um Companheiro da envergadura política de Luiz Viana Filho, que deve ter percorrido o longo e áspero caminho da vida pública. Confesso que não tive grande contato pessoal com ele; apenas o conheci mais através das biografias que escreveu sobre o Presidente Castello Branco, numa hora difícil, em que procurou retratar da melhor forma a passagem do regime democrático para a ditadura e também a biografia magnífica, das melhores, a respeito de Rui Barbosa, a nossa "Águia de Haia".

Quero, neste momento, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixar, em nome da Liderança do Governo, solidariedade e profundo pesar pelo desaparecimento desse Companheiro. Luiz Viana era muito polido. Caminhava sem fazer barulho, não queria atrapalhar nem o curso do vento, para não incomo-

dar ninguém. Sempre que era procurado, mesmo por pessoas quase desconhecidas dele, revelava-se pessoa fina, de trato agradável, bondoso, procurando sempre encaminhar os assuntos e achar uma solução para os casos difíceis.

Fica aqui, portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, nessas rápidas palavras, a nossa solidariedade e o grande pesar pela morte desse grande brasileiro que foi Luiz Viana Filho.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG**

(PMDB — SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao chegar a esta Casa do Congresso Nacional, em 1970, e entrar em contato com homens públicos, escolhi alguns deles para paradigma, para exemplo do meu comportamento parlamentar: na Câmara, para citar somente aqueles que já partiram — Leão Sampaio, Janduí Carneiro; e no Senado da República, também citando um daqueles que já foram o Senador Luiz Viana.

Dai por que, amigo e admirador, companheiro do Senador Luiz Viana na Comissão que faz o levantamento dos documentos secretos do Senado, recebi, estarrecido, hoje pela manhã, a notícia do seu falecimento. Lia Viana era um homem brilhante que, apesar dos seus 82 anos, nos irradiava aquela reserva de lucidez e vitalidade de quem estaria conosco muito tempo, participando ativamente da luta diária que aqui desenvolvemos.

Tínhamos dele o otimismo e a esperança de um vitorioso na vida pública a nos encorajar nos momentos mais difíceis, a nos inspirar na busca de soluções.

Vejo agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o sentimento que paria nesta Casa é o de profunda consternação e pesar, um sentimento de perda irreparável pelo que representavam, para o Senado e para o Congresso Nacional, a postura e a presença do Senador Luiz Viana, pelo que S. Ex. nos inspirava de segurança na sua experiência, bom senso, conduta e serenidade nos momentos mais tortuosos dos nossos trabalhos, de nossas decisões, sempre contribuindo com o brilho da sua clarividência privilegiada e vastíssima cultura.

Era, o nosso saudoso companheiro, o Parlamentar mais antigo do Congresso Nacional, aquela dedicou quase os mesmos anos da minha existência, 55 anos de sua vida, sendo, a partir da década de 30, como bem o disse, em certa ocasião, o nobre Senador Jarbas Passarinho: "A mais preciosa e bem informada testemunha viva da nossa História contemporânea", pois participou e esteve nos centros de quase todas as efervescências dos fatos políticos vividos pelo País desde então.

Era um homem de grande e sólido conhecimento. O que sabia não era apenas fruto de

estudo e pesquisa, a que era afeito, mas, principalmente, furto do que viveu, conviveu e participou, tendo sempre no cenário dos fatos um lugar privilegiado de partícipe, de observador.

O Senador Luiz Viana ocupou quase todos os cargos mais importantes que a vaidade humana discretamente almeja, mas que somente a vontade popular, o prestígio e a credibilidade política podem distinguir a um militante da causa pública; foi Deputado em legislaturas, Constituinte em 1946, Governador do seu Estado, Senador, Ministro de duas Pastas, Presidente do Senado e do Congresso.

Representou o Brasil em várias missões no exterior.

Além de mais antigo Parlamentar de mandatos sucessivos, Luiz Viana é talvez o mais condecorado com as mais altas hierarquias das ordens de mérito nacionais e estrangeiras.

Não foi grande apenas na política. A sua produção intelectual é admirável, pela quantidade, variedade e significado dos títulos e obras publicados, muitos deles sobre Direito e outros de biografia de grandes nomes da política das Letras e das Artes de nosso País. Era um homem ligado à inteligência e ao que o talento produz. Na área de biografia, um dos mais especializados do País, no campo de Direito, um consagrado professor da famosa Universidade da Bahia.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mas a bibliografia brasileira ficaria mais rica se S. Ex.<sup>a</sup> tivesse escrito o livro que não pôde escrever, pelo súbito e inesperado de sua morte: o livro de suas memórias, em que legaria, como precioso testamento, as impressões de sua intensa, rica e produtiva vivência de cidadão, intelectual e político. E assim, perdê, também, a Academia Brasileira de Letras um dos seus mais ilustres membros.

**O Sr. Jamil Haddad** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> uma parte?

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** — Pois não. Ouço, com muita honra o aparte de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Senador Jamil Haddad.

**O Sr. Jamil Haddad** — Nobre Senador Francisco Rollemberg, neste aparte recorro a uma passagem com o nosso saudoso Luiz Viana, em 1969. Era eu Deputado Estadual do antigo Estado da Guanabara, quando se realizava um Congresso da União Parlamentar Interestadual em Salvador, na Bahia, tendo sido eu nomeado Chefe da Delegação de Parlamentares do Estado da Guanabara. No último dia do Congresso, a Câmara havia negado licença para o processamento de Márcio Moreira Alves. Recebemos, então, a notícia da edição do AI-5, e, S. Ex.<sup>a</sup> nos declarava que havia recebido algumas informações de que haveria, também, intervenções nos Estados e que os Governadores seriam afastados e nomea-

dos Interventores. Foi aí que conheci pessoalmente Luiz Viana Filho. Já o conhecia pela sua obra literária, pela sua vida política, e muito me enaideceu ter convivido com Luiz Viana no Senado da República. Sua maneira íhana, sua maneira tranqüila, seu riso de amigo, sua mão sempre pronta a afagar, era uma constante na personalidade de Luiz Viana Filho. Quero, neste momento, em nome do meu Partido — Partido Socialista Brasileiro, deixar consignado nos Anais desta Casa um preito de saudade a este homem que engrandeceu a vida política brasileira que projetou a literatura brasileira no exterior. Há poucos dias, dirigindo-me do Rio de Janeiro para cá, eu vinha lendo sua obra sobre Rui Barbosa, a qual é realmente digna dos grandes escritores, como foi Luiz Viana Filho. Eram essas as palavras que eu gostaria de acrescentar ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, num preito de saudade, quando — como Presidente do Partido Socialista Brasileiro — reverenciámo-los Luiz Viana Filho.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** — Muito obrigado, nobre Senador Jamil Haddad.

Como disse no início do meu pronunciamento, o Senador Luiz Viana era um exemplo, era um paradigma para o meu comportamento. Talvez até no subconsciente essa admiração, esse respeito, esse cuidado me tivessem levado também a uma incursão literária, quando elaborei uma biografia, que foi o perfil parlamentar de Fausto Cardoso. É evidente que o nosso trabalho não tem nem teria a pretensão de se equivar, de se equiparar aos trabalhos do Senador Luiz Viana. É possível mesmo que tenha sido o seu exemplo, a sua inspiração, a sua maneira de ser e a admiração profunda que por S. Ex.<sup>a</sup> nutria que me tenham levado a essa incursão, um campo para mim ainda desconhecido, pouco trabalho que me fez deixar a coleção *Perfis Parlamentares*, na Câmara dos Deputados. Esta foi minha primeira, única e, talvez, última biografia.

É lamentável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pois, que estejamos neste instante, nesta Casa, a homenagear aquele que há bem poucos dias estava conosco.

No nosso último encontro, acertamos que amanhã, quarta-feira, às 17 horas, reunir-nos-íamos para analisar uma série de documentos e liberarmos aqueles que fossem considerados não secretos. Não teremos essa reunião amanhã. Não a teremos porque S. Ex.<sup>a</sup> lá não estará. Não a teremos porque a sua ausência chocou a todos nós, e não queremos trabalhar num dia em que S. Ex.<sup>a</sup> está ausente, quando S. Ex.<sup>a</sup> era um dos nossos principais conselheiros; S. Ex.<sup>a</sup> nos ia dar o seu parecer sobre um depoimento dos mais sérios que já houve nesta Casa, do Sr. Ministro das Relações Exteriores sobre a dívida externa brasileira em 1950, e esse documento não poderá ser analisado amanhã.

**O Sr. João Calmon** — Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador?

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** — Com muita honra, Senador João Calmon.

**O Sr. João Calmon** — Parafraseando um necrológio famoso, por ocasião do falecimento de uma figura eminente da História deste País, eu diria, também, em relação a Luiz Viana Filho: "Não choremos a morte de Luiz Viana, cantemos a sua glória." Realmente, Luiz Viana se destacou de maneira extraordinária não apenas na História Política do Brasil, como também com um relevo singular da História da Literatura do nosso País. S. Ex.<sup>a</sup> foi Deputado Federal, Senador várias vezes, Ministro de Estado, e, agora, dentro de mais alguns meses, seria, creio que com toda certeza, escolhido para integrar o Conselho da República. Desgraçadamente para nós, a morte o fulminou em São Paulo, e esse título não poderá ser incluído em sua biografia. Tudo o que S. Ex.<sup>a</sup> realizou no campo da literatura, da política, tudo isso o credencia para ser uma permanente fonte de inspiração das novas gerações. Por isso mesmo, nobre Senador Francisco Rollemberg, solidarizo-me com V. Ex.<sup>a</sup> e todos nós do Senado Federal, pela homenagem que estamos prestando à memória desse grande brasileiro; um homem que deixa para nós um exemplo imperecível e uma fonte inesgotável de inspiração.

**O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG** — Senador João Calmon, um depoimento como o de V. Ex.<sup>a</sup> Homenageia o Senador Luiz Viana e honra este orador, quando, neste instante, emocionado, procuro também homenagear o Companheiro, o amigo, aquele que todos vamos sentir, por longo tempo, talvez pela vida toda, saudade imensa.

Apesar da densidade honrífica e experiente do currículo, que indiscutivelmente é importante para um homem público, mas às vezes a influência da vaidade poderá distanciar-lo dos estreantes nesta lide, o Senador Luiz Viana era um homem afável, um homem simples, uma pessoa humana admirável. Educado, sério, sensível aos problemas que lhe chegavam em função do seu mandato e da sua condição de homem de vasto relacionamento. Aberto ao diálogo e à amizade, um amigo fiel e sincero, um espírito refinado no aperfeiçoamento e no tempo, já elevado acima do bem e do mal e das pequenas coisas passageiras deste mundo.

A Bahia está de luto, o Congresso Nacional, representando as expressões de pesar do povo brasileiro, também está de luto. E Sergipe, Estado-irmão da Bahia, que represento nesta Casa não poderia deixar de prestar a sua homenagem, pelas minhas palavras ao eminente Senador Luiz Viana Filho.

Era o que a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

**O SR. HUMBERTO LUCENA** (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, falou pelo PMDB, nesta homenagem póstuma ao Senador Luiz Viana Filho, o nosso Líder em exercício, Senador Mauro Benevides. Entretanto, como ex-Presidente do Senado Federal e como atual Presidente da Comissão de Re-



lações Exteriores e Defesa Nacional, não poderia deixar, também, de trazer a minha palavra num preito de profunda saudade a Luiz Viana Filho.

Apesar da sua avançada faixa etária, creio que todos nos surpreendemos com a sua morte, em face da sua aparente higidez física e da sua plena lucidez mental que o fazia permanentemente presente nesta Casa do Congresso Nacional e fora dela, nos acontecimentos mais importantes da vida política do País.

Traçar o perfil de Luiz Viana Filho é tarefa difícil que vai requerer, ao longo do tempo, muito trabalho dos que o queiram fazer com a perfeição que sua memória merece.

Professor universitário, embeveceu as platéias dos anfiteatros da Faculdade de Direito da velha Bahia, com lições sobre o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Privado.

Intellectual, deu mostras admiráveis da sua inteligência, do seu talento, da sua cultura como literato, e, sobretudo, como historiador. Seus trabalhos publicados constituem acervo admirável, que, sem dúvida, serão um dos maiores patrimônios que legará à sua família, ao seu Estado natal e à sua Pátria. Entre os livros que deixou estão. *O Direito dos Empregados do Comércio; A Língua do Brasil; A Sabinada; O Direito do Estrangeiro no Brasil; A Vida de Rui Barbosa; A Verdade na Biografia; O Negro na Bahia; Rui & Nabuco; A Vida de Joaquim Nabuco; Rui Barbosa — Antologia (Seleção); Prefácio e Nota de Luiz Viana Filho; Miguel Osório; A Vida do Barão do Rio Branco; A Margem de Os Sertões; Afrânio Peixoto; A Vida de Machado de Assis; Sucessão de Ademar Tavares; O Último Ano de Rui na Bahia; Elogio de Antônio da Silva Mello; O Governo Castello Branco; Rui Barbosa: Seis Conferências; Ação da Palavra; Evocação de Rui Barbosa; A Vida de José de Alencar; Contribuição do Padre Antônio Vieira para os Direitos do Homem; A Nova Fase da República; Três Estadistas; Rui, Nabuco, Rio Branco; A Vida de Eça de Queirós; Petroquímica e Industrialização da Bahia.*

São, realmente, obras extraordinárias que Luiz Viana Filho deixou, como homem voltado para o estudo, para as Letras, para a História.

Aliás, no intelectual sobressaía-se, sobretudo, como já foi aqui lembrado, o biógrafo — e o biógrafo cuidadoso, detalhista, apaixonado pelos homens e as coisas que fazem os fatos da vida no seu dia-a-dia.

Ainda me lembro, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do nosso último encontro mais demorado. Foi numa recepção na residência oficial da Presidência do Senado Federal, há pouco tempo, por ocasião do último aniversário natalício do Presidente Nelson Carneiro. Assentei-me à mesma mesa em que ele se encontrava, com a sua companhia de todas as horas, de todos os dias e de toda a sua vida, Dona Julieta Viana, D<sup>a</sup> Juju para os íntimos e para os amigos. Ali, estava, ao

nosso lado, o nosso querido Gueguê, que foi Diretor de Divulgação do Senado Federal e é um dos jornalistas mais ilustres de Brasília.

Naquela oportunidade em que conversava com o Senador Luiz Viana Filho, narrei-lhe alguns fatos de que eu fora testemunha, na transição entre o período republicano que se encerrou em 1964 e o movimento militar que derrubou o ex-Presidente João Goulart. Referi-me a acontecimentos que presenciei no Congresso Nacional e fora dele, envolvendo personalidades políticas ligadas ao então Partido Social Democrático, hoje desaparecidas, como, por exemplo, o ex-Presidente Raniere Mazzilli. E a tudo S. Ex<sup>a</sup> ouviu atentamente. No dia seguinte, acercou-se de mim, numa das Bancadas do Congresso Nacional e perguntou-me se eu já teria registrado, por escrito, todos aqueles fatos que lhe transmitira, na noite anterior. Disse-lhe que estava começando a fazê-lo, e S. Ex<sup>a</sup> afirmou-me: "Não se esqueça de que isso é importante, para que, amanhã, você possa ter um farto material para as suas memórias".

Ali, falava justamente quem se preocupava com a História, que achava que não se devia perder um momento sequer da vida política do País, para que se pudesse transmitir, depois, aos nossos pósteros.

E dizia-lhe, na mesma ocasião, que, como Presidente do Senado, tive a oportunidade de assinar convênio com a Universidade de Brasília, que preconizava a criação do Pró-Memória do Congresso Nacional, que não tinha senão um objetivo, o de gravar depoimentos das personalidades mais importantes da vida política brasileira para o futuro.

Homem público dos mais eminentes, destacou-se Luiz Viana Filho em todas as atividades que desenvolveu: no Poder Executivo, como Governador do seu Estado, como Chefe da Casa Civil e como Ministro da Justiça; na carreira parlamentar, como Deputado Federal por várias legislaturas — e foi aí que o encontrei pela primeira vez, no Palácio Tiradentes, quando fui eleito, em 1958, pelo então Partido Social Democrático.

Senador da República, por vários mandatos, Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Luiz Viana Filho engrandeceu esta Casa e honrou o Poder Legislativo brasileiro.

Mas há um detalhe, na sua vida de homem público, que faço questão, também, de salientar, neste instante em que tento fazer uma oração fúnebre em sua memória: ele, Luiz Viana Filho, ao lado de Milton Campos e Pedro Aleixo — e os três pertenciam à ex-União Democrática Nacional — foram naquelas horas sombrias da ditadura militar, que durante mais de vinte anos infelicitou este País, as maiores lideranças civis que nós, que estávamos na oposição ao regime militar, tínhamos para estabelecer um mínimo de diálogo com os donos do Poder de então. Luiz Viana Filho — Como Milton Campos e Pedro Aleixo —, sempre tinha uma palavra de conciliação ao defender os Direitos Humanos, no auge das torturas. Quantas vezes, como Líder do PMDB e da Oposição na Câmara dos Deputados, ao Governo Médice, após

a cassação de Mário Covas, o procurei, e àqueles dois outros eminentes homens públicos da ex-UDN, para que levassem aos Presidentes militares de então uma palavra de apelo em favor de presos políticos ou de pessoas que estariam desaparecidas e eram procuradas, em vão, pelos seus familiares.

Sr. Presidente, como dizia, no início deste discurso, após toda essa longa trajetória de uma vida exemplar de esposo, de pai de família, de avô, de amigo, de cidadão, de professor universitário, de intelectual, de homem público, nós todos esperávamos, ainda, que Deus conservasse, por muito tempo, a vida de Luiz Viana Filho.

Sr. Presidente, ao concluir, vou fazer mais uma revelação sobre Luiz Viana Filho.

Quando soube, há cerca de um ano, que ele tinha sido acometido de um infarto do miocárdio e estaria internado no Instituto do Coração em São Paulo, não só procurei fazer-lhe uma visita e a seus familiares, como falar-lhe através do telefone, mas, depois, mantive com ele uma conversa, que voltei a repetir posteriormente ao voltar, ano passado, de uma revisão médica que fiz no Cleveland Clinic, nos Estados Unidos. Soubera, por informação fidedigna, que os médicos do Instituto do Coração não quiseram operá-lo, em face dos seus mais de 80 anos de idade; temiam que ele ficasse na mesa de cirurgia. Naquele grande centro norte-americano, pude verificar que pessoas com 80 ou mais anos estavam sendo atendidas e tinham as suas vidas prolongadas por mais 15 ou 20 anos, após uma cirurgia cardíaca.

Transmiti essa informação ao Senador Luiz Viana Filho, e notei que ele se alegrou, pois um raio de esperança brilhou nos seus olhos. E S. Ex<sup>a</sup> me prometeu que ia tomar providências nesse sentido. Infelizmente, Sr. Presidente, não houve tempo, e Deus o levou, e ele nos deixou a todos, aqui, cheios de uma grande saudade.

Com estas palavras, quero trazer, em meu nome pessoal, em nome do meu Estado, a Paraíba, e em nome, sobretudo, dos Membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal — que o teve duas vezes como Presidente —, a mais sentida homenagem à sua memória, transmitindo à Família enlutada e ao Governo da Bahia os mais sinceros pêsames.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Mata-Machado.

**O SR. MATA MACHADO (PSDB — MG.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu me permito, Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas reminiscências, de caráter apenas pessoal, mas que podem, também, de algum modo, acrescentar algo, não ao que foi dito, mas àquilo que realmente se acolhe, na inteligência e no coração de tantos que, aqui, agora, se lembram de Luiz Viana Filho. Assinalei algumas datas: 1946, 1966, 1990.



Em 1946, era eu repórter de jornal, encontrei-me com Luiz Viana Filho, Constituinte naquela época, um dos que elaboraram a nossa permanente Carta Magna democrática que nos libertaria da ditadura instaurada em 1937. Quantas vezes, como jornalista, publiquei, ora em *O Globo*, ora no *Diário de Notícias*, ou aos domingos, em crônica do *Correio da Manhã*, contribuições de Luiz Viana Filho, que deveriam estar registradas e ser lembradas agora, e dadas a público, novamente, como fruto da atividade, de maior eficiência e maior qualidade intelectual ainda em nossa Carta Maior exemplar. Em 1966, o vínculo se faz entre Milton Campos e Luiz Viana Filho. Este substituiu o antigo Governador de Minas, a quem eu servi na intimidade, como chefe do seu Gabinete, substituiu-o no Ministério da Justiça, quando Milton Campos, discordando da supressão dos Partidos, deixou aquela Pasta. Pouco depois, junto de mim, Milton Campos explicava: "Foi certo o que eu fiz, porém, mais certo ainda pela consequência, uma vez que fui substituído por um dos melhores homens do Brasil — Luiz Viana Filho".

Em 1990, ainda há pouco, viajamos juntos para Belo Horizonte, depois da circunstancial espera que a todos nos atingira; éramos numerosos, quase todos Parlamentares; Luiz Viana Filho sentou-se e, durante todo o tempo, ficou a escrever. Lembrei, então, que em determinada circunstância, ele me mandara a sua bibliografia; um livro de muitas páginas, não uma folha de papel. Descemos na Capital mineira. Fui despedir-me dele: "O Senhor vai ficar aqui, Senador?" Ele me disse: "Não. Há um carro a minha espera para levar-me a Caxambu." Eu falei: "Mas, depois de tudo, desta longa espera?" Elogiei o seu processo de esperar, no aeroporto, escrevendo. E brinquei: "Final, é o que o Senhor tem feito durante toda a sua vida." Mas ele me disse: "Há uma coisa de que não me esqueço: de carro irei para Caxambu, e, como você é mineiro, acho que gostará de saber que faço qualquer sacrifício para vir e permanecer algumas horas no seu Estado."

Ele fazia qualquer sacrifício, na verdade, para servir ao nosso País, para elaborar textos, que passaram antes pelas minhas mãos de repórter, como, depois, fizera ao substituir aquele que, para mim, até hoje, é insubstituível, Milton Campos. Incluo-o agora, ao lado deste, Luiz Viana Filho, que tão dificilmente poderá ser substituído, a não ser pela constante lembrança do que era, do que foi.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aceitem este meu testemunho, modesto, sem dúvida, mas sincero e bem fundado.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Fernando Henrique Cardoso.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (PSDB — SP.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, em nome do PSDB, e no meu pessoal, gostaria de deixar registrado o nosso sentimento de pesar pela morte de Luiz Viana Filho. Ouvi

a tantos Colegas, a tantos Senadores, rendendo-lhe homenagens. Emocionei-me a cada momento. Luiz Viana Filho marcou sua presença na História da República como alguém que, tendo posições e sendo capaz de desenvolvê-las doutrinariamente, capaz ainda de se opor quando necessário, nunca deixou de ser também aquilo que já tantos ressaltaram: uma figura humana, querida, polida, carinhosa.

Quando cheguei ao Senado não o conhecia pessoalmente, e o via à distância — já, então, Luiz Viana era não apenas reconhecido em todo o Brasil como político, mas aparecia com aquela aura de Senador com aquele aspecto simpático e, ao mesmo tempo, senhorial —, custou-me um pouco a travar relações com ele. Ouvi o nobre Senador João Menezes dizer que quase não conviveu com Luiz Viana — não foi o meu caso.

Quando Líder do PDMB neste Senado, e o fui por duas vezes, ocupava uma sala ao lado da qual estava o Gabinete de Luiz Viana e, do outro o de Virgílio Távora. Aos poucos, me afeiçoei a ambos. Era raro o dia em que um ou outro não passavam em meu Gabinete para que tomássemos um chá ou conversássemos sobre os assuntos mais variados.

A tal ponto me afeiçoei a Luiz Viana Filho que tendo dificuldade, como tenho sempre, de tratar os mais velhos com alguma intimidade, o chamava de você e conversávamos sobre muitos assuntos da Literatura à Política, da Sociologia ao comentário cotidiano. Luiz Viana era um observador arguto e, nas raras vezes em que o víamos na tribuna do Senado, em nenhuma delas deixou de se apresentar, também não como tribuno — não saberia julgá-lo por esse ângulo — mas como intelectual refinado. Fez, aqui, análises admiráveis da História da República. Quando defendeu o parlamentarismo, e eu defendia, fazia-o com argumentos impecáveis, e o vi também na oposição junto conosco.

Recordo-me de que, em uma noite, visitava o Brasil o Secretário perpétuo da Academia Francesa e o Presidente da República de então, Dr. José Sarney, oferecera um jantar, no Alvorada, a esse ilustre visitante, que era bisneto de um maranhense — o que, na época, constituía, no Brasil, fato meritório. Nesse jantar, o Presidente da República convidou alguns Senadores, entre os quais Luiz Viana Filho, tendo estado presente também o Senador Afonso Arinos e eu próprio. Luiz Viana falava um francês impecável e discorria, com a mesma naturalidade, com a mesma elegância, numa língua, que não direi não ser o seu idioma natal, posto que nasceu em Paris, mas que não era o seu habitual. Via-se nele o homem do mundo; e se via a intimidade que tinha com o Presidente da República, e o respeito que o mesmo lhe devotava. Não obstante, quando foi necessário, se opôs. Fez oposição à sua maneira, sem nunca ser exagerado, sem nunca demonstrar, nem de longe, qualquer ressentimento, ou qualquer agressividade; soube dizer não, ou pelo menos, soube dizer o "sim" diferentemente de

outros "sim". Era, portanto, alguém de personalidade marcante, disfarçando essa forte personalidade no trato ameno. Já vários se referiram e só me sobra repetir: "não apenas o relato que deixou da época em que serviu a um governo, contra o qual me opus, mas também, principalmente, nos textos que deixou sobre Rui Barbosa, marcou o intelectual realmente de primeira linha que era".

Ainda, recentemente troquei algumas impressões com Luiz Viana e perguntei sobre o que faria nas eleições que se avizinhavam; pois bem, era candidato. Estava outra vez disposto, aos 82 anos, e com o mesmo entusiasmo, a lançar-se numa luta que a muitos de nós, com muito menos idade, parece uma luta árdua e! É Luiz Viana, tranqüilamente, enfrentaria a batalha das urnas; provavelmente ganharia; mas tenho certeza de que, ganhando ou perdendo, sairia dela como sempre havia saído de outras batalhas, com a mesma inteireza e dignidade.

Perdeu o Senado e perdeu a República, mas perdemos principalmente nós, os que pudemos com S. Ex<sup>a</sup> conviver, perdemos um grande companheiro.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, nobre Senador Fernando Henrique Cardoso?

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Com prazer Senador Chagas Rodrigues.

**O Sr. Chagas Rodrigues** — Nobre Líder Fernando Henrique Cardoso, V. Ex<sup>a</sup> fala em nome de toda a nossa bancada o PSDB. Estou certo de que fala também em nome de todos os homens públicos ligados ao nosso Partido e dos filiados, espalhados por todo o território nacional. Mas, ousar pedir este aparte a V. Ex<sup>a</sup> porque, Senador pelo Piauí no nosso Estado, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, é um Estado irmão da Bahia — temos fronteiras comuns, e sei que também no Piauí repercutiu profundamente o passamento do ilustre homem público. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que a nossa civilização, a nossa nacionalidade poucas vezes teve para engrandecê-la um homem como Luiz Viana Filho, um homem, de certo modo, quase completo. Como homem público, brilhou no Legislativo e no Executivo. Demonstrou isto como Governador, como Ministro de Estado, como Deputado Federal e como Senador. E mais do que um homem público mais do que um grande político, S. Ex<sup>a</sup> era um intelectual, cientista do direito, grande cientista da História, um emérito escritor. O Senador está de luto. A alma do Senado está entristecida, profundamente; mas é a Nação toda que chora a grande perda. De modo que eu estava, como todos, ouvindo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> com especial atenção, e solicitei este aparte porque sem ele acho que deixaria de cumprir um dever indeclinável. Comecei a admirar Luiz Viana Filho desde 1951, quando bem jovem, como Deputado Federal, passei a integrar o Congresso Nacional, e sempre tive por S. Ex<sup>a</sup> grande admiração e estima. Nesta hora quero expressar a saudade, a homenagem dos piauienses, também de modo expres-

sivo, de modo categórico, a um homem que não foi só intelectual, não foi só político; foi, além disso, um homem bom, foi um homem justo, foi um homem honrado. Desejo prestar esta minha homenagem, manifestar esta minha tristeza à sua extraordinária Esposa, grande Senhora, Dona Julieta, Dona Juju. A ela também a expressão de nossa total solidariedade.

**O SR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** — Agradeço ao nobre Senador Chagas Rodrigues o aparte e antes de encerrar quero aproveitar para também dizer que, se a presença de Luiz Viana se fez sentir de várias partes do Brasil, e se sua morte será chorada em toda parte, por certo também o será em São Paulo, onde Luiz Viana tem amigos, onde, por mais de uma vez, ocorreu para seus tratamentos, e onde, infelizmente, faleceu.

Junto-me às palavras do nobre Senador Chagas Rodrigues, ao expressar os sentimentos a Dona Juju, a Luiz Viana Neto e a todos aqueles que compõem a família de Luiz Viana.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Maia.

**O SR. MÁRIO MAIA (PDT — AC.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro oficialmente, em nome do meu Partido — Partido Democrático Trabalhista, o sentimento de pesar por esta ausência indesejável do nosso companheiro de Senado Luiz Viana Filho, que neste momento já inunda as nossas almas de saudades.

Todos os que me antecederam já aqui falaram da fecunda vida de Luiz Viana Filho como um dos paradigmas mais brilhantes a serem seguidos pelas gerações deste grande País. Aqui foi ressaltada a sua vida Política, a sua vida literária de biógrafo, de homem público, e a nós, neste momento, não resta senão ratificar, apoiar e nós solidarizar com todas as palavras que aqui foram ditas, porque todas elas juntas e mais as minhas humildes e apagadas são insignificantes para dizer da vida de Luiz Viana Filho. Cinco vezes Deputado Federal, duas vezes Senador da República, Ministro, Representante do Brasil na Organização das Nações Unidas, aqui vale ressaltar a sua admirável obra literária, e, neste particular, para não repetir tomo emprestadas todas as citações feitas pelo nobre Senador Humberto Lucena, avivando em nossas memórias as principais obras literárias de Luiz Viana Filho, na variedade da sua forma e na abrangência dos assuntos a que S. Ex.<sup>a</sup> se debruçara para escrever desde as biografias de ilustres homens públicos, como Nabuco e o seu conterrâneo Rui Barbosa, até livros técnicos e apreciações modernas da Economia brasileira.

Assim, Sr. Presidente, neste momento, como preito de homenagem, respeito e saudade àquela figura tão simples, tão humilde, de sorriso sempre aberto para seus Companhei-

ros e de palavra tão singela para com aqueles que se achegavam à sua convivência humana, não tem medo de exaltá-lo com as palavras de seu conterrâneo, o condoreiro, o poeta Castro Alves, quando dizia que "As águias nascem pequenas, mas quando lhe crescem as penas, sabem bem alto voar" Luiz Viana Filho, não sendo uma "Águia de Haia", como foi o seu conterrâneo Rui Barbosa, acredito que, mais que uma "águia da Bahia", foi uma "Águia da Inteligência Brasileira".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

**O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, não poderia eu deixar de falar nesta tarde sobre Luiz Viana Filho, que acaba de partir.

Sou, entre os Senadores desta Casa, um dos que bem conhecem a obra de Luiz Viana Filho. Posso, neste momento, usar da palavra, por lhe conhecer o talento e por ter merecido, ao longo desse convívio no Senado Federal, suas obras devidamente oferecidas. Eu, no entanto, já tinha, já possuía seus livros, já os conhecia e com S. Ex.<sup>a</sup> até brincava sobre determinados assuntos enfocados nessa ou naquela biografia. Muitas vezes dizia a S. Ex.<sup>a</sup> "Como pagamento da biografia de Alencar, vou escrever a biografia do biógrafo, que é exatamente a sua". E S. Ex.<sup>a</sup> ria bastante.

Como Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do seu projeto sobre Direitos Autorais, fiquei conhecendo outra faceta de Luiz Viana, que não está nos seus livros, nem os de História propriamente dita, como o livro sobre a Sabinada, nem no seu estudo, um tanto quanto sociológico, do negro na Bahia; uma faceta que não avulta no seu primeiro trabalho sobre Direito em 1932 e, logicamente, não se destaca na biografia de José de Alencar, de Joaquim Nabuco, de Rui Barbosa, de Machado de Assis.

Na verdade, Luiz Viana, como intelectual, como homem dedicado a ensinar o Direito Internacional, como homem de relações internacionais, tinha um carinho todo especial para com os artistas — artistas que escrevem, artistas que juntam notas musicais, artistas do disco, artistas das partituras ou artistas, como S. Ex.<sup>a</sup>, na produção intelectual e — por que não dizer — na produção literária. O seu projeto, que teve o meu parecer, apenas com algumas emendas de atualização, guarda uma visão muito moderna a respeito do Direito Autoral. Aquele respeito tão grande pelo que cria; saber que o cidadão que pode criar é aquele que pode administrar o produto de sua inteligência, e por isso Luiz Viana queria livrar o artista de determinadas tutelas estatais, para evitar, em primeiro lugar, o beneficiamento daqueles que sabem achegar-se ao poder e o esquecimento daqueles que, tendo outra ética, gostam de manter-se à distância dos palácios, dos casarões,

das mansões, dos locais onde existem as grandes potencialidades da administração do poder, da aptidão de gerir uma nação.

Luiz Viana tinha essa visão um tanto quanto otimista do Direito Autoral. S. Ex.<sup>a</sup> acreditava que um Patativa do Assaré, na rudeza do seu talento — talento abrupto, não programado, não preparado, natural, como todas as manifestações de Deus — não precisava de tutela das secretarias de cultura nem de secretarias federais, se podia criar aqueles cantares, se podia lavar aqueles poemas, se podia cantar lá, para que nós cantássemos cá. É claro que Patativa do Assaré tinha como dirigir o seu patrimônio cultural representado pela sua própria obra.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, defendi-lhe o projeto e acrescentei a ele detalhes mais modernizantes, como algumas distinções juridicamente mais modernas, mais adaptadas ao Direito Comparado e à evolução jurídica de todos os povos.

Conversava com S. Ex.<sup>a</sup>, como todos nós, aqui, o fazíamos, sobre sua História e sua obra, porque a sua obra, essencialmente é história. O seu testemunho, as suas recordações, inclusive as de meninice, quando viu Rui Barbosa na residência de seu pai, e eis que o garoto Viana Filho foi apresentado àquele de quem faria uma biografia irretorquível.

Talvez seja a obra-prima do mestre baiano Luiz Viana Filho a biografia do outro grande baiano — Rui Barbosa, porque, além de conter a biografia propriamente dita, Luiz Viana ali é um tanto quanto crítico literário, crítico político, e, como fez na biografia de Eça de Queirós, sempre foi o mestre de localizar a personagem no seu devido tempo, na sua época.

Ler sobre Rui Barbosa através da pena de Luiz Viana é retroceder neste século, é chegar ao século passado, é ir até a Faculdade de Direito, encontrar Joaquim Nabuco, encontrar Castro Alves, encontrar Rui Barbosa e compreender aqueles tempos românticos para poder, assim, dar conta dos fatos memoráveis da vida do grande brasileiro Rui Barbosa.

Luiz Viana Filho, Sr. Presidente, Srs. Senadores, deixa uma lacuna enorme nesta Casa. Do Congresso Nacional era a presença que se fazia respeitável, não apenas pelas caminhadas no mundo da política, pelas posições nas lides partidárias, como, mas acima de tudo, pelo nome feito no Brasil e na Europa.

Devo confessar a V. Ex.<sup>a</sup> que, nesta minha mania de bibliófilo, sempre tive o cuidado de guardar as edições brasileiras de Luiz Viana Filho, e, ao lado de cada uma delas, por as belas edições portuguesas, com larga circulação na Europa. Era um intelectual de pleno destaque no Brasil e em Portugal, e suas obras tinham circulação onde quer que se falasse a nossa língua, o nosso idioma, a língua portuguesa, ou onde houvesse brasileiros ávidos de captar os valores nacionais.

Luiz Viana Filho, dizia eu, deixa uma lacuna enorme, porque, no Congresso Nacional, era, como Afonso Arinos e alguns outros, aquela presença forte, aquela presença cultural, aquela presença marcante, mostrando aos que estão do lado de fora que aqui também existem os grandes talentos e que a política não é imprópria aos intelectuais, aos filósofos, aos filosofistas, aos contadores de história, aos fazedores de arte, enfim, chegam ao Congresso Nacional aqueles que representam, dentro da sociedade brasileira, as suas expressões maiores. E, nesse universo de expressões, eis que paira Luiz Viana Filho acima de tudo, com a sua respeitável obra escrita e com a sua respeitável obra, acima de tudo de administrador.

Eu o conheci como Governador da Bahia. Estava em Salvador, a serviço jornalístico, em um congresso de nossa categoria, quando, e determinado dia, o Governador daquele Estado dever-nos-ia receber. Era exatamente Luiz Viana Filho, que nos parecia de uma grande simplicidade, naquela ocasião. Era um homem simples, a conversar temas da imprensa, com os quais tanto se tocava, pela natureza do seu trabalho desenvolvido.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero também destacar o ângulo da lealdade.

Luiz Viana Filho escreveu sobre Rui Barbosa, movido, acima de tudo, por um sentimento de administração que não prejudicou o analista. Quando escreveu sobre o Governo de Castello Branco, o fez como testemunha privilegiada e com o cuidado de deixar para a História uma visão mais clara, uma visão que considerava justa sobre um Governo que adotou medidas absolutamente extremadas, medidas duras, medidas de cassação, medidas que tomaram, por exemplo, no meu Estado, da vida pública pessoas da maior expressão, quer na política, quer na medicina, quer no direito, pessoas que foram cassadas porque não concordavam, naquele momento, com os caminhos da Revolução de 1964, principalmente com a sua parte doutrinária.

Luiz Viana Filho cuidou de preparar uma versão onde o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco aparecesse não como o homem do cada-falso, não como o executor, que não aparecesse como o carrasco, ou como uma pessoa injusta, mas como o agente de determinado momento histórico a que o Brasil teria sido inevitavelmente levado. E ele adocica a figura de Castello Branco, ele protege a figura impoluta do primeiro Presidente do período revolucionário, ele como que retoca, ele como que aperfeiçoa a imagem e tira aquelas rudezas, aqueles aspectos mais duros e irresistivelmente condenáveis pela opinião histórica da pátria.

A sua lealdade também se manifestava em âmbito partidário. Mas a maior expressão dela viria através do amor dedicado à sua terra, inclusive no cuidado cultural com a sua terra, a doação de uma biblioteca à sua terra, passar para o Governo do seu Estado um acervo cultural da maior expressão e que a ele pertencia. E ele acreditava, como o seu contemporâneo Castro Alves, que a alma não morre, é germe que faz a palma, é vento que faz o mar."

Figura extraordinária, esta que acabamos de perder no Senado da República. Hoje nos falta na plenitude do plenário desta Casa, e falta um homem que viveu suficientemente para deixar uma imagem grandiosa. Cumpriu muito bem os seus 82 anos de idade. Deu plena dignidade, atuando em setores os mais nobres. Foi advogado, foi professor, foi político, foi escritor; e, como escritor, foi um sociólogo, foi historiador; como historiador, especificamente foi um biógrafo, foi o analista, foi o crítico literário, pois não há nada que tenha escrito que possa mostrar a fuga do crítico literário que irresistivelmente ele foi. Conversávamos bastante, em todas as oportunidades. Há poucos dias, eu passava para a mão de Luiz Viana Filho o "Guia dos Sebos do Brasil". Ele gostava de visitar livrarias onde pudesse encontrar obras esgotadas, praticamente impossíveis de serem achadas.

E na sua biblioteca estava faltando, por exemplo, o "Diário Secreto", de Humberto de Campos; uma falha imperdoável que o nosso Luiz Viana Filho não dispusesse do "Diário Secreto", de Humberto de Campos". Quando o critiquei pela desídia em guardar essa obra, que é das mais importantes da nossa Literatura, ele dizia: — "Devo ter tido e devo ter dado". Quando vamos chegando nessa idade, já temos dado muitos dos nossos livros. É aquele prazer mais de ofertar do que de guardar".

Ele estava com a necessidade de, outra vez, tocar-se com as memórias amargas de Humberto de Campos. Ali é um documentário de um largo período da literatura brasileira. Ali aparece Rui, o seu biografado, fazendo a conferência de quatro horas para garotos do curso primário. Ali aparece um Coelho Neto com a face terrível, a face da decadência, depois da morte de seu filho Mano e da morte de sua mulher Gabi. Ali aparece um Viriato Corrêa plenamente tornado caricatura e deteriorado nessa imagem de Humberto de Campos. Ali, enfim, aparece Euclides da Cunha, cuja memória vem miseravelmente sendo insultada em uma novela de televisão. O drama de Euclides é tratado com certa rudeza, e isso, de acordo com os depoimentos captados por Humberto de Campos, nos primeiros momentos do seu "Diário".

Luiz Viana Filho era esse homem que conhecia a Literatura em várias línguas, mas que tinha uma grande dedicação pelo escritor nacional. Não era apenas o admirador dos grandes como Nabuco, como Rui, como José de Alencar. Ele era um homem que acompanhava outros intelectuais que, também sendo grandes, não tiveram a mesma projeção. Podia falar da literatura isolada de vários Estados, era um homem culto e universal.

Por isso, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de trazer o meu depoimento sobre Luiz Viana Filho, na condição primordial de seu leitor, esta é a condição em que eu falo, o leitor de Luiz Viana Filho. Na minha biblioteca há uma estante muito carinhosa, onde

estão as obras oferecidas de Luiz Viana Filho, de Afonso Arianos, Aurélio Buarque de Holanda, Paulo Rónai, Vianna Moog, Rocha Lima e muitos que me distinguiram com as ofertas de suas obras. Se as estantes tivessem olhos, estas poderiam ver outra mais, onde estão os livros editados por pessoas de minha Família: Eduardo Sabóia, da Padaria Espiritual, grande movimento literário do Nordeste; Visconde de Sabóia; D. Margarida, minha mãe; Jádier de Carvalho, meu pai; e assim fica aquela ilha de amor filial, aquela ilha de carinho quase que circundando essa estante extraordinária, onde vai permanecer o nosso querido amigo Luiz Viana Filho.

Muito obrigado, Srs. Senadores, pela paciência de me escutarem.

**O SR. PRESIDENTE (Divaldo Suruagy)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Pompeu de Sousa, para encaminhar a votação.

**O SR. POMPEU DE SOUSA (PSDB—DF.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, Luiz Viana Filho já foi tão exaltado, e com tanto talento, por alguns dos Srs. Senadores que me antecederam nesta triste missão de tecer uma coroa de louros para essa figura que não se imortalizou apenas como público, mas como homem do espírito criador e, sobretudo, do espírito crítico, do espírito investigador das realidades sociais e das criações da palavra, que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, vou ser breve e apenas falar do amigo Luiz Viana Filho. Amigo de cerca de 50 anos, sobre cuja morte não gostaria de falar. Gostaria de falar sobre qualquer outro assunto referente a Luiz Viana, menos sobre sua morte, que hoje me surpreendeu brutalmente quando ouvi, ao amanhecer, as primeiras notícias dos jornais televisivos.

Quando o conheci, Luiz Viana Filho já era uma figura notável de escritor, de biógrafo, de estudioso da nossa Literatura, de crítico no mais alto sentido da palavra e que, até um pouco por herança familiar, se tornara o homem público que todos nós admiramos.

Numa determinada fase da minha vida, tive oportunidade de conviver com ele bastante. Foi na fase em que, no Rio de Janeiro, dirigia o jornal *Diário Carioca*; antes mesmo, aliás, era eu ainda chefe de redação e Luiz Viana, um freqüentador diário da casa de J. E. de Macedo Soares, o fundador do jornal, nosso mestre e, a meu ver, até hoje o mais admirável articulista de jornal, o mais admirável escritor de artigo político de jornal.

A casa de J. E. de Macedo Soares, de manhã, era uma espécie de logradouro público dos políticos de mais notoriedade na época.

E quando, depois de ter feito o jornal pela noite adentro, pela madrugada adentro, depois de ter dormido boa parte da minha manhã, voltava eu ao trabalho, passava invariavelmente pela casa, aliás o apartamento de Macedo Soares, a quem chamávamos de Senador. Mantivemos-lhe o apelido de Senador para o resto da vida, embora não o fosse mais, porém mantivemo-lo como se fosse o próprio nome, mesmo, na intimidade, quem

de nós (poucos, aliás) o chamasse de "você", chamá-lo-ia sempre, invariavelmente, de Senador. Porque Senador ele o era no dia 10 de novembro de 1937, quando o golpe de Estado — do Estado Novo — mais uma das múltiplas traições que o Poder autoritário tem cometido contra a democracia no Brasil —, cassou-lhe o mandato. E nós lhe mantivemos o mandato até à morte.

Mas, na casa de J. E. de Macedo Soares, aliás, um apartamento, modesto apartamento na praia do Flamengo, esquina da rua Buarque de Macedo — toda manhã havia uma espécie de "senadinho", vamos dizer assim, em que grandes figuras de então comentavam os assuntos publicamente incoerentes, porque não podia a ditadura permitir que transpusessem as páginas dos jornais para chegar à opinião pública.

Passava eu quase que diariamente por lá e sempre lá estava o nosso Luiz, como o chamávamos — com aquela visão ao mesmo tempo aguda e percuciente, que ele trazia do trabalho intelectual para a visão do fenómeno político, e, ao mesmo tempo que aguda e percuciente, firme e serena — a analisar e a discutir os acontecimentos.

Era eu o benjamim da turma. Em 38/39, tinha eu 23 anos de idade. Aliás, o Luiz era mais velho do que eu, creio, 8 ou 9 anos; devia estar com 82, 83 anos agora.

Essas conversas, nós as tivemos todas essas manhãs de todos os dias — pelo menos de todos os dias úteis, de vez que, naquele tempo, os matutinos não circulavam às segundas-feiras e, portanto, domingo não se trabalhava — com Luiz Viana, que é uma figura que vive até hoje na minha memória, no meu carinho e na minha admiração.

Assim continuamos desde os meus 23 anos — seriam, portanto, os 31 ou 32 dele, por aí assim — até agora, não convivendo mais com a mesma frequência, vendo-nos, às vezes, por períodos muito longos e, ao mesmo tempo, desvendo-nos também por períodos igualmente longos. Vim novamente a conviver aqui com ele, não tão intensamente como queria, porque, Sr. Presidente, aprisionado nessa cadeia que, neste momento, V. Ex. ocupa, e ele aqui, desfrutando deste Plenário que eu raramente posso desfrutar, e aqui mantivemos a mesma amenidade no contato e no comentário das coisas.

Houve apenas, em nossa vida, um breve instante em que os acontecimentos políticos nos separaram. Foi no contexto de mais um golpe militar contra a democracia neste País. No contexto do que hoje se chama de Revolução de 64 — e me recuso a chamar revolução, porque sociologicamente foi uma contra-revolução — quando ele, até por afinidade de natureza intelectual, se tornou Chefe da Casa Civil do meu conterrâneo Humberto Castello Branco.

Mas, mesmo nessa ocasião, tivemos um acontecimento em que convivemos de maneira inteiramente imprevisível. Foi quando Charles Marie De Gaulle, aquela figura absolutamente inesquecível, vindo ao Brasil, ainda a convite do Governo anterior — de vez

que fora ainda o Governo deposto pelo golpe de 64 que o havia convidado — aqui chegou carregado de malquerença pelos golpistas. Uma das formas de manifestar essa malquerença foi, de bordo da belonave em que viajava, demandando o porto do Rio de Janeiro — porque Charles De Gaulle não podia vir num prosaico avião, tinha que vir numa belonave, era uma figura essencialmente monumental, tinha que vir numa belonave, já era uma estátua em vida — de bordo da belonave, repito, e através do Qual d'Orsay fez saber ao Itamaraty que queria fazer um discurso no Brasil, mas fazia questão de que esse discurso fosse feito no campus da Universidade de Brasília. Era uma agressão ao poder arbitrário do golpe militar, porque certamente De Gaulle sabia que a Universidade estava sob intervenção e que travávamos uma luta de contestação, não só à intervenção como ao próprio golpe militar. A luta contra essa intervenção, pouco depois, resultou na minha demissão e na de 15 outros companheiros igualmente professores, solidários com os quais se demitiram 210 colegas, o que determinou uma demissão coletiva de 225 companheiros. Foi um episódio absolutamente único na nossa História em que praticamente toda uma comunidade saiu junta como protesto contra a arbitrariedade, contra as forças cegas do obscurantismo. Episódio de que muito nos orgulhamos todos nós, da UnB.

Lamento não estar presente hoje o meu querido amigo Senador Jarbas Passarinho, porque imediatamente ele levantaria aquele microfone e protestaria contra o "obscurantismo" e a "arbitrariedade". Contra o obscurantismo, não; em defesa do que chamo de obscurantismo e do que chamo de arbitrariedade.

Aconteceu, então, uma coisa realmente curiosa: o Presidente Castello Branco chamou o seu Chefe da Casa Civil e disse-lhe que era preciso atender ao Presidente De Gaulle. Mas como, na Universidade de Brasília, que está num estado de sublevação?

Zeferino Vaz era então o nosso Reitor pro tempore, por um desses acontecimentos, desses milagres brasileiros que só no Brasil acontecem! Zeferino tinha criado em São Paulo, em Ribeirão Preto, uma Faculdade de Medicina que era modelo de renovação, uma Faculdade de Medicina sem nada do tradicionalismo; era um renovador. Essa Faculdade nos impressionara, profundamente, a nós fundadores da Universidade de Brasília. Portanto, já havíamos convidado Zeferino Vaz para, quando da criação da nossa Faculdade de Ciências Médicas, vir dirigí-la. Ora, eis que vem a revolução, a chamada revolução, o golpe militar, a intervenção, ocasião em que é demitido, primeiro, o nosso reitor, que era Anísio Teixeira, aquela figura realmente imortal que eu jamais deixarei de cultuar, vez que Darcy Ribeiro, o reitor anterior e depois Chefe da Casa Civil de João Goulart e, quando houve o golpe, tinha tido também que fugir do País. Zeferino Vaz apoiava politicamente Adhemar de Barros; era uma figu-

ra realmente múltipla, era aquele renovador de universidades — como a Unicamp, depois confirmaria — e politicamente um adhemarista. Uma coisa curiosa, realmente! Adhemar de Barros tinha sido um dos três donos civis do golpe militar — porque, no Rio, foi o meu colega e também amigo Carlos Lacerda, com quem me desentendi nessa época (ele ficou do outro lado), em Minas, foi Magalhães Pinto e, em São Paulo, foi Adhemar de Barros que compuseram o triunvirato que cometeu esse mal, esse atentado absolutamente irremediável de culpas — coitados os três, que não tinham essa intenção — no qual mergulhou o nosso País por quase 30 anos.

E, então, nesse contexto, eis que designam interventor, nomeiam interventor na Universidade de Brasília justamente o homem que vinha trabalhar conosco, dirigir a área de ciências da saúde. Então, aconteceu, realmente, a convivência, a cumplicidade conosco. Ele procurou, de todas as maneiras, salvar a universidade e daí o fato de termos sobrevivido até outubro de 1965. Sobrevivemos, realmente, mais de um ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Luiz Viana Filho era o Chefe da Casa Civil do Presidente Castello Branco, e o Presidente Castello Branco, então, chamou Luiz Viana para expor o impasse que se havia criado. Como resolver esse impasse? Luiz Vianna chamou Zeferino Vaz, que, mais uma vez foi à sede do Poder, onde ele era frequentemente chamado, ora pela área civil, portanto, pelo próprio Luiz Viana Filho, ora pela área de segurança. E, ao voltar à Universidade, ele — como eu vivia dizendo — mantinha uma cumplicidade entre o poder arbitrário e a universidade perseguida. Assim exercia Zeferino Vaz um papel de agente duplo, porque, junto ao poder, ele era da revolução, junto a nós ele era da Universidade. Procurava defender a universidade contra a revolução. Realmente, ele conseguiu um milagre, fazendo com que a universidade sobrevivesse mais de um ano.

Zeferino Vaz, que ao voltar dessas visitas à sede do Poder me confiava todas as exigências que eram feitas, inclusive as de demitir professor fulano, demitir professor beltrano, o que nos causava uma revolta, que acabamos, em certa altura, a dizer: "chega, não admitimos mais demissão nenhuma"; e, inclusive, uma das ordens mais frequentes que ele recebia era a de demitir o Prof. Pompeu de Souza, por ele contestada: "Não, esse não posso demitir, porque ele lidera os estudantes e a sua demissão vai criar realmente um grande tumulto, uma grande manifestação, uma verdadeira sublevação na comunidade universitária".

Então, Luiz Vianna Filho chama o Zeferino Vaz, relatando-lhe o problema. E ele diz: "Olha, só há uma solução: vou encarregar o Prof. Pompeu de ser o coordenador da recepção ao Presidente De Gaulle, na Universidade. Acontece que o Prof. Pompeu é réu em IPM, embora seja a pessoa que possa ser o pára-choque para resolver o problema.

E assim aconteceu. Ele veio, relatou o que aconteceu a mim e disse: "Pompeu, tive que te pôr no fogo". E aconteceu uma coisa espantosa: foi nomeada uma comissão tríplice para recepcionar o Presidente Charles de Gaulle. A Comissão, por ato do Governo, era composta do próprio Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o nosso Luiz Viana, do Prefeito de Brasília, Plínio Castanhede, uma excelente figura — porque até os golpes militares, às vezes, trazem excelentes figuras, sobrenadadas, no meio dos detritos dos golpes militares, excelentes figuras, como, além de Luiz Viana, Plínio Castanhede e o terceiro Membro da comissão era um professor, réu de IPM, chamado Pompeu de Sousa.

Reunfamo-nos, para preparar a recepção no próprio Gabinete de Luiz Viana, no Palácio do Planalto, onde eu nunca mais pusera os pés, mas aonde ia só por causa dessas reuniões.

Aconteceu o seguinte: no momento em que Charles De Gaulle chegou ao Rio de Janeiro, os outros dois integrantes da comissão, Luiz Viana e Plínio Castanhede, tiveram que ir recebê-lo. O recipiendário, como diria, o anfitrião do Presidente De Gaulle foi o que representou todos três, que era eu. Daí por diante, fiquei como plenos poderes durante uns dois dias para articular tudo.

Estou contando tudo isso por quê? — Porque velho quando começa a falar, discorrendo sobre um fato de que ele próprio se tornou personagem ou testemunha, não acaba mais de contar a história.

A história seria muito longa. Contar, por exemplo, o episódio do De Gaulle, — não sei se já contei em alguma ocasião aqui — o do seu discurso, quando Sua Excelência, depois de saudado pelo Zeferino Vaz que era o nosso reitor, meteu no bolso do dólmã aquela mão imensa que ele tinha, apanhou um texto de discurso dobrado em quatro, desdobrou-o e começou a proferi-lo com aquela ênfase, aquela veemência que tinha. Era no *campus*. Realmente, era na praça, era uma espécie de comício, estava lá toda a estudantada. E foi De Gaulle cada vez mais se entusiasmando, se empolgando, e, resolvendo proferir o resto do discurso de improviso, dobrou, cuidadosamente, aqueles papéis, colocando-os no bolso e continuou o restante do seu pronunciamento de "improviso"; o texto exato do seu discurso, previamente mimeografado, já em meu poder. Era uma memória espantosa, Charles De Gaulle.

Bem; mas estou falando de Luiz Viana Filho e não de Charles De Gaulle. Estou contando estas amenidades até para me descobrir um pouco da morte de Luiz Viana. Porque foi uma emoção esta manhã muito profunda.

Quero registrar esta saudade entre as muitas selecionadas que terei pelo resto de minha vida — a de Luiz Viana — ao mesmo tempo em que quero, daqui desta tribuna, que ele tanto honrou por toda a vida, transmitir a Dona Juju, minha amiga e de minha mulher, uma saudação muito cordial, no mesmo sofri-

mento e na mesma saudade, dizendo-lhe que nós, daqui por diante, tal como ela, convivemos sempre com a memória de Luiz Viana Filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello e, logo depois, a concederei ao Senador Afonso Arinos.

**O SR. AUREO MELLO** (PMDB — AM. Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero associar as minhas palavras ao pesar e às palavras de todos aqueles que já expressaram aqui a saudade imorredoura pelo passamento de Luiz Viana.

Luiz Viana era um cidadão que fazia parte, de fato, desta Pátria, e no cenário político brasileiro, era um moleto de urbanidade que nos acostumamos a apreciar, neste Senado, encontrando da parte dele a simpatia, os ensinamentos e a grandeza espiritual que o caracterizavam.

Quando dos seus 80 anos, tivemos o ensejo de saudá-lo também, entre muitos que, aqui, usaram da palavra, para lhe manifestar tributo de admiração.

Quando apresentei projeto de lei, como Deputado Federal, mandando sepultar as cabeças de lampião, Maria Bonita, Corisco e outros cangaceiros, expostos no Instituto Nina Rodrigues, da Bahia, mantido (o projeto) durante algum tempo nas gavetas das Comissões Técnicas, e depois arquivado, quando já fora do mandato este representante do Amazonas, Luiz Viana, através de um ato no seu Governo Estadual, determinou aquele sepultamento, originário de apelo que me foi feito pelos descendentes dos referidos cangaceiros, obedecendo, assim, a normas de Humanidade. Aquelas cabeças, que estavam expostas no Instituto Nina Rodrigues eram um atentado à própria integridade moral do Estado da Bahia e de todo o Brasil.

Saúdo, portanto, espiritualmente, a mais essa alma de luz que se evolva na direção do firmamento e deixo aqui traduzido, em nome do Estado do Amazonas, pesar profundo pelo seu passamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Concedo a palavra ao nobre Senador Afonso Arinos.

**O SR. AFONSO ARINOS** (PSDB — RJ. Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, meus prezados colegas, lamento que, ao cabo de uma ausência bastante longa deste plenário, a qual fui levado por motivos de saúde, tenha a tristeza de utilizar a palavra na triste saudação, no sincero elogio, na profunda dedicação deste discurso à memória de Luiz Viana.

Fomos, Sr. Presidente, velhos amigos. Depois de mim, creio ser Luiz Viana o mais idoso dos nossos companheiros de Senado; mais moço do que eu. Companheiros fomos em muitas épocas e em diferentes espaços da atividade política e intelectual.

Lembro-me, criança ainda, na minha terra de Minas Gerais, no meu Belo Horizonte, quando se falava no pai dele, o Governador

Luiz Viana, Governador da Bahia, que teve um encontro com o então Presidente de Minas Gerais — não se chamavam ainda governadores, o nome era presidente dos Estados — naquela época em que havia dificuldade em questões relativas à navegação do rio São Francisco, e que o Presidente Luiz Viana veio da Bahia para se encontrar com o Presidente de Minas — que eu não me animo a dizer exatamente quem era, mas era qualquer coisa da época antes de Wenceslau Braz na Presidência da República — para normalizarem a situação de interesses e de ressentimentos que haveria entre um Estado e outro, sobre a navegação do São Francisco. Lembro, portanto, do pai dele.

Luiz Viana, para marcar o grau simbólico de finuras e de sensibilidade da sua alma, do seu espírito, do seu caráter, da sua vida, nasceu em Paris. O fato de ter nascido em Paris é uma espécie de prodigiosa antecipação, de revelação quase de cartomante da vida, para o que ele viria a ser depois. Conheci cedo Luiz Viana, Sr. Presidente, que era mais moço do que eu, como já disse, dois anos. Todos que estão aqui presentes são crianças perto de mim, mesmo aqueles que ostentam galhardamente e, às vezes, supostamente suas alvas cãs, no sentido clássico, português. Não esqueçamos que o português clássico dizia, por exemplo, Diogo, o Cão, por Diogo, o Velho.

Mas, Sr. Presidente, foi para mim um motivo pessoal de sofrimento, quando eu soube, hoje, pela manhã, do falecimento de Luiz Viana. Senti qualquer coisa do meu próprio destino, do meu próprio passado, da minha própria vida, que, de repente, se encontrava na treva. As preferências que S. Ex.<sup>a</sup> revelou na sua carreira de homem de letras, também, de certa maneira, se fizeram sentir na minha. Tivemos, sempre, interesse biográfico. Eu escrevi, por exemplo, a biografia de meu pai, depois escrevi a biografia de Rodrigues Alves, sempre me interessaram os livros biográficos e isso sempre interessou a Luiz Viana. Sempre nos interessaram as biografias de personalidades eminentes, de grandes figuras da vida brasileira. Lembro-me de que Luiz Viana escreveu sobre Nabuco, sobre Rio Branco, sobre Machado de Assis, sobre Rui Barbosa.

Então, esta marca da atração era nele, dizia que, modestamente, comparável à que eu tinha, de transformar em matéria de meditação, em matéria de elaboração mental, quase poética, a vida das grandes personalidades que nos cercam, porque é através do distanciamento que o espírito coloca as personalidades próximas, que podemos realmente realçá-las nas verdadeiras dimensões.

É muito difícil quando queremos fazer a biografia de uma grande figura que é nosso contemporâneo. Então, esse distanciamento só se pode formular, só se pode realizar, só se pode executar, só se pode sublimar através das letras, através da criação artística, para que se consigne evidentemente, transformar uma proximidade numa distância, transformar uma presença excessiva numa espécie

de ausência grandiosa. Isso é que faz o encanto dos biógrafos dos homens públicos. Essa capacidade de não distanciamento pelo tempo, mas de aproximação pela glória.

Foi o que Luiz Viana Filho fez dos personagens que sintetizou, que criou, com mais talento, com mais veia, com mais força do que eu. Enfim, aquilo que sintetizou realmente a essência da sua intenção, foi fazer com que a distância da vida não pudesse criar dificuldades à distância do tempo. E Luiz Viana fez isso magistralmente. S. Ex<sup>a</sup> fez isso com Nabuco. Nabuco é o mais difícil dos personagens a ser retratado. Conheço a vida de Nabuco, até vou dizer uma coisa muito pessoal aqui: o nome do Instituto Joaquim Nabuco foi dado por mim. Eu estava fazendo o projeto de lei quando se criou o Instituto Joaquim Nabuco, e eu lhe dei o nome, porque o meu querido mestre, mestre de muitos de nós, da nossa geração, Gilberto Freyre, tinha, assim, uma certa esperança de ser posto em comparação com Nabuco, na sua obra, "Casa Grande & Senzala", a sua grande obra de sociólogo. Então, Gilberto Freyre sabia que havia possibilidades em torno do instituto que se ia criar — eu digo aqui muito reservadamente para que ninguém se lembre disso, que aquela lei fui eu que fiz, eu é que redigi aquele projeto de lei. Então denominei Instituto Joaquim Nabuco, para que se resguardasse da invasão inopinada do Instituto Gilberto Freyre, que viria depois. Com todas as galas e honrarias, louçanias da glória. Esse instituto veio depois, já, com o nome do grande sociólogo: a Fundação Gilberto Freyre. Eu lembrava que poderíamos fazer qualquer coisa com os homens da dimensão de Luiz Viana Filho. Eu não sei se não seria interessante para o Senado imaginar qualquer coisa com o seu nome, aqui mesmo na nossa Casa, no nosso plenário, que S. Ex<sup>a</sup> honrou, dignificou, abrilhantou, pela sua vida, pela sua obra. Quem sabe se o Senado poderia criar qualquer coisa que tivesse o nome de Luiz Viana.

Sr. Presidente, eu gostaria de lembrar, ainda, outras coisas que nos aproximaram. Fomos, juntos, eleitos Deputados Federais. Esses cavalheiros respeitabilíssimos, de cabeças brancas, que estão diante de mim, ficarão espantados quando eu disser que isso se deu no remoto ano de 1946. Eram crianças. Os três que me estão ouvindo ainda eram crianças. E eu me elegia Deputado Federal juntamente com Luiz Viana, no mesmo ano. Tive a extraordinária satisfação de ocupar-me com alguns Deputados baianos daquela época, cujos nomes relembro: Aliomar Baleeiro, Nestor Duarte e Octávio Mangabeira. Octávio Mangabeira, foi uma das maiores figuras baianas. Dêem-me a resposta aqui se é ou não verdade que Octávio Mangabeira foi uma das maiores figuras da Bahia? Octávio Mangabeira não lia, falava; lia pouco. Quem lia muito era João Mangabeira, seu irmão e também grande homem. Octávio falava muito, mas lia pouco. Eu era líder, imaginam, eu Líder de Octávio Mangabeira, pois eu era Líder da UDN; Octávio chegava lá em casa,

ele que tinha uma pronúncia muito escandida, e me dizia, assim, com as mãos nas costas, olhando para minha biblioteca: "Político com livros, estamos perdidos; quem tinha mais livros foi o pior político, e chamava-se Rui Barbosa." Lembro-me de Octávio Mangabeira a me dizer isto. Lembro-me de Luiz Viana comigo, com Aliomar Baleeiro, com Nestor Duarte. Admirávamos Octávio Mangabeira, mas fomos dessa inopinada declaração, de que quem tinha mais livros foi o pior político. De certa maneira, terá sido, se tivermos uma intenção mais representativa, mais interpretativa da História da República. Nós teremos, talvez, uma certa impressão de que Octávio Mangabeira tinha razão. Rui Barbosa foi o maior dos homens, entretanto foi um dos piores políticos.

Luiz Viana sabia todas essas coisas; S. Ex<sup>a</sup> conhecia tudo, S. Ex<sup>a</sup> penetrava tudo, S. Ex<sup>a</sup> se interessa por tudo, e isso debaixo de uma fleuma britânica. S. Ex<sup>a</sup> era nascido em Paris, todos os meus companheiros sabem disso. Nasceu numa atmosfera que mais tarde veio a sobreviver a todas aquelas reminiscências culturais que fizeram a vida dele. Tomei algumas notas aqui, que eu gostaria de aproveitar.

S. Ex<sup>a</sup> tinha coisas extraordinárias, como, por exemplo, esta que eu digo reservadamente aos baianos, para que não se lancem numa procura furiosa do que eu vou dizer. Luiz Viana tinha uma estante que pertencera a Castro Alves, sabiam disso? Tinha uma estante de livros de Castro Alves, na sua casa na Bahia, as primeiras edições dos livros, e a estante que pertenceu a Castro Alves; estante onde Castro Alves tinha livros. Isso é de uma importância singular. Eu não sei se o Senado não podia ficar pensando em coisas a respeito dessa estante, tirá-la do Governo da Bahia e trazer para o Senado essa estante. Está aí o monumento a Luiz Viana: a estante de Castro Alves, trazida da casa de Luiz Viana para o Senado Federal.

Sr. Presidente, eu não sei o que estou dizendo, eu estou dizendo coisas que me saem, não da cabeça, mas que saem da alma, que saem do espírito, que saem da lembrança, que saem da memória, que saem da afeição, que saem da admiração, que saem do pesar, que saem da tristeza, que saem do pranto em que eu sinto que estou entrando. A tristeza profunda que me dá a falta desse companheiro da vida inteira, esse amigo da vida inteira, esse mestre da minha vida desde a mocidade.

Luiz Viana, querido amigo, velho companheiro. Eu peço perdão ao Senado por ter sido tão ridículo, dizendo coisas tão banais a respeito de uma memória tão gloriosa. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Divaldo Suruagy) — Depois desse comovido discurso do Mestre de todos, Senador Afonso Arinos, concedo a palavra ao Senador José Agripino e, logo depois, ao Senador Jutahy Magalhães.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL — RN. Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente e, Srs. Senadores, ao chegar hoje, pela manhã,

a esta Casa, ainda sem ter tomado conhecimento da nefasta notícia do falecimento do companheiro, colega e amigo, Senador Luiz Viana, observei as Bandeiras da Câmara e do Senado asteadas a meio-pau. Ao entrar no meu gabinete, perguntei o que aquilo significava, e me disseram que havia falecido o Senador Luiz Viana. Para mim, evidentemente, foi um choque, pela convivência amigável que, pessoalmente, tinha com S. Ex<sup>a</sup>.

E acabando de ouvir as palavras lúcidas do Senador Afonso Arinos, ocorreu-me um fato que é notório neste País: o Senado é tido para a opinião pública do Brasil como a Casa dos eméritos, a mais ilustre das Casas do Congresso Nacional. Esta fama talvez tenha fundamento, porque nesta Casa têm assento figuras como Luiz Viana Filho.

Como aqui dito, foi um brasileiro internacional. Não pelo fato de ter nascido na capital francesa, em Paris, mas pela sua cultura, pela sua vivência, pelos seus serviços prestados dentro e fora do País, um homem de Letras, mas com a experiência política, e fundamentalmente, um homem de equilíbrio e de maturidade.

Convivi mais de perto com o Senador Luiz Viana quando era meu Presidente na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quando me acostumei a admirá-lo cada vez mais, a cada reunião que acontecia. Homem culto, preparado, moderado, equilibrado, que dignificava esta Casa e que representou, ao longo da sua vida pública, um pedaço da história contemporânea da vida pública brasileira.

Nesta Casa, está escrita a História contemporânea da República Federativa do Brasil, pela postura política, pelas atitudes tomadas por muitos dos que aqui têm assento, dentre os quais destaco a figura ímpar de Luiz Viana Filho.

A minha palavra, neste momento, tem o significado de trazer à sua família, na pessoa do seu filho Deputado Luiz Vianá Neto, a homenagem do povo potiguar, do povo do Rio Grande do Norte, a quem, dentre outros companheiros, represento, e de manifestar a minha tristeza e o meu sentimento pessoal pela perda do convívio cotidiano, de Luiz Viana Filho, homem que, repito, dignificou a vida pública brasileira.

Foi Deputado Federal, Senador, Governador, Ministro de Estado, e, nesta Casa, com suas atitudes e com seus pronunciamentos, só engrandeceu o seu Estado, a Bahia.

O Rio Grande do Norte, Estado nordestino irmão da Bahia, neste momento, pela minha voz, apresenta a mais sincera manifestação de pesar pelo falecimento do colega, companheiro e irmão Luiz Viana Filho.

*Durante o discurso do Sr. José Agripino; o Sr. Divaldo Suruagy, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Iram Saraiva, 1º Vice-Presidente*

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.



**O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA.** Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, há algum tempo, o Senador Luiz Viana Filho, nesta tribuna, referia-se a um ilustre homem público que havia morrido, e iniciava dizendo: "Começa neste instante a iluminar a sua figura o sol da posteridade."

Hoje posso, infelizmente, repetir as suas palavras. Vários foram os oradores que já se referiram à figura de Luiz Viana Filho. Devem ter falado sobre o jornalista, o acadêmico, o biógrafo, o pai de família. E eu tenho que repetir, nesta hora, o que disse há alguns anos, também desta tribuna. Na minha vida pública, apesar de algumas vezes divergindo de Luiz Viana Filho na política baiana e, muitas vezes ao seu lado, posso dizer tranquilamente que tive o orgulho de ser o Vice-Governador de Luiz Viana Filho.

E procuro, neste instante, lembrar para os Srs. Senadores exatamente esse período, pela figura do político e do Governador Luiz Viana Filho.

Luiz Viana Filho assumiu o Governo do Estado da Bahia num momento difícil. Mas, com a tranquilidade com que procurava impor as suas atitudes, com a seriedade com que agiu na vida pública, buscou cercar-se de auxiliares que todos na Bahia reconheciam como expoentes dos diversos setores que compunham a administração pública do nosso Estado.

E começou a realizar um Governo com planejamento que poucos tinham feito antes dele; de executar uma obra na medida das possibilidades do seu Governo, das finanças do Estado; atravessando momentos de agitação, sempre procurou levar democraticamente o Governo, defendendo auxiliares seus que buscavam afastar-se sem a sua aquiescência.

Como Vice-Governador, tive oportunidade de assumir por várias vezes, o exercício da Governança. Nunca, Sr. Presidente, precisei pedir licença ao Governador para assinar todos os atos da administração pública.

Quando assumia, todos os Secretários iam despachar comigo, por ordem dele, certamente. E a administração continuava. Nunca ele desfez um ato praticado por mim durante os períodos em que o substitui. E, muitas vezes, tomava atitudes de natureza política que não eram favoráveis àqueles que o seguiam. Entretanto, tinha no Governador Luiz Viana, e da parte dele, aquela confiança que nós poderíamos ter com um homem como ele: com a sua educação, com a sua lianeza de trato, com o seu espírito público, com a sua obediência à Constituição, ao Estado, às leis e, principalmente, à dignidade do homem.

Por isso, nesta hora, posso lembrar, tranquilamente, esses episódios da vida de Luiz Viana, porque são episódios com os quais convivi. Relembro que um dia, que foi de crise para o País — a doença do Presidente Costa e Silva —, o Governador Luiz Viana estava no Rio e eu, assumindo o Governo, o único telefonema que recebi do Go-

vernador foi: "Jutahy, você faça aí o que estiver certo".

Certa feita, aqui, no Senado, quando um Senador procurou, injustamente, atingir — de leve — a figura de Luiz Viana, eu contei episódios como este, mostrando o que era o homem Luiz Viana, o pai de família exemplar. Sei perfeitamente, porque vi, convivi, o que ele representava para sua família, para seus filhos, para seus netos e principalmente para sua esposa.

E nesta convivência diária de chefe de família que procurava cuidar dos seus familiares todos, mas não cuidar no sentido de fisiologismo, mas cuidar como chefe de família, atento às necessidades de sua família, eu pude seguir e olhar esse exemplo que ele dava a todos nós que éramos seus companheiros.

Na política, como já disse, muitas vezes tive que divergir de posições locais, mas sem perder a ligação, não digo filial, mas a ligação fraternal, como irmão mais velho, a quem procurava muitas vezes para ouvi-lo e seguir as suas idéias, ver os seus exemplos e acolher os seus conselhos. Eu ia muitas vezes, no final da tarde, conversar com ele. Frequentemente discutíamos sobre problemas que não tinham grande importância, mas, neste meu temperamento, às vezes apressado, de resolver certas coisas ele sempre dizia: "Vamos com calma, com paciência, não tenha pressa e não tome as decisões políticas sem antes amadurecê-las bem".

Muitas vezes, eu seguia este conselho. Procurava ser o primeiro a me decidir, a tomar posições, e dele ouvia conselhos que procurava atender quando possível.

Levei um choque esta manhã ao acordar e saber do falecimento desse homem que tinha ido naturalmente a São Paulo para fazer seus exames. Ele saiu desses exames com o veredito de que estava passando muito bem e nada deveria temer. Talvez até animado com esse resultado, dispôs-se a ir a uma recepção, onde ficou até uma hora da manhã. Às três horas, sentiu-se mal e faleceu.

Veja, Sr. Presidente, a fragilidade do ser humano, veja V. Ex.<sup>a</sup> o que representa para nós essa dor dos baianos por terem perdido aquele irmão mais velho, aquele tio querido, e, para muitos, o avô.

Iremos, amanhã, levá-lo até à sua sepultura, na companhia de diversos Senadores e Deputados, e lá, ao lado de Dona Juju, renderemos a nossa última homenagem, silenciosa, mas que vem do coração. — aquela homenagem comovida de quem admirou a um homem público, de quem viu nesse homem público um exemplo para muitos baianos. E, nesta saudade, deste momento, que vivemos aqui, no Senado, eu só poderia dizer e repetir o que Luiz Viana disse: "Começa neste instante a iluminar a sua figura o sol da eternidade".

**O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Maranhão.

**O SR. NEY MARANHÃO (PRN — PE.** Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Brasil perdeu um estadista. E neste instante, eu, começando, em nome do povo pernambucano, a prestar uma homenagem ao Senador Luiz Viana, lembro umas palavras também de um Senador da Bahia, Rui, quando ele dizia: "De tanto triunfar nulidades, de tanto agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem se esquece da honra e tem vergonha de ser honesto".

Estas palavras, Sr. Presidente e Srs. Senadores, candentes, de Rui, o Estadista, o Governador, o Deputado Federal, o Senador Luiz Viana perseguiu na sua vida toda, dando o exemplo de homem público, dando o exemplo de responsabilidade pela moralidade da coisa pública e da administração deste País.

Conheci o Deputado Luiz Viana Filho nos idos de 1954, quando, coincidentemente, fui eleito Deputado Federal na legendaria sigla do Partido Libertador, cujo Presidente era o Dr. Raul Pilla. Encontrei na Câmara dos Deputados Nestor Duarte, Coelho de Souza, Luiz Viana Filho e, por Pernambuco, o Senador Novaes Filho.

Naquela época, havia a famosa banda de música da UDN, homens da estatura de Octávio Mangabeira, Prado Kelly, Afonso Arinos, Adauto Lúcio Cardoso e tantos outros.

O Senador Luiz Viana, Deputado Federal, à época, como disse o Senador Jutahy Magalhães, era um homem calmo, um homem que se impunha pelas posições coerentes, pelos exemplos que dava como um Deputado atuante, intransigentemente defensor das coisas públicas e do Noroeste.

Nessa época, Sr. Presidente, eu, Deputado Federal, com 24 anos, e Luiz Viana, também Deputado, Colega de Partido, foi um grande professor e um dos homens que me ensinou a vida pública por todos estes anos.

Vou contar um detalhe: há poucos dias, fiz um convite aos Senadores do Nordeste para na minha residência, jantarmos um bode guisado, comida autêntica do nordestino, com queijo, com mel de engenho, como todos conhecemos. Luiz Viana estava em companhia do Senador Jutahy Magalhães, e no apartamento, há muitos objetos do Nordeste porque sou muito regionalista e um quadro, uma pintura famosa da cidade de Olinda, despertou seu interesse. Ele virou-se para mim e diz: "Ney, esse quadro me chamou a atenção". Eu lhe respondo: Senador, esse quadro, a qualquer hora dessas, chegará à sua casa".

E veja o destino. Ontem, me chega esse quadro e eu o envio ao meu Gabinete, com um cartão, brincando até com ele, quando recebo, de madrugada, essa notícia.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quero apenas dizer: o Brasil perde um Líder; o Senado perde um grande professor. E todos nós, hoje, do Oiapoque ao Chuf, os políticos brasileiros, choramos a morte desse grande baiano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Iran Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mário Covas.

**O SR. MÁRIO COVAS** (PSDB — SP. Para encaminhar a votação.) Sr. Presidente, Srs. Senadores, na última semana, fui convidado a paraninfar uma das turmas que se formavam pela Universidade de Brasília, e a festividade ocorreu exatamente na sexta-feira, à noite, aqui no Auditório Petrônio Portella, no Senado. Lembro-me de que o recém-formado engenheiro, orador da Turma, transmitiu-me, na simplicidade de suas palavras, enorme dose de confiança. Lembro-me que distinguiu com exatidão e traçou um roteiro que, afinal, mesmo para os mais velhos, já se constitui numa enorme lição de vida.

Dizia ele em determinado instante que não importava muito descobrir, em face de certas circunstâncias, onde ou quem era responsável por esse ou aquele acontecimento. O que era fundamental era que se buscasse, dentro de cada um de nós, dentro de cada homem, a força e o vigor necessários para a superação dos obstáculos.

Seria quase uma ousadia inaceitável, uma audácia insustentável, se eu aqui quisesse, tratando da figura de Luiz Viana Filho, fazê-lo sob o ângulo que vários dos que com S. Ex<sup>a</sup> tiveram o privilégio e a honra de conviver puderam e podem fazer.

Sem dúvida que eu gostaria de ter sido alguém tendo a escrever no meu currículo a hipótese de ter sido o seu Vice-Governador e ter convidado, com aquele espírito ameno, com aquela figura humana extraordinária, os conflitos que afinal nascem do exercício de qualquer cargo executivo.

Gostaria de deter o conhecimento, a memória, a cultura, enfim, todo esse enorme acervo que se concentra na figura do Senador Afonso Arinos, para trazer o testemunho da figura literária, do intelectual, que se chamava Luiz Viana Filho.

Gostaria de ter podido conviver com ele no Ministério, como fez o Senador Roberto Campos, que certamente terá o testemunho de um sem-número de atitudes por ele sustentadas.

Gostaria de ter vivido, dentro da Universidade de Brasília, cujas invasões assisti, do lado de fora, no instante tão significativo para a vida nacional, como aquele em que Charles de Gaulle aqui nos visitava, como fez o então Professor e hoje Senador Pompeu de Sousa.

Mas, tal qual o jovem que recentemente se formava, as minhas palavras, hoje, se voltam com profunda modéstia e repetito ao homem Luiz Viana Filho. Eu o conheci, antes de conhecê-lo. Cheguei a esta Casa, à Câmara dos Deputados, com 30 anos de idade, depois de beber, durante muito tempo, na leitura dos jornais, no acompanhamento da política, que sempre me fascinou, as grandes figuras deste País. Portanto, cultivar Luiz Viana Filho como alguém cuja trajetória era uma obrigação para quem apreciava a vida pública deste País é alguma coisa que antecedeu até mesmo ao conhecimento físico da sua figura.

Eu o acompanhei na oposição, quando foi Chefe da Casa Civil, quando foi Ministro da Justiça, mas vim mesmo a conviver com ele num período muito recente e é disso que quero falar — num instante que para mim e para minha família apresentou momentos de profunda emoção, de quase conflito, de extrema dificuldade: quando fui guindado à Liderança do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, coube-me, a ingrata e ingente tarefa de ter que escolher os relatores para as várias comissões temáticas e para suas subcomissões. E, no capítulo I, uma das Subcomissões tratava exatamente da política internacional, e um dos nomes lembrados para compô-la, pelos inegáveis, extraordinários dotes de que era possuidor, foi a figura de Luiz Viana. As circunstâncias de natureza política, as composições de natureza regional, aquilo que, afinal, antecede às decisões nesses casos, acabaram por obrigar-me a uma indicação diferente daquela.

Não sei se há relação entre os fatos, mas lembro-me que, durante quase dois anos da minha passagem pela Liderança na Constituinte, semanalmente, de forma indisputável, sem nenhuma solução de continuidade, ao chegar ao Gabinete da Liderança, havia um telefonema do Senador Luiz Viana Filho para mim. Não tinha sequer com S. Ex<sup>a</sup> uma grande intimidade. E a cada telefonema que eu respondia não havia nem tema específico para tratar, mas eu sentia fluir, pelo telefone, a solidariedade, numa quase desculpa, pelo gesto que eu praticava.

Em um primeiro instante, parece-me que foi isto. Mas, sucessivamente, se renovava, a cada semana a palavra amiga, o conselho, a indagação, cuja resposta era conhecida por antecipação, que S. Ex<sup>a</sup> me fazia por telefone. Nunca havia um tema definido para conversarmos, mas S. Ex<sup>a</sup> sempre fazia questão, como a tentar lembrar-me: "Olha, há um amigo a sua disposição aqui, que não tem nada a lhe cobrar..." em cada telefonema que eu recebia. Houve instantes mais difíceis. Houve instantes em que fui apresentado como a contrafacção de uma facção; houve instantes em que meu nome ganhou manchetes nos jornais como sendo, até alguém que dificultava o normal andamento da Constituinte. Nesses momentos amudaram-se os telefonemas, abreviaram-se os intervalos; uma solidariedade que se tornava mais flagrante e que nunca teve a necessidade da afirmação para que o sentimento me atingisse de forma anônima.

Em todos esses momentos, eu me lembro do homem; menos do que do político, menos do que do intelectual, menos do que de um homem, cuja biografia a história vai preservar, mas me lembro do ser humano, daquele que é capaz de buscar dentro de si forças para a superação dos obstáculos, mas acima disso, do homem que é capaz de buscar dentro de si força para dar força a quem dela precisa.

Na última semana, caminhava eu numa sessão noturna em companhia do Senador Chagas Rodrigues, famosos daqui para o plenário, e no meio do caminho encontramos o Sena-

dor Luiz Viana Filho. E novamente o cumprimento amigo, o afago no próprio falar, a gentileza sempre presente, e a pergunta interessada, interesse nascido da mesma fonte de solidariedade: "Você vai ser candidato em São Paulo? Se pudesse lhe dar um conselho, lhe diria que sim?". Senti, uma vez mais, que era o homem, não o político, era a figura humana portadora de uma enorme energia interior, capaz de transmitir, pelo seu conselho, pela sua solidariedade, o abraço amigo.

Certamente que a mim e aos meus filhos, aos meus netos, o nome de Luiz Viana Filho servirá sempre como um norte, como exemplo de conduta, de dimensão, de vida pública, mas, para mim, em particular, entre todas essas vertentes a que guardarei com especial, com singular saudade será a do ser humano, do ser humano que, sem dizê-lo, foi capaz de afagar, que, sem estender o braço, foi capaz do carinho, que, sem precisar descobrir-se, foi capaz de afirmação, daquele, que, por vias indiretas, por caminhos escondidos, chegava ao íntimo e ao nosso coração.

Não tenho grande — seria até uma heresia se o tentasse — não tenho grande acervo de coincidências históricas na convivência com Luiz Viana Filho.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Senador Mário Covas, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. MÁRIO COVAS** — Pois não.

**O Sr. Divaldo Suruagy** — Perdooe interrompê-lo, mas eu gostaria de dar, também, o meu depoimento, sobre este brilhante homem público que o Brasil acaba de perder. Eu diria que, por esta Casa, tanto no Império quanto na República, passaram os maiores estadistas do Brasil. Luiz Viana foi um dos maiores deles.

**O SR. MÁRIO COVAS** — Fico muito grato ao nobre Senador e, certamente, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> enriquece muito a lembrança que, aqui, trago.

Deixo, Sr. Presidente, abatido, da mesma forma que cada um daqueles que tiveram oportunidade de, com S. Ex<sup>a</sup> conviver, a manifestação da minha saudade a alguém que, tendo sido político, que tendo sido intelectual, foi, sobretudo, um homem. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Iran Saraiva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Campos.

**O SR. ROBERTO CAMPOS** (PDS — MT. Para encaminhar a votação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com grande emoção que falo de um amigo querido, com quem tive oportunidade de convivência administrativa, convivência política e convivência literária.

Ainda há pouco tempo, quando completei 72 anos, queixei-me a S. Ex<sup>a</sup> dos achaques da velhice. Luiz Viana me respondeu: basta ter paciência e aprender a respeitar a frase de Anatole France. "Quando envelhecemos" — dizia ele — "temos mais dificuldade de levar a taça aos lábios. Mas também — Roberto — há um consolo, é que se tem menos sede".

Meu primeiro contato com Luiz Viana foi no início do Governo Castello Branco. Estava-se constituindo o Gabinete e Castello Branco encarregou-o de procurar-me. Houve vários desencontros telefônicos, até que conseguiu alcançar-me, solicitando-me uma vinda imediata a Brasília. Perguntei-lhe: "Mas qual é o motivo?" Respondeu-me: "Tenho a impressão de que o Presidente Castello Branco deseja convidá-lo para Ministro do Planejamento." Será tempo perdido", disse-lhe eu, "porque já fiz planos para três Governos e o planejamento no Brasil deixou de ser um problema técnico. É essencialmente um problema político. E eu não sou conhecido nem pela facilidade de manobra política, nem pelas artes, nem pelas qualidades cênicas que caracterizam a profissão. Em todo caso, obedecerei ao chamado do Presidente". E comecei exatamente a ponderar ao Presidente Castello que, se a idéia era convidar-me para o Ministério do Planejamento, eu teria que recusar, porque me considerava um desapontado. Tinha participado do planejamento da Comissão Mista Brasil/Estados Unidos, que deixou um acervo grande de projetos, que ao longo do tempo vieram a ser apenas parcialmente executados. Tinha participado do planejamento do programa de metas do Governo Kubitschek, e do planejamento, este totalmente frustrado, da política econômica do Governo parlamentarista de Tancredo Neves. Acreditava, assim, que uma quarta experiência não me enriqueceria espiritualmente, e talvez até me criasse um complexo de inferioridade. Respondeu-me, então, Castello Branco que, se a minha apreensão era a fidelidade do Chefe do Poder Executivo a um programa de austeridade, para que ele não se tornasse letra morta, eu poderia confiar que dessa feita o esforço vingaria. Disse-me ele: "O Senhor cuide da parte econômica, e, desde que me persuada intelectualmente de que as medidas são corretas, assumirei as responsabilidades políticas do cumprimento e execução".

Foi através dessa aproximação, então, de Luiz Viana Filho, que tive meu primeiro diálogo com o Presidente Castello Branco. Luiz Viana assistiu a essa conversa, ao fim da qual passamos a analisar as várias alternativas técnicas de montagem de um esquema de planejamento. Lembro-me que consideramos três hipóteses. Uma delas seria o modelo indiano, no que haveria uma comissão de planejamento chefiada pelo Primeiro-Ministro (no caso brasileiro o equivalente seria o Presidente da República). O órgão executivo teria a forma de um secretariado, e a figura do Ministro do Planejamento se transformaria na de Secretário Executivo do Conselho de Planejamento.

Indiquei ao Presidente Castello Branco que esse modelo tinha uma grave dificuldade. Primeiro, o Presidente, na maior parte das vezes, estaria ausente, e, não se podendo imputar a responsabilidade direta a nenhum Ministro, de ninguém se faria a cobrança do planejamento.

Analisamos, a seguir, o modelo francês "Comissariat du Plan", e acabamos concluindo que a fórmula melhor seria realmente instituir-se um Ministério de Coordenação e Planejamento.

A sistemática a ser adotada não seria a da criação de um superministro. Ali convençionamos — Castello Branco, Luiz Viana, e eu — que o próprio Presidente exerceria a coordenação, da seguinte maneira: — os Ministros só despachariam diretamente com o Presidente os assuntos de interesse exclusivo de sua Pasta; se a matéria fizesse área de interesse para outros Ministérios, os respectivos Ministros teriam de assinar conjuntamente a exposição de motivos, incluindo-se sempre entre os signatários o Ministro do Planejamento. Em caso de conflito, criar-se-ia um grupo interministerial de trabalho, secretariado sempre pelo Ministro do Planejamento, no exercício de sua função coordenadora. Luiz Viana auxiliou-me nessa articulação, que, na realidade, obteve bastante êxito. Não se criou a figura do superministro e o Executivo exibiu um desempenho razoavelmente coordenado num período difícil da vida brasileira.

Luiz Viana era o Chefe da Casa Civil. Sempre o admirei por duas qualidades: primeira, a enorme tolerância para com pontos de vista divergentes; segunda, a capacidade da boa intriga. Coube-lhe administrar vários conflitos entre personalidades fortes. Lembro-me do conflito que, por provocação de Carlos Lacerda, se estabeleceu entre esse grande líder e o próprio Castello Branco. Era um torneio de mal-entendidos. Uma espécie de ensaio de tauromaquia com dois fortes touros na arena, quando o de que realmente precisávamos era um harmonioso balé político e econômico. Coube a Luiz Viana esse difícil trabalho da boa intriga política.

Se me pedissem para enumerar suas qualidades principais, diria que S. Ex.<sup>a</sup> era uma rara combinação de três predicados: realismo político, intuição econômica e sentido ético. Era basicamente um liberal. Nada o mortificava mais que a palavra "ditadura". A acusação de que o Governo era "ditatorial" o feria muito. Preferia colocar o assunto de outra maneira. O Brasil tinha chegado a uma encruzilhada e cabia-lhe duas opções — ambas autoritárias, de vez que a democracia estava em processo de desagregação; — a opção autoritária de centro-direita, ou melhor, conservadora, e a opção autoritária esquerdista. Sabia Luiz, e eu tinha intuição parecida, que os autoritarismos de centro direita são naturalmente biodegradáveis. Tendem a ter vida muito mais curta que a dos autoritarismos de esquerda. Estes, em geral, não são biodegradáveis. Só neste fim de século, depois de 70 anos de uma sangrenta experiência na União Soviética e mais de 40 anos de opressão frustrante nos regimes socialistas, é que se verificou que também esses autoritarismos podem ter um tardio desenlace democrático.

Chegamos finalmente àquilo que alguns caracterizam como fim da História. Quer dizer, uma aceitação quase universal da democracia

como paradigma político e, com menor grau de aceitação, da economia de mercado como estilo econômico.

Luiz Viana nunca se caracterizou pelo sonho utópico. Apesar de um escritor de notável mérito, nunca foi propriamente um esteticista, sobretudo porque era profundamente um animal ético.

Se não me engano, foi Søren Kierkegaard, filósofo dinamarquês existencialista, que diferenciou entre o homem que vive esteticamente, e o homem que vive eticamente. O homem que vive esteticamente prevê possibilidades de satisfação no futuro; o homem que vive eticamente enxerga tarefas por toda a parte. É um mercador de tarefas.

Luiz Viana não foi outra coisa, foi sempre uma ansioso buscador de tarefas, muito mais do que um embevecido desfrutador da estética.

Ele prestou inúmeros serviços não só ao País como ao seu torrão natal, às vezes em conflito comigo, por julgar-me excessivamente tecnocrático.

Lembro-me que, com a ingenuidade do tecnocrata, eu queria que, antes de nos lançarmos na aventura do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, se esgotassem as possibilidades de ampliação econômica, a custos incrementais baixos, do pólo petroquímico já existente em São Paulo.

Luiz Viana lutou denodadamente em favor do Pólo Aratu-Camaçari, alegando razões ponderáveis. Primeiro, o fato de que a Bahia, sendo produtora de petróleo, não merecia ficar na posição submissa de mera fornecedora de matérias-primas para o pólo petroquímico de São Paulo. Usou, em segundo lugar, o argumento da descentralização econômica, que pareceu a Castello Branco o mais persuasivo. Olhando em retrospecto, ele tinha plena razão. Ampliando-se o parque de São Paulo, ter-se-iam imediatas economias de escala, mas surgiriam depois as desconomias do congestionamento industrial, inclusive a da poluição concentrada.

Outro aspecto da vida de Luiz Viana que sempre me interessou muito foi sua atividade de escritor e biógrafo. Admirei sobretudo sua formosa biografia de Rui Barbosa, como um ensaio belo, e admirei ainda mais o seu livro sobre Castello Branco, que, a meu ver, é um clássico da recente História brasileira. É um livro escrito com respeito, porém sem embevecimento, com admiração, porém sem adulação, e num estilo literário marcante, que caracterizou sempre sua produção literária, assim como suas arengas políticas no Congresso.

Nossa paisagem está ficando pobre. Sinto saudades de vários homens que posso considerar de minha geração: Eugênio Gudin, Gilberto Amado, Santiago Dantas. E agora de Luiz Viana. Presto-lhe uma homenagem dolorosamente comovida.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Iram Saraiva)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa fará cumprir a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — A Presidência associa-se às manifestações dos Srs. Senadores e também pranteia o passamento do ilustre brasileiro e grande Senador Luiz Viana Filho.

É profundamente lamentável estar presidindo uma sessão onde podemos notar que a cadeira sempre bem defendida por Luiz Viana Filho hoje esteja vazia. Mas quem somos nós para analisar ou sequer criticar os desígnios divinos...

Apenas elevaremos as nossas preces ao Supremo Arquiteto do Universo, para que, como Luiz Viana Filho fez aqui na terra, lá, no alto, ele possa também ser mais uma estrela a iluminar e não deixar apenas o grande legado que nos proporcionou.

**COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:**

Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Edison Lobão — Cid Sabóia de Carvalho — Marcondes Gadelha — Marco Maciel — Afonso Arinos — Fernando Henrique Cardoso — Irapuan Costa Junior — Roberto Campos — Lourenberg Nunes Rocha — Márcio Lacerda — Rachid Saldanha Derzi — José Richa — Jorge Bornhausen.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — A Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se amanhã, às 14 horas e 20 minutos, destinada a cumprir o disposto no art. 216, § 1º, do Regimento Interno, com relação à Ministra de Estado da Economia, Fazenda e Planejamento, Drª Zélia Cardoso de Mello.

**O SR. PRESIDENTE** (Iram Saraiva) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)